

N.º 15 | 2023

CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

NESTE NÚMERO:

DOSSIER TEMÁTICO

«*(Di)stabat mater*: representações
da maternidade»

(ed. Mafalda Sofia Gomes,
John Greenfield, Francisco Topa)

VÁRIA

RECENSÕES



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

CEM N.º 15

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

CEM N.º 15

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto
www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Diretora: Maria João Oliveira e Silva

Editores do *dossier* temático:
Mafalda Sofia Gomes, John Greenfield, Francisco Topa

Capa: Tiziano Vecellio, *Mater Dolorosa*, 1554.
Wikimedia Commons (domínio público).
Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mater_Dolorosa_by_Titian.jpg>

Design gráfico: www.hldesign.pt

Composição, impressão e acabamento:
Rainho & Neves, Lda.

Distribuição: Companhia das Artes

N.º de edição: 2175

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 321463

ISSN: 2182-1097

DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15>

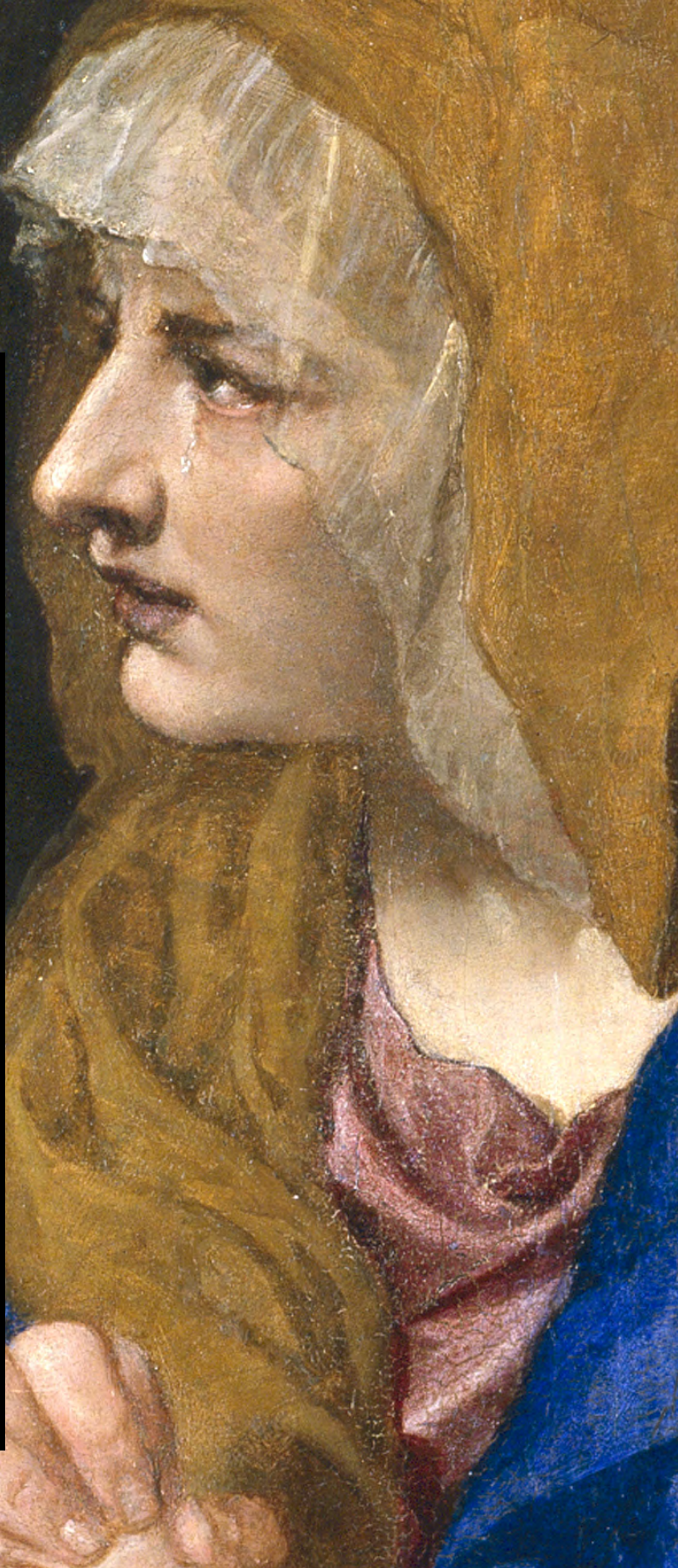
Periodicidade: Semestral

Revista sujeita a *peer review* e indexada em:
CAPES Periódicos, Latindex, Open Science Directory,
Ulrichsweb, Worldcat (registo da revista), BASE, DOAJ,
RCAAP, EBSCO e PROQUEST (indexação por artigos)

A edição *online* respeita os critérios do OA (*open access*)

Março 2023

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia,
no âmbito do projeto UIDB/04059/2020



EDITORIAL *pág. 5*

APRESENTAÇÃO

(DI)STABAT MATER: REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE

■ Mafalda Sofia Gomes

■ John Greenfield

■ Francisco Topa *pág. 7*

(DI)STABAT MATER: REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE

O MENINO DA SUA MÃE: ALGUNS ASPECTOS DA CARACTERIZAÇÃO DA FIGURA MATERNA NA MITOLOGIA GREGA

■ Marta Isabel de Oliveira Várzeas *pág. 11*

WAZ TOUC MIR DOCH MIN ÄLTEZ LEBEN?: IRMENSCHART COMO MATER MEDIATRIX EM WILLEHALM DE WOLFRAM VON ESCHENBACH

■ Mafalda Sofia Gomes *pág. 23*

DO AMOR AO ÓDIO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE FIGURAS MATERNAS NA NARRATIVA CAVALEIRESCA QUINHENTISTA PORTUGUESA

■ Pedro Monteiro *pág. 33*

MARIA! NÃO ME MATES, QUE SOU TUA MÃE!, DE CAMILO CASTELO BRANCO: UMA TEODICEIA LITERÁRIA

■ Tânia Furtado Moreira *pág. 45*

MÃE HÁ SÓ MUITAS: A FIGURA MATERNA NOS CONTOS DE LYGIA FAGUNDES TELLES

■ Francisco Topa *pág. 59*

A LÍNGUAMÃE – OFICINA DE LEITURA E ESCRITA SOBRE LITERATURA E MATERNIDADE COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PENSAMENTO DAS MÃES NA PANDEMIA

■ Cacau Araújo

■ Gabriela do Amaral *pág. 73*

VÁRIA

A «FRENCHMAN» IN PORTUGAL. BISHOP D. HUGO OF PORTO AND THE TRANSFORMATIONS OF THE NORTH-WESTERN IBERIAN PENINSULA IN THE EARLY 12TH CENTURY

■ Francesco Renzi

■ Andrea Mariani

■ Maria João Oliveira e Silva

■ Luís Carlos Amaral *pág. 87*

STABAT AMÍTA: D. ISABEL DA BORGONHA COMO PROTETORA DA FAMÍLIA DE AVIS

■ Manuel Ramos *pág. 119*

RECENSÕES

RIEHLE, ALEXANDER, ED. (2020). A COMPANION TO BYZANTINE EPISTOLOGRAPHY. LEIDEN; BOSTON: BRILL. XII + 531 PP. ISBN 978-90-04-41369-6

■ Rui Carlos Fonseca *pág. 135*

MATOS, VIOLANTE SARAMAGO (2022). DE MEMÓRIAS NOS FAZEMOS. LISBOA: EDIÇÕES ESGOTADAS. 132 PP. ISBN 978-989-9092-25-9

■ Joaquim Pinheiro *pág. 139*

PULEO, ALICIA H., ED. (2020). SER FEMINISTAS. PENSAMIENTO Y ACCIÓN. ILUSTRAÇÕES DE VERÓNICA PERALES. MADRID: EDICIONES CÁTEDRA. (FEMINISMOS 30 AÑOS)

■ Anne Martina Emonts *pág. 142*

LAGE, MARIA OTÍLIA PEREIRA; LAGE, DIANA MARIA PEREIRA BESSA (2016). DUAS VEZES ÁGUA. ILUSTRAÇÕES DE HELDER CARVALHO. PORTO: [S.N.]

■ Francisco Topa *pág. 143*

LOPES, MARÍLIA MIRANDA (2021). OS ELECTRÕES TAMBÉM DEVEM TER ALMA. DESENHOS DE ÁLVARO SIZA. PORTO: EDITORA EXCLAMAÇÃO

■ Francisco Topa *pág. 145*

CONSELHO EDITORIAL

Maria João Oliveira e Silva
Alice Lucas Semedo
Conceição Meireles Pereira
John Thomas Greenfield
Lúcia Rosas
Luís Borges Gouveia
Maria Norberta Amorim
Mário Jorge Barroca
Ana Paula Soares
Isabel Pereira Leite
Mariana Selas

CONSELHO CONSULTIVO

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa)
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)
Fernando Rosas (Universidade NOVA de Lisboa)
Francisco Bettencourt (King's College)
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)
Jochen Vogt (Universidade de Essen)
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade NOVA de Lisboa)
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)

APOIO À EDIÇÃO

Estefânia Cruz Lopes
Marta Sofia Costa

Publicada desde 2010, a revista «CEM – Cultura, Espaço & Memória» tem como um dos seus principais objetivos «estimular trocas de saberes, acolhendo em cada número um *dossier temático*, sem fronteiras disciplinares, cronológicas ou espaciais», e divulgar «trabalhos resultantes de investigação original nas áreas que formam a matriz do CITCEM» sem deixar «de se abrir à colaboração de todos os domínios científicos»¹.

O volume que agora se publica, o 15.º da revista, cumpre plenamente os objetivos enumerados. O seu *dossier temático*, coordenado por Mafalda Sofia Gomes, John Greenfield e Francisco Topa, é dedicado ao tema (Di)stabat mater: *representações da maternidade*, e inclui um conjunto de seis artigos que resultam, em parte, de comunicações apresentadas no ciclo de seminários *MaterClass: personagens maternas da literatura*, que decorreu em maio de 2021. Este ciclo, organizado por Mafalda Sofia Gomes, enquadrou-se nas atividades desenvolvidas pelo Grupo de Investigação *Representações Locais e Globais*, nomeadamente no âmbito da investigação em estudos literários e na pesquisa das expressões literárias que resultam da interseção entre os diálogos locais e internacionais/globais, encontrando-se esta investigação na própria matriz do CITCEM. Neste *dossier* a maternidade / a «mãe» (palavra que, em latim ou em português, no singular ou no plural, surge no título de quase todos os artigos) é o fio condutor de abordagens e de perspetivas diversas que em muito enriquecem a investigação nesta temática.

A secção *vária* responde a outro dos desígnios da revista e abre a «janela» (que é também símbolo identitário do CITCEM) para dois estudos que promovem a investigação transdisciplinar, e onde se cruzam a história, com a arqueologia, a paleografia e a diplomática, ou a histórica com a retórica.

Este número da «CEM» conta ainda com a publicação de cinco recensões críticas, também elas dedicadas a obras de temas e áreas do saber muito variadas, da responsabilidade de investigadores do CITCEM, mas também de investigadores de outros centros de investigação, facto que valoriza ainda mais esta secção da revista.

¹ PEREIRA, Gaspar Martins (2010). *Editorial*. «CEM – Cultura, Espaço & Memória». 1, 5.

Por fim, uma palavra de agradecimento a todos quantos fizeram deste número uma realidade, nomeadamente aos coordenadores do *dossier*, aos revisores científicos e aos autores dos artigos agora publicados, aos membros do Conselho Consultivo da «CEM», à Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao secretariado do CITCEM e à Dra. Marta Costa, bolsreira de investigação do CITCEM, cujo empenho e cuidado se espelha na «CEM» e em todas as publicações do CITCEM.

Maria João Oliveira e Silva

(Coordenadora Científica Interina do CITCEM)

APRESENTAÇÃO

(DI)STABAT MATER: REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE*

Com algum atraso, vem agora a público mais um número de «CEM», desta feita subordinado ao tema (Di)stabat mater: *representações da maternidade*. O objetivo era recolher trabalhos sobre a figura da mãe e o fenómeno da maternidade, aproveitando algumas das apresentações feitas no ciclo de seminários *MaterClass: personagens maternas da literatura*, organizado por Mafalda Sofia Gomes na primavera de 2021.

A universalidade do tema é inequívoca e a história da maternidade é quase tão antiga quanto o próprio mundo e quase tão antiga quanto o próprio ato de a representar. Disso dão conta os seis ensaios que formam o *dossier temático*, a começar pelo de Marta Isabel de Oliveira Várzeas, sobre a caracterização da figura materna na mitologia grega, considerada a partir de dois eixos: a maternidade como ameaça ao mundo dos homens e a experiência materna da perda dos filhos. Mafalda Sofia Gomes, por seu turno, estuda o modo como a matriarca Irmenschart intervém no *Willehalm* (c. 1210-1220) de Wolfram von Eschenbach, usando a palavra em benefício do filho. Pedro Monteiro aborda algumas figuras maternas presentes na narrativa cavaleiresca quinhentista portuguesa, concretamente a *Crónica do Imperador Clarimundo*, o *Palmeirim de Inglaterra* e o *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*.

Os restantes ensaios abordam obras mais próximas do nosso tempo. Assim, Tânia Furtado Moreira ocupa-se de uma novela de Camilo, *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!*, dando especial enfoque à instância da narração e desenvolvendo uma reflexão à luz das tentativas de teodiceia conforme investigadas por Immanuel Kant. Francisco Topa, por seu turno, discute a representação da figura materna nos contos de Lygia Fagundes Telles. O trabalho que encerra o dossier, da autoria de Cacau Araújo e Gabriela do Amaral, apresenta-nos a experiência *Línguamãe*, uma Oficina de Leitura e Escrita sobre Literatura e Maternidade, dinamizada por duas mães, escritoras e brasileiras expatriadas.

* DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15apr>.

O volume inclui ainda dois outros estudos, um sobre o bispo D. Hugo e as transformações do noroeste peninsular no século XII, da autoria de Francesco Renzi, Andrea Mariani, Maria João Oliveira e Silva e Luís Carlos Amaral, e outro sobre D. Isabel da Borgonha enquanto protetora da família de Avis, assinado por Manuel Ramos.

Como habitualmente, o volume encerra com uma série de resenhas, uma das quais enquadrável no tema da maternidade.

Mafalda Sofia Gomes
John Greenfield
Francisco Topa

(DI)STABAT MATER:

REPRESENTAÇÕES

DA MATERNIDADE

O MENINO DA SUA MÃE:

ALGUNS ASPECTOS DA CARACTERIZAÇÃO DA FIGURA MATERNA NA MITOLOGIA GREGA

MARTA ISABEL DE OLIVEIRA VÁRZEAS*

Resumo: *Várias são as representações míticas da visceral ligação das mães aos seus filhos, transmitidas pela tradição literária greco-latina. Este texto visa apresentar algumas delas, a partir de dois temas distintos: 1) a maternidade como ameaça ao mundo dos homens; e 2) a experiência materna da perda dos filhos. O corpus textual que estará em discussão integra trechos de Homero, *Iliada*; de Hesíodo, *Teogonia*; e do Hino Homérico a Deméter.*

Palavras-chave: *mitologia grega; maternidade; feminino vs masculino; Hesíodo; Hinos Homéricos.*

Abstract: *There are several mythical representations of the visceral connection of mothers to their children, transmitted by the Greek and Latin literary tradition. This text aims to present some of them based on two distinct themes: 1) motherhood as a threat to the world of men; and 2) the mother's experience of losing her children. The textual corpus under discussion includes excerpts from Homer's *Iliad*, Hesiod's *Theogony*, and the Homeric Hymn to Demeter.*

Keywords: *greek mythology; motherhood; feminine vs masculine; Hesiod; Homeric Hymns.*

INTRODUÇÃO

Começarei por um breve apontamento sobre a escolha do verso de um conhecido poema de Fernando Pessoa para encabeçar as reflexões que se seguem. Na verdade, ele condensa, de forma particularmente emotiva, os traços principais das figuras maternas que escolhi para objecto deste trabalho — Gaia e Deméter.

O poema «O menino da sua mãe» é uma espécie de monumento poético ao soldado desconhecido tornado cadáver. Não se trata, porém, de um encómio às putativas virtudes do morto: patriotismo, coragem ou honra militar. O tom não é de exaltação, o poema não é um elogio fúnebre. Pelo contrário: a descrição quase fotográfica do corpo sem vida, perturba pela crueza, a que não faltam laivos de trágica ironia; e as breves e ternas memórias da meninice adensam, por contraste, a atmosfera patética, criando uma espécie de sentimento de absurdo perante a vanidade de uma morte precoce e sem sentido. Mas é essa evocação da infância que revela o essencial daquele ser humano. Não sabemos o seu nome. Ele não tem nome. Mas tem mãe. E só por ela pode ser nomeado: «Filho único, a mãe lhe dera / Um nome e o manteve: / “O menino da sua mãe”».

O protótipo literário deste menino-soldado morto, identificado pela sua natureza de filho, encontra-se em Homero. Na *Iliada*, um dos modos de que o

* Universidade do Porto, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990. Email: mvarzeas@letras.up.pt.

narrador se serve para mostrar o pungente sofrimento causado pela guerra é o de acrescentar ao relato cru da morte dos guerreiros informações breves sobre a sua vida passada, num processo de humanização das personagens destinado a suscitar a compaixão dos ouvintes por figuras secundárias do Poema que, de outra forma, permaneceriam no anonimato. Mas Homero nunca deixa de dizer os seus nomes. É o caso da descrição da morte de um tal Simoésio¹:

*Então Ajax, filho de Télamon, atingiu o filho de Antémion —
o florescente Simoésio, ainda solteiro, que outrora a mãe
dera à luz junto às correntes do Simoente, quando descia do Ida;
pois para aí se dirigira com os pais para ver os rebanhos.
Por essa razão lhe puseram o nome de Simoésio; mas aos pais
não restituiu o que gastaram ao criá-lo, pois breve foi a sua vida,
subjugado como foi pela lança do magnânimo Ajax.
Enquanto avançava entre os primeiros foi atingido no peito,
junto ao mamilo direito; e completamente lhe trespassou
o ombro a lança de bronze. No chão caiu como o álamo
que cresceu nas terras baixas de uma grande pradaria, [...]*

Em suma, tanto o texto antigo como o moderno, pressupõem uma visão tradicional da mulher-mãe, centrada na experiência dolorosa da perda dos filhos. Este é um dos aspectos centrais nas histórias de Gaia e Deméter.

1. GAIA

Gaia é, para os Gregos, a Terra divinizada. Celebrada num *Hino Homérico* como *παμήτειραν*, isto é, «a mãe de todas as coisas», a Terra é ainda, nesse *Hino*, a mais antiga, fundamento de tudo quanto existe, a que dá a vida aos homens mortais e a tira também, a que garante a boa descendência e a boa colheita, deusa sagrada, mãe dos deuses, esposa do céu estrelado². Trata-se, no fundo, da imagem da Mãe-Terra que Carl Gustav Jung inclui naquilo a que chama os arquétipos do inconsciente colectivo. Não é nessa perspectiva interpretativa, analítica, que me interessa evocar aqui a mãe Gaia. Interessa-me, antes, aquela que Hesíodo desenha na sua *Teogonia*, isto é, a Terra como figura dramática, personagem ficcional de uma história de violência familiar. Interessa-me a Gaia que sofre, sofre como uma mulher, sofre como uma mãe — a Gaia *mater dolorosa*.

O modo como Hesíodo nos apresenta a história das origens do Cosmos e dos deuses manifesta a ideia de que o mundo estável e ordenado das divindades

¹ Il. 4. 473-483. A tradução é de LOURENÇO, trad., 2005.

² Cf. RICHARDSON, ed., CASHFORD, trans., 2003.

olímpicas emergiu de um período tenebroso de desordem e injustiça, marcado por sucessivas e terríveis lutas. Neste sentido, a *Teogonia* não é muito diferente de outras narrativas anteriores que, sabemo-lo desde a decifração da escrita hieroglífica e da cuneiforme no século passado, se encontram em várias culturas do Próximo Oriente — Anatólia, Mesopotâmia — e no Egito. Como vários autores, entre os quais se destaca Martin West³, já deixaram claro, as semelhanças detectadas entre os vários textos apontam para relações de influência entre esses mais antigos e os do poeta grego, que deles teria conhecimento⁴. Que se trata da adaptação ou da apropriação de material alheio para criar uma narrativa diferente é o que se pode concluir da comparação entre os textos. Com efeito, apesar da repetição por Hesíodo de alguns motivos ou, se quisermos usar o termo vindo do estruturalismo de Lévi-Strauss, de alguns mitemas, isto é, de estruturas mínimas de sentido que se encontram em textos hititas como o *Poema de Kumarbi* ou a *Canção de Ulikumi*, e babilónios como o *Enuma Elish*, estes elementos são integrados numa história distinta que decerto serviria melhor os objectivos éticos e estéticos do autor grego.

Comecemos pelos mais antigos. No *Poema de Kumarbi*, por exemplo, o conflito inicial é entre Alalu, rei do céu, e Anu, o seu copeiro, que o destrona e o atira para a terra. Nove anos depois, ele mesmo é destronado por Kumarbi, filho de Alalu, que castiga o usurpador do trono do céu com a castração. Kumarbi engole a semente de Anu, ficando cheio da sua descendência; um desses descendentes que acabarão por nascer é Teshub, que Kumarbi ameaça comer. O final deste poema perdeu-se, mas num outro, a *Canção de Ulikumi*, conta-se o resto da história da sucessão do trono do céu, agora ocupado por Teshub, descendente de Anu, o antigo copeiro. Kumarbi gera um gigante de pedra, Ulikumi, para destruir Teshub, mas é este que vence e fica com o trono do céu.

Se passarmos para o poema babilónio — *Enuma Elish* — a luta pelo poder termina com o triunfo do deus Marduk sobre Tiamat, a divindade aquática das origens, que, com Apsu, outra divindade aquática, gera vários filhos. Mas o pai, incomodado com o barulho das crianças, quer matá-las, contra a vontade da mãe. Só depois de muitas lutas, em que participam monstros criados por Tiamat, é que Marduk acaba por vencer, matando Tiamat e dividindo o seu corpo em duas partes, delas fazendo o céu e a terra.

Vejamos agora como Hesíodo conta a primeira parte da história da sucessão régia no Cosmos *in illo tempore*, onde a Terra é uma entidade primordial divina personificada como esposa de Úrano com quem gera vários filhos⁵:

³ WEST, 1997: 276-282. Cf. POWELL, 2004; BURKERT, 1999.

⁴ PEREIRA, 2017: 159-161.

⁵ A tradução dos trechos de *Teogonia* é de PINHEIRO, FERREIRA, trad., 2005.

*Quantos tinham nascido da Terra e do Céu,
os mais temíveis filhos, todos odiaram o seu progenitor,
desde o início. Pois, quando estavam prestes a nascer, logo
os escondia a todos e os privava da luz,
nas entranhas da Terra. Este feito hediondo comprazia-o a ele,
o Céu; mas, ela, a enorme Terra, gemia, com as entranhas
cheias, e concebeu uma cruel e pérfida vingança.
Depressa criou uma espécie de aço brilhante
e com ele fez uma grande foice e dirigiu-se aos filhos queridos.
Então, incitou-os, dizendo, com o coração ensombrecido:
«Filhos, meus e de um pai cruel; se quiserdes,
fazei o que eu vos peço: vamos castigar a cruel acção do vosso
pai, pois foi ele quem primeiro se lançou em obras infames.»
Assim falou. O terror apoderou-se de todos, mas nenhum deles
disse palavra. Só o grande Cronos de pensamentos tortuosos, destemido,
se dirigiu de imediato com estas palavras à mãe veneranda:
«Mãe, eu vou tomar a meu cargo executar
tal tarefa; não tenho medo de um pai cujo nome não deve pronunciar-se,
o nosso, pois foi ele quem primeiro se lançou em obras infames.»
Assim falou. E, no seu espírito, regozijou-se a enorme Terra.
Em segredo, ocultou-o num esconderijo. Colocou-lhe nas mãos
a foice de serra dentada, e confiou-lhe todo o ardil.
Veio então, trazendo a noite, o Céu imenso, tomado
de um louco desejo pela Terra, e estendeu-se
em todas as direcções. O filho, desde o seu esconderijo, lançou-lhe a mão
esquerda, e com a direita tomou a foice temível
e enorme, de serra dentada, e de um golpe cortou
os testículos do pai...*

Saltam à vista as diferenças entre o texto de Hesíodo e os das outras tradições míticas. A narrativa hesiódica põe em relevo tensões que estariam mais próximas do modo grego de ver as relações entre masculino e feminino e de as dizer em termos míticos. No Poema hitita, o rei é destronado pelo seu copeiro, que depois será destronado pelo filho do rei anterior. Trata-se de uma luta pelo poder que envolve apenas entidades masculinas. Já em Hesíodo os acontecimentos restringem-se ao círculo familiar (diríamos, dos familiares mais directos) e é o próprio filho que, incitado pela mãe e para a vingar, se revolta contra o pai⁶.

Vale a pena lembrar uma outra narrativa, igualmente anterior, com a qual a hesiódica apresenta alguns pontos de contacto, e que ajuda a confirmar o que me parece ser a singularidade da *Teogonia*. Trata-se da história egípcia de Geb e Nut

⁶ Cf. BURKERT, 1999: 94.

que, tal como a grega que estamos a tratar, traduz sob forma narrativa aquilo a que podemos chamar uma intuição mítica comum a várias tradições culturais — a de que houve um momento no tempo em que a terra se separou do céu⁷.

Geb, a Terra, o elemento masculino nesta história, e Nut, o Céu, a entidade feminina, vivem num estado de permanente paixão, unidos em amor. É Rá quem manda separá-los à força. Shu, o Ar, cria a atmosfera, separando-os definitivamente.

Por conseguinte, aquilo que na narrativa egípcia é representado como desejo sexual recíproco, correspondido, enfim, uma história de amor, no poema hesiódico é apresentado como tensão e violência de um sobre o outro. Na *Teogonia*, as lutas entre as entidades cosmogónicas configuram-se como uma guerra de sexos, pelo menos na medida em que no cerne desses conflitos, está aquilo que a cada um dos pólos caracteriza enquanto seres sexuados: do lado masculino, a excessiva e potencialmente mortífera apetência sexual; do lado feminino, a maternidade. Para além destas, outras características do primeiro casal cósmico se revelam fundamentais no desenvolvimento da intriga: a força bruta de um sem a inteligência, a inteligência da outra sem a força.

A intriga é, pois, concentrada e limita-se aos conflitos que opõem marido, esposa e filhos. Não se trata, porém, de uma relação triangular, mas, antes de uma polaridade: de um lado, apenas Úrano, o opressor; do outro Gaia e os filhos — as vítimas. Mãe e filhos estão indissoluvelmente unidos, podemos mesmo dizer visceralmente (não lhes é permitido pelo pai sair das entranhas maternas), e, por isso, a violência sobre a mãe é violência sobre os filhos e vice-versa. Úrano cumpre um dos objectivos para que nasceu — o de cobrir a Terra por inteiro — mas parece ter entendido demasiado literalmente a função, pois não deixa de o fazer, isto é, de a cobrir. E como na história de Úrano não se faz referência ao móbil do poder para justificar o comportamento do pai para com os filhos, podemos concluir que estes representam uma ameaça ou um impedimento à concretização da sua própria apetência sexual exclusivamente orientada para a satisfação do seu prazer. Aliás, Hesíodo faz do mitema da castração não um acto de vingança política, por assim dizer, efectuado entre machos, como acontecia no mito hitita, mas um acto de vingança de um crime sexual. Não é, pois, por acaso que Úrano seja atingido naquilo mesmo que o define e com que ele oprime as suas vítimas.

Gaia, por seu lado, é apresentada como vítima de violência, mas a essa violência responde um sofrimento sentido sobretudo na dimensão da sua maternidade. Ora, o que desconhecem estas primeiras entidades masculinas — Úrano e, depois, Cronos, como veremos — é que a dor de uma mãe tem consequências imprevisíveis, terríveis e devastadoras, ameaçando abalar, e abalando mesmo, a desejada estabilidade do mundo masculino. A dor materna transforma-se em

⁷ Burkert refere, além destas, África, a Polinésia, o Japão. Veja-se BURKERT, 1999: 92.

cólera vingativa e impiedosa, como o demonstra o fabrico da foice e o incitamento à castração. Portanto, se, por um lado, a capacidade de gerar filhos é uma condição ameaçada, ela revela-se também como ameaçadora, como uma forma de poder, pois são os filhos que, ficando sempre do lado da mãe e auxiliados pela sua astúcia, assumem a vingança sobre o pai e a libertam da violência.

A história de Gaia e Úrano repete-se na geração seguinte, com Reia e Cronos, que de vítima e de executor da vingança passa agora a opressor. Também ele atenta contra os próprios filhos, e, por meio deles, contra a mãe. E, de novo, é o filho quem executará a vingança, de acordo com os planos maternos:

Reia unida a Cronos gerou filhos ilustres:

[...]

*Mas devorava-os o grande Cronos, mal cada um
descia do ventre sagrado da mãe para os seus joelhos,
cuidando assim que nenhum outro dos nobres descendentes do Céu
detivesse entre os Imortais o poder régio.*

*É que ele ouvira, da Terra e do Céu coberto de estrelas,
que lhe estava destinado sucumbir às mãos de um filho seu,*

[...]

*Por essa razão, ele não descurava a vigilância, e, sempre atento,
devorava os seus próprios filhos. E uma dor sem limites tomava Reia.*

*Mas quando a Zeus, pai dos deuses e dos homens,
ela devia dar à luz, então suplicou aos pais amados,
os seus, a Terra e o Céu coberto de estrelas,
que com ela concebessem um plano para esconder o filho querido
que ia dar à luz e vingar as Erínias do seu pai
e dos filhos que tinha devorado o grande Cronos de pensamentos tortuosos.*

*Eles ouviram o grande clamor da filha querida e atenderam-na,
contando-lhe o que tinha sido destinado acontecer
ao rei Cronos e ao seu filho de coração destemido.*

*Enviaram-na para Licton, para a terra rica de Creta,
na altura em que estava prestes a dar à luz o último dos seus filhos,
o grande Zeus; foi a prodigiosa Terra que lho recebeu,
na vasta Creta, para o criar e cuidar dele.*

[...]

*E, envolta em panos, entregou-lhe uma grande pedra, a ele,
o soberano, filho do Céu, primeiro rei dos deuses.*

*Ele tomou-a nas mãos e atirou-a para o ventre,
— infeliz! —, sem se aperceber no seu espírito que, no futuro,
em vez da pedra, o seu próprio filho, invencível e impassível,
viveria; ele, que, em breve, dominando-o, pela força e com as suas mãos,
lhe retiraria as suas honras e reinaria entre os Imortais.*

*Rapidamente, depois, a força e os membros gloriosos
do príncipe cresceram; e quando se completou o tempo devido,
enganado graças às advertências sábias da Terra,
o grande Cronos de pensamentos tortuosos vomitou os filhos,
vencido pela perícia e pela força do seu próprio filho.*

Sendo vítima, a esposa-mãe não é, portanto, completamente inerte. Tem os filhos do seu lado e através deles executa a vingança. Além disso, também a sua astúcia é uma forma de força. Note-se, porém, que nem sempre esta força é utilizada como defesa. Daí a dúplici natureza feminina patente nestes mitos. Tal duplicidade manifesta-se no facto de lhe ser possível e natural tanto a justa vingança, como a vingança cega e desproporcionada. Com efeito, mais tarde, Gaia há-de gerar um filho, um monstro terrível, para lutar contra Zeus. Por conseguinte, a maternidade pode ser usada propositadamente como forma de ataque, como arma política, por assim dizer, obstáculo à concretização dos planos masculinos.

Todo este círculo de crimes terminará quando Zeus ascender ao trono do Olimpo. Para Hesíodo, essa ascensão representa a vitória da justiça e da ordem cósmicas. Zeus começa por atribuir a todos os outros deuses olímpicos as suas competências específicas, num processo ordenador que se confunde com a própria ideia de justiça para os Gregos da época em que Hesíodo compôs o seu Poema. Mas que a manutenção do poder e da ordem patriarcal no mundo não pode ignorar a potencial ameaça materna, é a lição que Zeus consegue aprender, ao contrário dos seus antecessores:

*Zeus, rei dos deuses, tomou por primeira esposa Métis,
a que mais sabe sobre os deuses e os homens mortais.
Mas, quando ela estava prestes a dar à luz a deusa Atena de olhos garços,
nessa altura, ele enganou o seu espírito,
com palavras ardilosas, e engoliu-a no seu ventre,
por conselho da Terra e do Céu coberto de estrelas.
Ambos o aconselharam assim, para que o poder régio
não pertencesse a nenhum outro dos deuses que vivem sempre, senão a Zeus.
Porque estava predestinado que dela nascessem filhos muito inteligentes
[...]
Mas, antes, Zeus engoliu-a no seu ventre,
para que a deusa lhe pudesse aconselhar o que é bom e o que é mau.*

Assistimos aqui a uma inversão dos papéis: Zeus actua como antes Gaia e Reia haviam actuado — de forma ardilosa e seguindo o conselho da Terra e do Céu. E, desta maneira, elimina a potencial ameaça, ao engolir, não os filhos, mas a própria mãe, sua esposa. Num acto de defesa, ou de precaução, assimila as suas

características, entrando na posse daquilo de que antes carecia — a sabedoria, a inteligência, a astúcia. E ele próprio dá à luz, num acto de «apropriação masculina do processo reprodutivo»⁸.

2. DEMÉTER

Deixemos as entidades fantásticas primordiais e passemos à geração das divindades olímpicas. Deméter é filha de Reia e de Cronos, tal como Zeus, e com este seu irmão, por sua vez, tem uma filha, Perséfone (no mundo dos deuses pagãos o incesto não é tabu). No mito de Deméter, como veremos, convergem o tema da maternidade e o tema da morte⁹.

Deméter não é a deusa da maternidade, não preside aos nascimentos — funções desempenhadas por Hera, a esposa de Zeus, e por Ilitia —; é, antes, a deusa dos cereais, das sementeiras e das colheitas. Nessa medida é uma divindade civilizadora — ‘comer pão’ é, já em Homero, uma das características do homem civilizado por oposição aos selvagens. Essa ligação de Deméter à produção dos cereais está bem patente nas representações iconográficas, em que ela aparece quase sempre com espigas nas mãos; e muitas vezes o seu nome, bem como o da filha, é usado metonimicamente para designar o cereal e a farinha. Walter Burkert lembra que em Chipre, para designar a colheita do cereal, usava-se o verbo *δαματρίζειν* (*damatrisein*), palavra com óbvias ligações ao nome da deusa. Que esta sua competência ou função estava também associada aos rituais fúnebres mostra-o o facto de os Atenienses, conforme diz Plutarco, chamarem aos mortos *Demetreioi*, e cobrirem os túmulos com cereais¹⁰.

Mas, além disto tudo, e provavelmente a unir tudo isto está a sua maternidade, bem patente no nome Deméter (Δημήτηρ, ou, noutros dialectos, Δαμάτηρ). O núcleo deste nome é a palavra grega ‘mãe’. Sobre o significado do primeiro elemento não há certezas. Apesar de já os Antigos o entenderem como uma forma modificada de γῆ, o substantivo que significa ‘terra’, a verdade é que hoje, entre alguns especialistas, essa explicação não é tida como segura. Deméter é, portanto, mãe. Mas o que é que faz dela uma mãe diferente das outras, a ponto de essa característica estar inscrita no seu nome? É que nela o ser mãe não é um acidente, no sentido aristotélico do termo, não é uma contingência, se quisermos, não representa o exercício de uma função. Ser mãe é o que a define, é a sua natureza. Ela vive o absoluto da maternidade, por assim dizer, vive-a até ao fim: vive as alegrias, mas também as dores, chega à experiência do luto, a pior que qualquer

⁸ FOLEY, *ed.*, 1993: 112.

⁹ Sobre o mito de Deméter veja-se, entre outros, GRIMAL, 1993; BURKERT, 1993: 313-318; PINHEIRO, 2011: 269-282; POWELL, 2004: 222-236.

¹⁰ Cf. BURKERT, 1993: 313-314.

mãe pode sequer imaginar. Ela é a *mater dolorosa*, que acaba por perder, pelo menos parcialmente, a sua filha.

Talvez a circunstância de ter apenas uma filha possa exacerbar este amor radical. Não interessa. A verdade é que uma parece ser a extensão da outra. Os Gregos referiam-nas muitas vezes apenas com a expressão «as duas deusas», ou até, as «duas Deméteres» e na iconografia costumam aparecer juntas. O que é que veio abalar esta absoluta comunhão?

O texto mais antigo que relata a história de Deméter é o *Hino Homérico a Deméter*, datável do século VII a. C. Vou recordá-la nos seus momentos principais.

Perséfone estava num prado com as amigas a colher flores e, encantada com um narciso, ao inclinar-se para o apanhar, a terra abriu-se e de lá surgiu Hades, o deus dos mortos, num carro de cavalos, que a agarra e a leva consigo. Deméter ouve os gritos da filha e começa em vão a procurá-la por toda a terra. Durante vários dias vagueia, sem comer, nem beber, empunhando um archote. É o deus Hélio, «o que tudo vê», quem lhe conta o sucedido — Perséfone fora raptada por Hades com o consentimento de Zeus, que lha dera em casamento. Furiosa, Deméter resolve abandonar o Olimpo e ir para a terra. Chega a Elêusis onde acaba por ser recebida no palácio do rei Celeu, disfarçada de velha e aí se mantém em grande sofrimento e tristeza. A rainha entrega-lhe o filho mais novo, ainda criança, para a suposta ‘velha’ cuidar dele. A deusa começa a criá-lo como a um deus, retirando-lhe as partes mortais, coisa que fazia todas as noites, passando o menino pelo fogo. Metanira descobre, fica irada, e a deusa, mais irada ainda, revela-se e manda que lhe construam um templo. Aí ela se encerra e proíbe as terras de produzirem. A raça humana corre o risco de desaparecer e os deuses olímpicos de lhes verem negadas as honras desejadas. Por isso Zeus intervém e manda primeiro Íris ordenar a Deméter que regresse ao Olimpo, mas a deusa recusa-se a fazê-lo, enquanto não puder ver a filha. Finalmente Zeus manda Hermes ao Hades persuadir o deus dos mortos a deixar regressar Perséfone. Todavia a jovem deusa não pode regressar, pois Hades, prometendo que a deixaria voltar para a mãe, convence-a a comer uns bagos de romã, impedindo assim o seu regresso. Por isso, Zeus decide que Perséfone passe um terço do ano com Hades no submundo, e regresse na Primavera para junto da mãe, onde passará os restantes dois terços do ano. O *Hino* termina com a instituição dos rituais em honra de Deméter, os Mistérios de Elêusis.

Versões posteriores desta história darão mais importância aos aspectos da relação entre Deméter e as actividades agrícolas. A própria deusa foi algumas vezes assimilada à deusa Cíbele, de origem oriental, como a Grande Mãe, alimentadora. A interpretação alegórica, segundo a qual a estadia de Perséfone no Hades e o seu posterior regresso é o grão que se enterra para mais tarde nascerem os

cereais, reflecte este entendimento. Mas o mito, tal como é contado neste *Hino*, diz muito mais do que isso e, embora admita uma leitura que o relacione com a actividade das sementeiras e das colheitas dos cereais, não se esgota nela. De resto, esse é um dos problemas das interpretações alegóricas dos mitos: pretender que eles digam outra coisa e, portanto, não valem por si mesmos, mas por essa outra coisa que, uma vez percebida, os pode descartar como tentativa de afirmar algo de verdadeiro. Mas o mito, como já tem sido notado por muitos estudiosos, não é alegórico, é tautológico, isto é, diz aquilo que diz, e, por isso, não pode ser dispensado enquanto discurso que reclama ser interpretado e nos interpela a essa interpretação¹¹. Para isso é preciso deixar falar o texto. E que diz este texto? Das muitas coisas que diz, vou centrar-me apenas, e muito brevemente, nas que têm que ver com o tema em discussão.

Que também este poema desenvolve uma intriga assente na oposição e na tensão entre divindades femininas e divindades masculinas, decorrente da abissal diferença entre a vivência da maternidade e a da paternidade, fica claro logo nos versos iniciais¹²:

*Começamos por cantar Deméter de belas tranças, deusa venerável,
e sua filha de tornozelos delgados, a quem Edoneu
raptou. Deu-lha o tonitroante Zeus de voz potente
sem o saber Deméter...*

E fica ainda mais claro uns versos depois (v. 27-29), quando o autor diz que Perséfone, ao ser raptada gritou pelo pai, mas ele ignorou, pois estava dentro de um templo a receber oferendas dos homens mortais. Só a deusa Hécate e o deus Hélios a ouviram. E, evidentemente, a mãe.

O rapto de Perséfone é vivido por Deméter como morte. Toda a descrição que dela se faz enquanto procura a filha — a abstinência de comida, de bebida, de banho, o véu sobre a cabeça — são sinais exteriores de uma mãe enlutada de quem o próprio Hélios tem compaixão, sentimento muito pouco comum entre os deuses. A dor de Deméter é, como nota Helene Foley, a experiência mais próxima do sofrimento humano que uma divindade pode ter, e, também ela, tem consequências terríveis¹³. Atingida no que tem de mais precioso, na carne da sua carne — não é por acaso que, ao dirigir-se a Hélios para saber do paradeiro de Perséfone, fale dela como «a menina que eu dei à luz» (v. 66) usando uma forma do verbo que se usa principalmente com referência às mães — atingida no fruto das suas entranhas,

¹¹ Cf. RICOEUR *et al.*, 1998: 11.

¹² A tradução é minha e foi feita com base no texto grego editado por FOLEY, *ed.*, 1993. Esta edição, acompanhada de tradução e comentários, contém ainda um muito extenso e excelente estudo sobre o *Hino*.

¹³ FOLEY, *ed.*, 1993: 89.

Deméter entrega-se a uma cólera de consequências devastadoras, que ameaça fazer ruir, e consegue-o parcialmente, a ordem que Zeus impusera no início ao mundo.

Com efeito, em Hesíodo, uma das medidas que Zeus toma como rei do Olimpo é a da separação definitiva entre o mundo dos deuses e o dos homens, a quem nega o fogo, coisa que, não fora a acção de Prometeu, os condenaria a uma vida ainda mais miserável. Mas a possibilidade de um mundo sem seres humanos, aberta pela cólera de Deméter e pela sua decisão de impedir a produção dos campos, provoca uma mudança nesse estado de coisas. Os deuses, e Zeus à cabeça de todos, tomam consciência de que precisam dos homens para receberem honras e sacrifícios. Aliás, essa é a única razão pela qual Zeus cede e intervém no rumo dos acontecimentos e não pelo amor à filha (o motivo do desejo de poder aqui acrescentado do desejo de honra e glória como característico do mundo masculino está bem patente neste retrato de Zeus).

Por outro lado, apesar de não conseguir a recuperação total de Perséfone, Deméter faz com que se atenuem também a separação entre o mundo dos mortos, o dos vivos e o dos deuses. Com efeito, o mundo subterrâneo de Hades, até aí infrequentado pelos restantes deuses, à excepção de Hermes, o psicopompo, ou seja, o deus que conduzia as almas dos mortos até ao seu destino final, passa a ter uma passagem para as regiões superiores, da qual Perséfone e Deméter são as responsáveis. Perséfone passa a fazer a ligação entre os mundos, integrando a morte na vida e a vida na morte. E, presidindo à produção dos cereais, ambas, mãe e filha, continuam a assegurar essa integração, porque o trigo tem de morrer para germinar¹⁴.

Era certamente esta ligação essencial entre a morte e a vida que estaria no cerne dos Mistérios de Elêusis, cuja instituição por Deméter é explicada nesta narrativa etiológica. Apesar de imortal, Deméter é a mãe que conhece, pois disso fez experiência (ainda que parcial), o sofrimento da perda de um filho. Tal como nos é contada, esta história apresenta a maternidade como o lugar de intersecção entre a vida e a morte, num paralelismo com os campos onde o grão nasce depois de morrer e morre depois de viver.

CONCLUSÃO

Em suma, sendo um princípio de diferenciação entre os sexos, a maternidade marca a natureza feminina como radicalmente outra, poderosa, incompreensível e ambivalente, por oposição à masculina, que se alimenta apenas da satisfação do desejo — de sexo ou de poder. Por detrás destes mitos gregos das origens estará, pois, também a intuição da radical alteridade feminina, que o homem se sente

¹⁴ Esta ideia, que se tornará central no cristianismo, é afirmada no Evangelho de S. João 12, 24 e na 1.ª Epístola de S. Paulo aos Coríntios 15, 36.

incapaz de entender e perante a qual se mostra, de alguma maneira, impotente. É porventura essa paradoxal inversão de forças, em que quem é naturalmente mais forte sente a constante ameaça da imprevisibilidade da condição materna ou, como em outras narrativas, o efectivo poder de *eros* que as figuras femininas encarnam, que subjaz à misoginia característica de alguns trechos da poesia antiga.

BIBLIOGRAFIA

- BURKERT, Walter (1993). *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Lisboa: FCG.
- BURKERT, Walter (1999). *The Logic of Cosmogony*. In BUXTON, Richard, ed. *From Myth to Reason? Studies in the Development of Greek Thought*. Oxford: Oxford University Press, pp. 87-106.
- FOLEY, Helene, ed. (1993). *The Homeric Hymn to Demeter*. Princeton: Princeton University Press.
- GRIMAL, Pierre (1993). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel.
- LOURENÇO, Frederico, trad. (2005). *Iliada*. Lisboa: Cotovia.
- PEREIRA, Maria Helena (2017). *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: FCG. Vol. I. *Cultura grega*.
- PINHEIRO, Ana; FERREIRA, José Ribeiro, trad. (2005). *Teogonia: Trabalhos e Dias*. Lisboa: INCM.
- PINHEIRO, Marília (2011). *Mitos e Lendas da Grécia Antiga*. Lisboa: Clássica Editora.
- POWELL, Barry (2004). *Classical Myth*. Oxford: Oxford University Press.
- RICHARDSON, Nicholas, ed.; CASHFORD, Jules, trans. (2003). *The Homeric Hymns*. Londres: Penguin Books.
- RICOEUR, Paul et al. (1998). *Grécia e Mito*. Lisboa: Gradiva.
- WEST, Martin (1997). *The East Face of Helicon. West Asiatic Elements in Greek Poetry and Myth*. Oxford: Clarendon Press.

WAZ TOUC MIR DOCH MIN ALTEZ LEBEN?:

IRMENSCHART COMO MATER MEDIATRIX EM WILLEHALM DE WOLFRAM VON ESCHENBACH*

MAFALDA SOFIA GOMES**

Resumo: As personagens femininas são, na literatura medieval, capazes de condicionar o rumo dos acontecimentos através do uso da palavra perante um auditório. Estas mulheres são não raras vezes personagens maternas. Neste artigo, apresentarei uma reconfiguração deste paradigma ao considerar um exemplo da épica do médio-alto-alemão, nomeadamente a matriarca Irmenschart, esboçada no Willehalm (c. 1210-1220) de Wolfram von Eschenbach. A intervenção da personagem materna na narrativa é marcada por uma astuta utilização da palavra na corte imperial em benefício do filho, por quem intercede e de cujo conflito se faz medianeira. Daqui resultará a reabilitação da virtude masculina dos membros da künne, a restauração da identidade da família e, finalmente, a oferta de auxílio material à causa de Willehalm. O caráter medianeiro e intercessor que marca a figuração de Irmenschart no texto será também perspetivado à luz de uma possível relação com o modelo cristão mariano da mater mediatrix.

Palavras-chave: maternidade; Idade Média; Wolfram von Eschenbach; mediação.

Abstract: In medieval literature, female characters can affect the course of events by speaking before an audience. These women are often maternal characters. In this article, I will analyze a reconfiguration of this paradigm by considering the example of the matriarch Irmenschart, depicted in Willehalm (c. 1210-20) by the Middle High German poet Wolfram von Eschenbach. An astute speech characterizes the intervention of the maternal character in the narrative in the imperial court for the benefit of her son, through whom she intercedes and whose conflict she mediates. This will rehabilitate the manly virtue of the members of the künne, restore her family's identity and, finally, ensure material assistance to Willehalm's cause. The mediator and intercessor nature that commands Irmenschart's role in the plot will also be perceived in the light of a possible connection to the Christian and Marian model of the mater mediatrix.

Keywords: motherhood; Middle Ages; Wolfram von Eschenbach; mediation.

*As mulheres aspiram a casa para dentro dos pulmões
E muitas transformam-se em árvores cheias de ninhos — digo,
As mulheres — ainda que as casas apresentem os telhados inclinados
Ao peso dos pássaros que se abrigam.*

Daniel Faria

Ainda que se conheçam exemplos de mulheres com notável e documentada participação na vida governativa do seu tempo (pense-se na importância política, mais ou menos velada, das filhas de Carlos Magno na corte)¹, o uso da palavra no

* Este artigo resulta de muitas reflexões tecidas no âmbito do meu projeto doutoral, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa SFRH/BD/117850/2016), de que resultou a tese *Maternidade e conflito nos textos narrativos do médio-alto-alemão* apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em junho de 2021. Neste trabalho, refleti sobre o papel de Irmenschart no capítulo 2 da Primeira Parte (em *Maternidade e mediação*).

** Universidade do Porto/CITCEM. Email: mssgomes@letras.up.pt.

¹ Cf. NELSON, 1993.

espaço público era, na Idade Média, sobretudo e por tradição, um privilégio reservado aos homens. A literatura do período dá, contudo, testemunho de personagens femininas capazes de condicionar o rumo dos acontecimentos com recurso ao uso da palavra, exibindo perante uma plateia maioritariamente masculina grande mestria e flexibilidade intelectual. Em parte, esta constatação foi trazida ao debate intelectual em 1980 por Caroline D. Eckhardt, para quem este tipo de intervenção pode ser percebido como manifestação de uma convenção literária relevante no contexto da literatura europeia medieval: a da mulher medianeira e intercessora². Notório, e nem sempre observado, é, pois, que esta mulher é não raras vezes uma personagem materna, justificando-se assim a inclusão desta breve reflexão na revista.

Para Sean J. Gilsdorf, numa perspetiva historiográfica, a mediação é um ato indexical, ou seja, os intermediários não são selecionados de forma arbitrária, mas antes por via da relação de proximidade àquele a quem cabe decidir e ou àquele por quem se advoga³. Nenhuma interação mediada pode ser, pois, entendida adequadamente sem se prestar atenção não apenas às partes, mas também à posição, interesses e características do mediador⁴. Considerado o inquebrável vínculo estabelecido entre mãe e filho, que pode ser afetivo, ou tão somente genealógico (com tudo o que isso implica no período medieval), esta relação umbilical é de natureza privilegiada. Além disto, as figuras maternas esboçadas nos textos são, por norma, rainhas nobres e, por isso, respeitadas matronas detentoras de prestígio na sociedade. As mães reúnem, por isso, critérios de legitimidade para mediar as contendas em que os filhos possam eventualmente ver-se implicados. Isto deixar-se-á ilustrar com um exemplo da épica do médio-alto-alemão do início do século XIII, no qual a intervenção da personagem materna nos acontecimentos da narrativa é marcada, pois, por uma astuta utilização da palavra no espaço público em benefício do filho, por quem intercede e de cujo conflito se faz medianeira. Falo de Irmenschart, mãe do protagonista do *Willehalm* (c. 1210-1220) de Wolfram von Eschenbach⁵, adaptação alemã da gesta francesa do ciclo de Guillaume d'Orange, a *Bataille d'Aliscans* (c. 1180-1190).

A bem da compreensão do papel de Irmenschart como conciliadora de partes, importa aludir brevemente aos acontecimentos que precedem o seu aparecimento

² Ainda que o objeto de estudo de Eckhardt (romances escritos em inglês médio) se distinga daquele que me ocupará no presente artigo, o contributo da investigadora deve ser destacado, na medida em que põe a nu a existência de um paradigma literário poucas vezes notado pela crítica (inclusivamente pela germanística medieval). Não deve, contudo, deixar de ser referido que, ainda que seja possível encontrar manifestações do paradigma da mulher medianeira e intercessora na épica do médio-alto-alemão, este é reconfigurado de formas distintas daquelas pensadas por Eckhardt no seu artigo.

³ Cf. GILSDORF, 2014: 36-37.

⁴ Cf. GILSDORF, 2014: 36-37.

⁵ A edição que se utilizará e da qual se citará é a de Schröder, devidamente referenciada na bibliografia final.

no texto. Encarcerado na Arábia, o prisioneiro cristão Willehalm apaixona-se pela rainha Arabel, filha de um poderoso rei pagão, Terramer. Não menos enamorada, Arabel abandona marido e filhos, une-se a Willehalm e converte-se ao Cristianismo (a partir desse momento, a personagem chamar-se-á Gyburc). A demanda de *vendetta* encabeçada por pai e marido sarracenos comanda os acontecimentos da ação, nomeadamente as duas batalhas relatadas. Entre a primeira e a segunda contenda, ocorre uma espécie de interlúdio: o encontro da família de Willehalm, em Munleun, na corte de Loys, imperador e cunhado do protagonista. Esta circunstância será aproveitada pelo amado de Gyburc, pois aí pedirá socorro. O jovem e mártir Vivianz, sobrinho de Willehalm, havia sido brutalmente chacinado na primeira batalha e Gyburc havia sido deixada em Orange, sem proteção masculina, à mercê do ódio da sua família sarracena. Em desespero e com urgente necessidade de ajuda económica e militar, o protagonista dirige-se sem demora à corte imperial na expectativa de que *triuwe*, lealdade familiar, lhe seria demonstrada pelos seus parentes e irmãos. Começa, todavia, por ser recebido com indiferença e passividade. Tais desonras hão de espoletar um aceso e complexo conflito familiar⁶ (no qual, por exemplo, Willehalm quase decapita a própria irmã, casada com Loys)⁷. O auxílio procurado por Willehalm e a resolução dos problemas internos da *künne* serão, em farta medida⁸, conseguidos por intermédio de Irmenschart. Atente-se, pois, num dos seus mais notáveis atos de fala.

Quando Willehalm revela a sua identidade perante todos, trazendo a trágica nova de que Vivianz estava morto e de que Gyburc sofria privações em Orange, instala-se entre os homens um pranto geral. Esta exposição de vulnerabilidade coletiva, como refere Christopher Miller, poderia ser percebida como indício de força, identidade partilhada e propósito comum⁹. Não obstante, esta interpretação é radicalmente distinta daquela do horizonte diegético, já que Irmenschart, ao serviço dos interesses do protagonista, perante todos, dirigindo-se aos filhos, critica abertamente o derrame de lágrimas:

⁶ Em suma: a Rainha de França põe em causa a honra, a *êre*, de Willehalm, recusando-lhe a devida hospitalidade, cumprimento e auxílio. Willehalm, por sua vez, põe em causa a *êre* da Rainha de França, ao tentar decapitá-la e ao acusá-la de adultério, e, com isso, a de Loys (que, vê a sua própria honra manchada pela *offentio* contra aquela que é sua mulher e rainha), maculando-se a *êre* do império como instituição.

⁷ Pode também mencionar-se que a princesa de Pavia evita dois homicídios, assinalando-se a sua coragem e poder mediador também no espaço em que decorre o enredo. Por um lado, Willehalm refreara a sua fúria e não assassinara Loys por respeito à presença da sua mãe («*ich kund iuch wol beswaeren/ durh mine muoter laz ichz gar*», *Willehalm* 146, 12-13; «eu podia martirizar-vos, mas, por respeito à minha mãe, não o farei» [todas as traduções deste texto são minhas]). Por outro lado, é também a princesa de Pavia quem serve de impedimento ao assassinato da Rainha de França pelo irmão, protegendo a filha com o próprio corpo (cf. *Willehalm* 147, 20-24).

⁸ É inegável a importância que Alyze, a neta de Irmenschart, e que a Rainha de França (posteriormente) terão a desempenhar na resolução do conflito familiar, cooperando «matrioskamente» com a matrona em foco.

⁹ Cf. MILLER, 2016: 193.

*wie ist iuwer ellen sus bewart?
 ir tragt doch manlichen lip:
 sult ir nu weinen so diu wip
 oder als ein kint nach dem ei?
 waz touc helden sölh geschrei?
 welt ir manliche leben,
 so müezet ir lihen und geben,
 und helfet dem der zuns ist komen,
 des vlust wir alle han vernomen.
 da hab wir mit im an verlorn.
 die von Heimrich sint erborn,
 ob sin künne ir pris wil tuon,
 so wirt Willalm min sun
 ergetzet swaz im wirret.
 swen zageheit des irret,
 der möhte sanfter wesen tot¹⁰*

As lágrimas dos homens são aqui percebidas como signos que apontam para uma sentimentalidade vã, aproximando-os do exemplo das mulheres e das crianças. Implícito está que o choro daqueles homens não indicia outra coisa senão cobardia, *zageheit*. As lágrimas são, pois, uma crítica à inadequada resposta perante um caso que, mais do que lamento passivo, exigiria valentia e solidariedade. Caso estes homens desejassem expressar devidamente a sua masculinidade, *ellen*, Irmenschart recomenda a via utilitária de demonstração de compaixão e de fraternidade: oferta de ajuda económica e serviço no campo de batalha.

Sabido é que o *Willehalm* é considerado um *opus mixtum*. Por causa disto, John Greenfield percebe na crítica de Irmenschart ao pranto dos homens a expressão de uma contaminação de géneros¹¹, isto é, a influência do romance cortês na tradição heroica. Nesta última, são os homens quem exprime sentimentos, função que no romance é assumida pelas mulheres. Assim, segundo a nova convenção do romance cortês, seria expectável que Irmenschart fosse uma carpideira de folgo. Contudo, a personagem materna não chora. Se, confrontados com a miséria do irmão, a resposta dos homens não passa por demonstrar valentia, mas estéril *compassio*, as lágrimas da personagem materna não teriam do mesmo modo qualquer serventia à causa do protagonista. A Irmenschart parece não ter restado outra

¹⁰ Cf. *Willehalm* 152, 12-27 («Para onde foi a vossa coragem? Afinal, trazeis corpo de homem: tendes mesmo que chorar como fazem as mulheres ou como acontece às crianças quando se parte um ovo? De que serve aos heróis tanta gritaria? Queirais viver como homens, então ofereci feudos e presentes e ajudai este que veio até nós. Todos partilhamos do seu infortúnio, pois, como ele, também perdemos. Se aqueles que foram gerados por Heimrich quiserem honrar o prestígio da família, Willehalm, o meu filho, esquecer-se-á daquilo que o perturba. Aquele que for tomado pela cobardia mais valia ter já morrido»).

¹¹ Cf. GREENFIELD, 2000: 375-376.

hipótese senão agir de um modo alternativo e interceder pela causa de Willehalm com poderosas palavras de reprovação, que, pelo seu engenho, serão capazes de alterar a conduta dos filhos.

Contra a estereotipada e generalizada oposição atividade/passividade que percebe a mulher como representante da segunda, Irmenschart apresenta-se assim como imagem exemplar de atividade, dando mostras da sua valentia modelar. Isto faz-se evidente também quando exhibe uma consciência do valor relativo do poderio material por via do reconhecimento da transitoriedade da sua própria vida, perguntando a certa altura: «*waz touc mir doch min altez leben?*»¹². Não surpreende, pois, que Stephanie L. Hathaway escreva: «Irmenschart/Hermengart is the image of mediation and reconciliation, inspiring a sense of measure, priority and duty to support kinsmen»¹³. A consciência da proximidade do seu fim justifica que a figura idosa, ao invés de querer poupar-se em cativo, exprima, com o ímpeto da ação que deveria à partida caracterizar o género masculino, envergando-o, o desejo de pôr a vida diretamente ao serviço da ofensiva armada, ajudando no campo de batalha:

*ich wil dir niht enpflieden,
harnasch muoz an minen lip.
ich bin so starc wol ein wip,
daz ich bi dir wapen trage.
der ellenthafte, niht der zage,
mac mich bi dir schouwen:
ich wil mit swerten houwen*¹⁴

Mediando as partes, aquela que procura auxílio (Willehalm) e aquela que pode provê-lo (os demais filhos), ao mostrar prontidão para tomar armas, prescindindo de qualquer mediação entre o corpo e a espada, a medianeira mostra aos homens reunidos em Munleun a resposta adequada naquela circunstância de aflição. Na lógica dos acontecimentos narrados, que Irmenschart se voluntarie pode, então, ser percebido retoricamente. Além disto, repare-se que esta passagem, conforme a já citada passagem *Willehalm* 152, 13-14, insiste na rima das palavras *lip/wip*: se os homens envergando corpo de homem (*manclichen lip*) se escusam da coragem da ação, aproximando-se da natureza das mulheres (*diu wip*), uma mulher, Irmenschart (*ein wip*), havia de dar bom exemplo a respeito daquilo que (até!) as mulheres envergando o corpo de mulher (*an minen lip*) seriam capazes de fazer.

¹² Cf. *Willehalm* 160, 20-22 («De que me serve ainda a minha longa vida?»).

¹³ Cf. HATHAWAY, 2009: 107.

¹⁴ Cf. *Willehalm* 161, 4-10 («Eu não te vou deixar cair. Cobrirei o meu corpo com uma armadura. Sou uma mulher tão forte que posso tomar armas contigo. Os valentes hão de ver-me perto de ti, mas não os cobardes: eu vou rachá-los com a minha espada»).

Esta personagem materna não é, pois, uma representante típica do seu género. A sua intervenção no texto alemão poderia ser percebida como expressão de subversão, se considerados os principais aspetos da sua identidade. Enquanto mulher e enquanto mulher idosa, a sua presença seria inadequada no campo de batalha, conforme Willehalm lhe faz notar¹⁵. Em alternativa, o filho pede-lhe que envie antes Heimrich. Apesar da preferência de Willehalm pelo pai, não se tece qualquer crítica à *unwîpheit* de Irmenschart, ligada ao seu desejo de tomar parte na refrega, conforme acontece noutros textos do mesmo período face a mulheres que pretendam ou cheguem mesmo a ser instrumentos de violência contra os homens¹⁶. A mãe de Willehalm, ao prontificar-se para lutar em Alischanz, personifica uma ética convencionalmente masculina, sem que isso se traduza em censura, mas em louvor. Inversamente, a *wîpheit* expressa pelo pranto dos homens deixa-se criticar.

A autoridade representada pela mãe do herói não se escusa, porém, conforme repara Elke Koch, da interferência da decisão final do masculino, nomeadamente do seu filho¹⁷. Isto parece concordar com uma perspetiva formulada por Sarah Kay, que pensada para outro *corpus*, também se reveste de importância neste contexto: aquela pelo qual se dá uma valorização da perspetiva feminina que temporariamente toma as rédeas, sendo posteriormente subordinada à perspetiva masculina dominante¹⁸. Pode, por isso, falar-se de uma certa ambivalência na caracterização de Irmenschart, que traduz a própria ambivalência do texto em questões de género literário. Apesar do poder irradiado pelo seu discurso e da força de que dá mostras como mulher, expondo a fraqueza do primeiro sexo, a princesa de Pavia não afronta o patriarcado, mas age em prol da sua reabilitação. A este respeito, é também útil evocar Simon Gaunt. Para o investigador, o sistema ético nas *chansons de geste* é masculino: os homens definem-se em relação a outros homens, o que é contemplado a partir da noção de masculinidade monológica¹⁹. Este modelo, baseado em princípios de irmandade e de cooperação entre homens, é certo na forma como põe em evidência as problemáticas relações entre homens. Escrevendo sobre a *Chanson de Guillaume*, que faz parte da mesma tradição textual do texto de Wolfram, Gaunt dá também conta da existência de variações face ao referido paradigma, concluindo que as figuras femininas detêm muitas vezes uma função de denúncia e de diagnóstico das fragilidades e ineficácias das figuras masculinas. Ao apontar o dedo às faltas dos homens, restaura-se o bom

¹⁵ Cf. *Willehalm* 161, 20-21.

¹⁶ Cf. SAMPLES, 1991: 104.

¹⁷ Cf. KOCH, 2012: 144.

¹⁸ Cf. KAY, 1990: 152, também 156.

¹⁹ Cf. GAUNT, 1995: 23.

funcionamento da ordem masculina²⁰. O discurso de Irmenschart, que intercede em prol dos interesses de Willehalm perante os seus irmãos vai, pois, ao encontro desta tendência: a crítica ao pranto quer promover o valor, a *werdekeit*, do masculino, que encontrará a sua forma ideal de manifestação na pragmática oferta de ajuda económica e militar. Não podendo, porém, servir no campo de batalha, a princesa de Pavia intercede ainda com recurso ao seu próprio exemplo: oferece avultadas riquezas do seu *hort* particular, bom soldo aos guerreiros, búfalos-d'água, ouro e prata, bons cavalos e armamento, bem como um exército exclusivamente custeado por si. Remata com a confirmação de inteira disponibilidade económica ao serviço da causa de Willehalm, a quem generosamente diz: «*sun, ich wil dich triegen niht:/ des antwurte ich dir genuoc,/ vil mer denne ichs noch ie gewuoc*»²¹.

Neste ponto, não é de todo inconveniente aludir ainda à ideia de solidariedade entre parentes concretizada na imagem da família como um corpo²², textualmente introduzida no discurso da Rainha de França: «*mine bruoder die hie sin,/ gedenket daz wir sin ein lip*»²³. Esta metáfora sustenta-se no parentesco de sangue entre irmãos permitido pela coincidência de progenitores: o mesmo pai, mas também, e sobretudo, a mesma mãe, que os carregou no ventre. *diu vürstin Irmenschart* é, juntamente com o marido, *Heimrich von Narbon*, pois, o nexó fisiológico a partir da qual o parentesco de sangue entre os irmãos é estabelecido, celebrando indistintamente a ideia de obrigação de *triuwe* entre os parentes como consequência do denominador comum representado pela coincidência de progenitores. Os progenitores, incluindo a mãe, detêm, por isso, uma função identitária²⁴. Tal explica que a Rainha recorra a um vocabulário corpóreo proveniente da ideia de maternidade fisiológica:

*nu geloube daz mir nahe get
niu sure vlust unserr art.
wa nu, von Paveie Irmenschart?
gedenke ob du mich habst getragen,
hilf mir diz leit mit triuwen klagen*²⁵

²⁰ Cf. GAUNT, 1995: 23.

²¹ *Willehalm* 161, 28-30 («filho, não te engano: tudo porei à tua disposição e ainda mais do que aquilo que referi»).

²² Esta imagem pertence ao imaginário teológico cristão, contida e desenvolvida, por exemplo, na *Carta aos Efésios* (4, 4-16), onde se explora a ideia de que os cristãos partilhariam um só corpo como irmãos (graças à Encarnação do Verbo). Esta imagem também é trabalhada no prefácio do *Willehalm* («*din mennscheit mir sippe git*», *Willehalm* 1, 19; «a tua Encarnação fez-me teu parente»). O nascimento de Jesus é, pois, responsável pelo novo parentesco entre homens e mulheres cristãos: «*din kint und din künne/ bin ich bescheidenliche*» (*Willehalm* 1, 16-17; «bem sei que sou teu filho e teu irmão»).

²³ *Willehalm* 168, 12-13 («irmãos meus que aqui estais, lembrai-vos que somos um só corpo»).

²⁴ Cf. *Willehalm* 121, 24-25; *Willehalm* 122, 27-29.

²⁵ *Willehalm* 168, 6-10 («Acreditai que me dói profundamente a perda dos da nossa estirpe. Ai de vós, Irmenschart de Pávia! Se me carregastes no ventre, lembrai-vos disso e ajudai-me a lamentar este sofrimento com lealdade»).

Irmenschart, corroborando a filha, refere que pais e filhos estão em unidade se comungam da mesma dor no peito. Comungar da mesma dor no peito é, porém, de acordo com a crítica de Irmenschart ao pranto estéril, um convite a que cada um auxilie Willehalm na medida das suas possibilidades para que a família, como um só corpo, possa prosperar. Assim, aproximando-se da função de exemplo dada por Irmenschart em matéria de ajuda económica e militar, a sua filha e Rainha prontifica-se também à oferta de avultadas riquezas àqueles que lutassem pelo irmão. Os irmãos e o cunhado, o imperador Loys, seguem-lhe o exemplo, confirmando o sucesso do poder mediador e intercessor de Irmenschart (em cooperação com o da filha e da neta Alyze).

Neste ponto, recupere-se Eckhardt: para explicar o paradigma da personagem feminina medianeira e intercessora, a autora atribui à mãe de Cristo um papel importante no processo de desenvolvimento da convenção²⁶. Com isto, Eckhardt fornece uma pista capaz de ampliar a compreensão do papel de Irmenschart no texto alemão. Irmenschart não é apenas medianeira numa perspetiva política e social, podendo ser ainda percebida, à imagem de Maria, como *mater mediatrix*. De facto, a mãe de Cristo é, durante a Idade Média, tida enquanto *Sedes Sapientiae*²⁷, atribuindo-se-lhe mestria no que respeita à linguagem e aos seus usos retóricos²⁸, passando a ser considerada Mãe da Palavra²⁹. Esta conceção está ligada a um conjunto de tarefas que, segundo a tradição, a mãe de Jesus tem a desempenhar na história da Salvação: Maria é tida, sobretudo desde o fim século VIII e com preponderância a partir dos séculos XI e XII, como *mediatrix* (medianeira), já que é vista como uma entidade intermediária entre o Céu e a Terra, entre Cristo e a humanidade, entre Deus e os pecadores³⁰. Maria não é, todavia, um mero aqueduto das palavras de outros, de Deus e dos Homens, mas também ela sujeito de comunicação ativo e transformativo, na medida em que a tradição lhe prescreve a função de formulação de petições em nome dos pecadores. Maria desempenha ainda um importante papel como intercessora, *advocate*³¹. Com isto relaciona-se ainda a tradição que tem Maria como

²⁶ Recordem-se as palavras da autora: «Mary intervenes on behalf of those who are threatened, devises plans to save them from their enemies, and represents simultaneously an active role, pragmatic approach and the traditional forgiving warmth of motherhood» (ECKHARDT, 1980: 103).

²⁷ Cf. STOLZ, 1993: 96.

²⁸ Cf. DONAVIN, 2012: 3.

²⁹ Tal pode explicar que as *Artes liberales* do *Trivium* (Gramática, Retórica e Lógica) sejam frequentemente associadas a representações alegóricas da mãe de Cristo. A Gramática, por exemplo, é frequentemente exibida como uma mãe que amamenta, sublinhando-se a analogia com o tipo *Maria lactans*, com grande fulgor a partir do século XIII.

³⁰ Cf. FLEURY, 2010: 40.

³¹ Aluda-se ainda à iconografia da dupla intercessão, ideia referida pela primeira vez na segunda metade do século XII por Ernaldo de Chartres: Maria intercede perante Jesus, exibindo o seu seio desnudo, que, por sua vez, intercede perante o Pai, exibindo no flanco as suas feridas ensanguentadas. Esta imagem subentende a importância do corpo como argumento de intercessão. Cf. também FLEURY, 2010: 41.

corredemptrix (corredentora), já que, segundo a crença, a redenção salvífica de Cristo na Crucificação dependera do livre-arbítrio de Maria na Anunciação ao permitir-se carregar Jesus no ventre.

Deixa-se, então, defender que o entendimento de Maria como *mater mediatric*, *advocate* e *corredemptrix* parece ser, no horizonte do *Willehalm* de Wolfram von Eschenbach, replicado, em jeito de *imitatio mariae*, por Irmenschart. Como Maria, Irmenschart é representada ao serviço da resolução de conflitos através do uso da palavra, da intercessão em nome de outros e da redenção dos males do filho Willehalm. Além disto, o desejo de tomar armas ela mesma é significativo, já que pode ser percebido como materialização literária do discurso sacrificial cristão, patente, a título de exemplo maior, na ideia da encarnação de Deus na pessoa de Cristo fadado à morte na cruz. Também nesta perspetiva, a caracterização de Irmenschart acusa uma tónica mariana, já que a mãe de Cristo mantém uma relação determinante com a ideia de sacrifício, sobretudo na medida do seu papel na crucificação de Jesus, onde, por sofrer junto do filho, se deixa dizer que o sacrifício do filho é também o sacrifício da mãe. Ainda que as circunstâncias que ligam Maria e Irmenschart à ideia de sacrifício sejam inteiramente distintas, esta ponte pode ser estabelecida, já que ao tomar a iniciativa de lutar no campo de batalha, Irmenschart põe a sua vida ao serviço da causa do filho, oferecendo a sua existência na terra à possibilidade da morte nos campos de Alischanz (que partilha com Willehalm). Por outro lado, destaque-se que a criação da personagem que é Willehalm se baseia em grande medida na figura histórica de Guilherme I de Tolosa, canonizado no século XI. Tal deixa que se integre Irmenschart numa tradição hagiográfica em que as mães de santos se notabilizam pela sua ação extraordinária e influência sobre os filhos³². Nesta perspetiva, a mãe de Willehalm pode ser percebida em relação de paralelo, por exemplo, com Emmelia, mãe de Gregório de Níssa, com Santa Sílvia, mãe de São Gregório Magno, ou mesmo com Santa Mónica, mãe de Santo Agostinho. Estas figuras são conhecidas pela sua excecionalidade, refletida por sua vez no contributo dos seus filhos para a história da cristandade e da fé. Assim, ainda que não faça sentido perceber Irmenschart como uma *sancta* no contexto do *Willehalm*, não pode ser ignorado que o protagonista nos é apresentado como futuro santo (*herre sanct Willehalm*, como é chamado no prólogo). Por este motivo, é natural que a figuração de Willehalm exija a caracterização de uma personagem de maternidade em conformidade com a virtude redentora do filho.

³² Cf. ATKINSON, 1991: 64-100.

BIBLIOGRAFIA

- ATKINSON, Clarissa W. (1991). *The Oldest Vocation. Christian Motherhood in the Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press.
- DONAVIN, Georgiana (2012). *Scribit Mater. Mary and the Language Arts in the Literature of Medieval England*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press.
- ECKHARDT, Caroline D. (1980). *Woman as Mediator in the Middle English Romances*. «The Journal of Popular Culture» 14:1, 94-107.
- FLEURY, Katharina Mertens (2010). *Maria mediatrix – mittellos mittel aller sūnder*. «Das Mittelalter». 15:2, 33-47.
- GAUNT, Simon (1995). *Gender and Genre in Medieval French Literature*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- GILSDORF, Sean J. (2014). *The Favor of Friends: Intercession and Aristocratic Politics in Carolingian and Ottonian Europe*. Leiden: Brill.
- GOMES, Mafalda Sofia (2021). *Maternidade e conflito nos textos narrativos do médio-alto-alemão*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- GREENFIELD, John (2000). *A Morte da Mulher na Literatura Alemã Medieval. Algumas Considerações sobre a Figura de Kriemhild em Das Nibelungenlied*. «Línguas e Literaturas – Revista da Faculdade de Letras». 17, 363-388.
- HATHAWAY, Stephanie L. (2009). *Women at Montlaon. The Influential Roles of the Female Characters in Court Negotiations in Aliscans and Wolfram's Willehalm*. «Neophilologus». 93:1, 103-121.
- KAY, Sarah (1990). *Investing the Wild. Women's Beliefs in the Chansons de Geste*. «Paragraph». 13, 147-163.
- KOCH, Elke (2012). *Trauer und Identität. Inszenierungen von Emotionen in der deutschen Literatur des Mittelalters*. Berlim; Boston: De Gruyter.
- MILLER, Christopher (2016). *Die sah man weinen. The Representation of Emotion and Dispute in Middle High German Heroic Epic*. Toronto: University of Toronto. Tese de doutoramento.
- NELSON, Janet L. (1993). *Women at the Court of Charlemagne. A Case of Monstrous Regiment?* In PARSONS, John Carmi; WHEELER, Bonnie, ed. *Medieval Queenship*. Nova Iorque: St. Martin's Press, pp. 43-62.
- SAMPLES, Susann T. (1991). *Maternal Loyalty in the Nibelungenlied and Kudrun*. In CLASSEN, Albrecht, coord. *Von Otfried Von Weissenburg Bis Zum 15. Jahrhundert: Proceedings from the 24th International Congress on Medieval Studies, May 4-7, 1989*. Göppingen: Göppingen Verlag Alfred Kümmerle, pp. 103-112.
- STOLZ, Michael (1993). *Maria und die Artes liberales*. In OPITZ, Claudia et al., coord. *Maria in der Welt. Marienverehrung im Kontext der Sozialgeschichte 10.-18. Jahrhundert*. Zúrique: Chronos, pp. 95-120.
- WOLFRAM VON ESCHENBACH (2003). *Willehalm*. Ed. de Werner Schröder. Berlim: De Gruyter.

DO AMOR AO ÓDIO:

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE FIGURAS MATERNAS NA NARRATIVA CAVALEIRESCA QUINHENTISTA PORTUGUESA

PEDRO MONTEIRO*

Resumo: *Este artigo centra-se na análise de algumas destacadas figuras maternas presentes em três textos cavaleirescos do quinhentismo português (Crónica do Imperador Clarimundo, Palmeirim de Inglaterra e Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda). Pretende-se partir de uma abordagem tipológica da representação da maternidade, analisando em primeiro lugar as mães dos heróis principais, para, a partir daí, evidenciar a figuração de duas mães que se afastam dessa tipologia: Zaraina e Ifranasa. Estas duas figuras do texto de Jorge Ferreira de Vasconcelos destacam-se pela relação de antagonismo relativamente aos seus filhos, Florisbel e Masília. Ao conjugarem dimensões que vão para além da simples figuração maternal, chamaremos igualmente à atenção para a forma através da qual essas duas figuras se destacam numa análise global relativamente à condição das figuras femininas nos textos cavaleirescos de quinhentos.*

Palavras-chave: *livros de cavalarias; ficção; quinhentismo; figuração maternal.*

Abstract: *This article focuses on the analysis of some outstanding maternal figures present in three chivalric texts of the Portuguese sixteenth century (Crónica do Imperador Clarimundo, Palmeirim de Inglaterra and Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda). It is intended to start from a typological approach to the representation of motherhood, analysing first the mothers of the main heroes, to, from there, highlight the figuration of two mothers who diverge from this typology: Zaraina and Ifranasa. These two figures present in the text of Jorge Ferreira de Vasconcelos stand out for their antagonistic relationship with their children, Florisbel and Masília. By combining dimensions that go beyond the simple maternal figuration, we will also draw attention to the way in which these two figures stand out in a global perception regarding the representation of female figures in chivalric texts from the 1500s.*

Keywords: *chivalry books; fiction; 16th century; maternal figuration.*

Os livros de cavalarias marcaram o género da narrativa ficcional durante o século XVI e inícios do século XVII, alcançando uma popularidade acentuada especialmente na Península Ibérica e em Itália¹. Herdeiros diretos do *roman courtois* medieval, os livros de cavalarias alicerçam-se nessa antiga tradição para construírem sobre ela um espaço poético próprio, cada vez mais experimental e abarcante à medida que se avança na centúria de Quinhentos. Da Idade Média herdamos o esquema central da narrativa, isto é, contam essencialmente estes livros a história de um ou mais destacados cavaleiros na sua busca pessoal por honra, glória e amor. São, portanto, textos fundamentalmente masculinos: escritos maioritariamente por homens, protagonizados por homens e emanando uma ética cavaleiresca

* SMELPS/Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Email: pedromont.94@gmail.com.

¹ A bibliografia é vasta, remetemos aqui apenas para ALMEIDA, 1998; LUCÍA MEGÍAS, 2000; VARGAS DÍAZ-TOLEDO, 2012, 2017.

masculina que, nascida uns séculos antes, se mantinha no século XVI como modelo comportamental dentro do grupo aristocrático, pelo menos num plano idealizante. Sabe-se, contudo, que a leitura de textos cavaleirescos não se cingiu, de maneira nenhuma, ao género masculino. Antes pelo contrário, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres foram um dos mais importantes grupos dentro dos leitores de livros de cavalaria, aspeto que tem sido iterado pela crítica e que se pode comprovar, por exemplo, a partir das dedicatórias a mulheres contidas nos primeiros fólios dos livros de cavalaria².

Ora, dentro deste universo masculino tão apreciado pelo público feminino, a maternidade é um aspeto especialmente presente e palpável nos textos — pense-se na constatação óbvia de que todos os heróis nascem de uma mãe — apesar do seu tratamento narrativo ser quase sempre secundarizado, assim como a atenção da crítica relativamente a este tema em particular³. No seio dos estudos cavaleirescos, deve-se a María Carmen Marín Pina o único trabalho que conhecemos especificamente dedicado à temática da representação da maternidade neste género da ficção em prosa quinhentista⁴. Neste trabalho pioneiro, a referida autora concentra a sua análise nas representações das relações entre mães e filhas nos livros de cavalaria espanhóis. Ainda que tenhamos esse trabalho como ponto de partida para o artigo que aqui se desenvolve, seguiremos um caminho distinto do de Marín Pina, no sentido de ampliar a análise que a académica hispanista realizou. Assim, apresentamos de seguida duas tipologias opostas de figuras maternas que encontramos representadas na literatura cavaleiresca: num primeiro momento traçaremos uma panorâmica relativa às mães de três dos principais heróis das narrativas cavaleirescas (Amadís, Clarimundo e Palmeirim), evidenciando o carácter funcional destas mães para a narrativa principal em torno da vida dos seus filhos; num segundo momento centraremos a observação em duas figuras maternas do *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* — Zaraina e Ifranasa — que se caracterizam pelo seu antagonismo relativamente aos seus filhos. Recuperando uma ideia lançada por Elisabeth Badinter, de que a mãe é uma figura «who is relative and three-dimensional: relative because she is thought of only in relation to the father and to the child; three-dimensional because, [is] a unique being with her own aspirations»⁵, esperamos com este artigo evidenciar uma

² Sobre o público dos livros de cavalaria, a bibliografia é abundante para o caso espanhol, salientamos apenas um trabalho sobre a leitura e a autoria feminina de livros de cavalaria em Portugal: ÁLVAREZ-CIFUENTES, 2017.

³ Relativamente à maternidade na literatura do século XVI atente-se, contudo, nos seguintes trabalhos: BERGMANN, 1992 e CRUZ, 1995.

⁴ MARÍN PINA, 2013. Além deste importante trabalho, deve ser também destacado o artigo de LUNA MARISCAL, 2011, no qual a autora analisa especificamente o motivo da dificuldade da conceção nas histórias cavaleirescas breves quinhentistas. Recentemente, os estudos de figuras maternas na literatura cavaleiresca espanhola têm merecido, contudo, a atenção das investigadoras Maribel Ayala Rodríguez (UNAM) e Ana Ruiz López (U. Jaén).

⁵ BADINTER, 1981: 3.

duplicidade na representação das figuras maternas nos livros de cavalaria, tensão que se encontra de sobremaneira manifesta na representação feminina, de uma forma geral, na literatura cavaleiresca, oscilante entre a virtude e o pecado, a procura e a repulsa, o louvor e a crítica⁶.

1. A MÃE DO HERÓI: MATERNIDADE E ANAGNÓRISE

O texto do *Amadís de Gaula*, refundido e ampliado nos finais do século XV por Garcí Rodríguez de Montalvo a partir de uma obra castelhana medieval, é ainda hoje em dia considerado como o protótipo daquilo que vieram a ser os livros de cavalaria quinhentistas. Faz sentido, portanto, que por aí comecemos, de forma a salientarmos a primeira tipologia de mãe que aqui analisaremos. No início do texto conta-se o enamoramento dos pais do futuro herói e o nascimento secreto de Amadís, fora da corte, episódio em que se repetem uma série de esquemas tradicionais do nascimento de figuras heroicas⁷. Um desses motivos é o do abandono ou perda do recém-nascido que, enfim, dá o mote para a aventura pessoal dessa personagem na sua busca identitária até ao momento de anagnórise da sua linhagem. É neste momento que sobressai a atitude da mãe de Amadís, Elisena, a qual apresenta uma função estrutural precisamente no processo de reconhecimento da ancestralidade do herói: depois de recusar matar o filho para que ela própria se visse livre de qualquer culpa, uma vez que a criança nascera de uma relação não reconhecida publicamente, Elisena é ajudada por uma aia a colocar o recém-nascido numa caixa de madeira que é lançada ao rio. Todavia, juntamente com a criança, a mãe coloca um anel e uma espada pertencentes a Perión, pai de Amadís⁸. Apresentando, assim, uma existência meramente funcional para o desenrolar da história, uma vez que a presença de Elisena no texto é marcada pela sua função enquanto mãe do herói, não deixa de ser central a forma como é a figura materna que concede ao filho dois atributos que, embora representantes da figura paterna⁹, permitem que posteriormente Amadís seja reconhecido precisamente por Elisena em primeiro lugar, e acabe por recuperar a sua identidade enquanto príncipe de Gaula.

⁶ PAIXÃO, 1996: 291. Veja-se igualmente o que escreveu ALMEIDA, 1998: 401: «falta um modelo sem mácula: nas crónicas fabulosas, a sombra de Eva paira sobre todas as mulheres, sem exceção».

⁷ Sobre esta questão veja-se CACHO BLECUA, 1979: 16-37 e GRACIA, 1990: 16-30.

⁸ Sobre a interpretação deste episódio e da simbologia associada aos elementos que Elisena concede a Amadís, veja-se CACHO BLECUA, 1979: 38-43.

⁹ Neste sentido, é curioso notar que na conclusão da sua recente tese de doutoramento, Mafalda Sofia Gomes destaca justamente que todas as figuras maternas que analisou «são porta-vozes da manutenção das estruturas patriarcais que determinam o funcionamento da sociedade medieval e, com este, o funcionamento do mundo diegético, igualmente patriarcal» (GOMES, 2021: 375).

A ligação entre a anagnórise cavaleiresca com as figuras maternas é um aspeto que se vê repetido nos outros textos que aqui convocamos. Olhando agora para as obras produzidas em Portugal, na *Crónica do Imperador Clarimundo*, primeiro livro de cavalarias português, escrito por João de Barros e publicado em 1522 nas oficinas lisboetas de Germão Galharde¹⁰, também Clarimundo se vê afastado dos pais pouco depois do seu nascimento, sendo criado por uma mãe adotiva, Grionesa, figura esta que, movida pelo temor, tenta evitar que o herói receba a ordem da cavalaria (fazendo de certa forma ecoar as atitudes da mãe de Perceval da tradição medieval¹¹). Clarimundo acaba, contudo, por ser feito cavaleiro e, à semelhança de Amadís, é a sua mãe quem primeiro o reconhece como seu filho. Salvando Clarimundo a rainha sua mãe da prisão de um terrível gigante, é nesse seguimento que, devido já não a elementos materiais como acontece no *Amadís*, mas a uma marca divina com a qual Clarimundo havia nascido, que a mãe reconhece o seu filho. Na realidade, toda a envolvência do episódio da libertação da rainha por Clarimundo apresenta-se como uma gradação que culmina precisamente com esse reconhecimento maternal e que simultaneamente joga com o desconhecimento da relação familiar, aspeto deveras tradicional na literatura cavaleiresca. Vendo-se salva do perigo, a primeira coisa que a rainha diz ao cavaleiro é: «Ô quam ditosa se achará a mai que tal filho pario, pois deu neste mundo huũ socorro aos tristes e aos desamparados seguro amparo!»¹². Depois disto, pedindo a Clarimundo que lhe mostrasse o rosto, conta o narrador que: «com esta vysta veo-lhe huũ amor maternal, trazêdo à memória seus fylhos, principalmente este q̃ tinha dyante e tanto amaua, e começou a sospirar com muytas lágrimas»¹³. Apenas posteriormente a rainha vê a chaga de Clarimundo, reconhecendo-o finalmente como o filho que julgava morto.

Seguindo a *Crónica do Imperador Clarimundo* muito de perto o modelo amadisiano (texto no qual, na realidade, também se podem detetar estas fases no comportamento de Elisena¹⁴), no *Palmeirim de Inglaterra*, escrito por Francisco de Moraes e primeiramente publicado cerca de 1544¹⁵, verifica-se uma variação, ainda que a funcionalidade da personagem materna se mantenha intacta. Neste texto, a anagnórise cavaleiresca acontece de maneira distinta: é através das artes

¹⁰ Citamos a partir do exemplar da Biblioteca Nacional de Espanha com a cota R/11727. Para uma edição moderna, veja-se BARROS, 2018. Relativamente às transcrições dos textos originais interferimos o mínimo possível, acrescentando apenas pontuação, acentuação e separando algumas palavras tendo em conta a norma atual do português.

¹¹ Sobre o Perceval e este motivo em geral, veja-se o capítulo dedicado a Herzeloide na já referida tese de GOMES, 2021: 123-173. Na *Crónica do Imperador Clarimundo* encontra-se este motivo repetido uma outra vez: Lucena inicialmente opõe-se a que o seu filho, Fendibal, seja feito cavaleiro. BARROS, 1522: fól. 22r.

¹² BARROS, 1522: fól. 39r.

¹³ BARROS, 1522: fól. 39r.

¹⁴ RODRÍGUEZ DE MONTALVO, 1987-1988: 324-328.

¹⁵ Citamos a partir do exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal da edição de 1592 (Lisboa: António Álvares) com a cota Res-354-1-V. Para uma edição moderna, veja-se MORAES, 2021.

mágicas de um mago que se revela a ascendência dos dois principais heróis. Ainda assim, essa revelação é dirigida precisamente a Flérída, mãe dos heróis. Na realidade, já anteriormente se repetira no texto o motivo da segunda vida que a figura materna concede aos seus filhos, aqui tematizado de uma forma efetivamente literal e inclusivamente sublinhada pelo narrador. Encontrando-se os irmãos Palmeirim e Floriano na corte, sem se reconhecerem, dá-se entre eles uma batalha ferocíssima e a atitude de Flérída não podia ser mais reveladora, contando o narrador que:

*Flérída, que por antre hūas grades a estaua vendo [a batalha], nam lhe podendo sofrer o coração tamanha dor, como quem sentia aquelles golpes em si, tirou-se dellas com tanta tristeza, como que já soubera que o sangue que se alli vertia fora gerado em suas entranhas*¹⁶.

É então unicamente Flérída quem consegue travar o combate entre os seus filhos, convencendo Palmeirim a abandonar a batalha. Neste seguimento, deixa-se ler pela voz do narrador que «Flérída lhe agradece suas palauras, tornando-se pera cima sem saber que nam era aquella a primeira vez que de sua mão receberão a vida»¹⁷.

Os percursos destas mães dos heróis acabam por se cingir num primeiro momento quase exclusivamente à função meramente biológica da maternidade, marcando-se depois a importância da figura materna enquanto elo de reconhecimento do herói: se num primeiro momento é a mãe que dá vida, numa segunda fase da história do herói é igualmente a mãe que marca a sua reintegração no clã familiar, de certa forma devolvendo-lhe a sua identidade linhagística. Esta funcionalidade das mães dos principais heróis dos livros de cavalarias explica que durante a restante narração, o seu papel seja totalmente secundarizado — uma vez cumprida a sua função, estas figuras cingem-se normalmente aos espaços cortesãos, ressurgindo em momentos de festividades, ameaças à estabilidade da corte ou até de luto, não detendo, contudo, regra geral, outras ações determinantes para o decurso da narrativa.

Na realidade, estas rainhas-mães que apresentam uma importante centralidade no início dos textos cavaleirescos comportam em si uma espécie de síntese do percurso ideal das diferentes personagens femininas dos textos cavaleirescos, especialmente as amadas dos heróis, que inevitavelmente acabam também elas por se tornarem mães¹⁸. Dentro do caminho da amada ideal dos livros de cavalarias,

¹⁶ MORAES, 1592: fól. 36v.

¹⁷ MORAES, 1592: fól. 37r.

¹⁸ Interessante é notar que no seu seminal estudo dedicado ao estudo dos guias de educação quinhentistas, Maria de Lurdes Correia Fernandes salienta como a educação feminina, em diferentes obras, era vocacionada para a maternidade. FERNANDES, 1995: 194-197.

o casamento e a posterior maternidade é sempre o ponto culminante, o que as afasta, portanto, das estéreis Iseu e Genevra da tradição medieval¹⁹. A mulher-amada do herói nos livros de cavalaria caracteriza-se em geral por uma evolução no que diz respeito ao seu papel funcional, passando de amada no início dos textos, para mãe no seu final. Até mesmo figuras que se destacam na tradição como subversivas de um ideal feminino marcado pela mesura, bondade e contenção, acabam por, enfim, se casarem, assumindo, posteriormente, o papel de mães, tal como acontece, por exemplo, com a figura de Miraguarda, no *Palmeirim de Inglaterra*.

Este facto pode ser explicado através da própria poética do género cavaleiresco, assente na continuação das histórias e na criação de verdadeiros ciclos literários, concedendo, assim, um papel fulcral à maternidade, uma vez que apenas a partir daí se consegue ampliar e abrir a narração a futuras continuações baseadas numa continuação genealógica. A amada de Amadís, Oriana, transforma-se na mãe de Esplandián, cavaleiro protagonista da primeira continuação do *Amadís de Gaula*. No caso da *Crónica do Imperador Clarimundo*, ainda que por imposição genológica se apresentem várias referências a uma futura continuação, essa sequência nunca chegou a existir. No entanto, não deixa de ser interessante notar que o impressor da edição de 1742, ao adaptar o final do texto para fechá-lo a possíveis continuações, tenha precisamente dado a morte à imperatriz Clarinda devido ao misterioso desaparecimento do seu filho Sancho.

2. MATERNIDADE E OPOSIÇÃO

As narrativas cavaleirescas estão, portanto, peçadas de figuras maternas, as quais, conjugadas com a sua condição feminina, à medida que o século XVI avança e o género cavaleiresco se vai desenvolvendo, ganham cada vez mais uma importante densidade. Dentro dos livros de cavalaria portugueses, é ao *Palmeirim de Inglaterra* que a crítica tem dedicado uma maior atenção, relativamente às complexas e subversivas figuras femininas²⁰. Pretendemos aqui chamar a atenção para uma obra menos conhecida, que certamente deve muito ao texto de Francisco de Moraes no que a este aspeto diz respeito: o *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, texto impresso em 1567 e escrito por Jorge Ferreira de Vasconcelos²¹. Não seguindo o protótipo mais tradicional do livro de cavalaria que acompanha a biografia de um cavaleiro desde o momento do seu nascimento,

¹⁹ Sobre alguns aspetos da maternidade em distintos textos da tradição da literatura arturiana, vejam-se os seguintes trabalhos que cobrem desde as continuações de Chrétien até ao ciclo em prosa: BRUCKNER, 1996, 2009; McCracken, 1998, 2007.

²⁰ MARÍN PINA, 2007 e ZOPPI, [no prelo]. Veja-se também ALMEIDA, 1998: 360-431, bem como a introdução de Aurelio Vargas Díaz-Toledo em MORAES, 2021.

²¹ Citamos a partir do exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal com a cota Res-480-P. Para uma edição moderna do texto, veja-se VASCONCELOS, 1998.

o *Memorial* divide-se numa ramificação de personagens que o narrador acompanha nas suas aventuras e é precisamente nesta floresta de aventuras que se podem encontrar duas figuras maternas dignas de consideração, pelo seu caráter especialmente oposto àquelas outras mães a que nos referimos anteriormente.

A primeira figura que merece destaque é Zaraina. Esta personagem surge no texto de Ferreira de Vasconcelos quando o Cavaleiro das Armas Cristalinas chega às Ilhas Baleares, onde lhe é narrada a história de amor entre Florisbel e Belfloris. Tomada da narrativa medieval de *Floire e Blanchfleur*, através do texto do *Filocolo* escrito no século XIV por Boccaccio, a história destes dois amados resume-se da seguinte forma: filha de pais cristãos, Belfloris é criada na corte muçulmana dos pais de Florisbel, onde os dois jovens se apaixonam durante a infância e vivem uma história de amor impossível devido à ação da rainha Zaraina, mãe de Florisbel. Esta mãe, constantemente criticada pelo narrador como uma figura de sobremaneira vingativa e domada pelo ódio, cobre-se no texto de Jorge Ferreira de Vasconcelos dos piores atributos que se poderiam ligar às mulheres, servindo diversas vezes como sinédoque de comportamentos nefastos associados ao sexo feminino, como se deixa ler no seguinte comentário do narrador, no qual caracteriza como trabalhoso «ho odio & aborrecimento cōcebido no peyto da molher e quãto ensiste ã qualquer teima q̃ toma pera gosto de vingança»²², justificado pela natureza «naturalmête descōfiada & fraca»²³, emanado pelas mulheres. Neste contexto, não deixa de ser significativo que apenas uma vez Zaraina fale em discurso direto, precisamente no momento após a morte da mãe de Belfloris, dizendo a rainha: «pois tua may nã quis nossa cōpanhia, tu me ficarás ã seu lugar por filha moyto amada & cōpanheyrã do meu filho como a foste no nacimêto»²⁴.

A partir deste momento todas as restantes ações de Zaraina são apresentadas pelo narrador sempre intercaladas com comentários de índole moral relacionados com as suas ações. O amor que a rainha primeiramente dirige à filha de criação, rapidamente se transforma em «má vontade»²⁵ e contínuo ódio. Neste seguimento, vemos a rainha a tentar evitar a todo o custo a união de seu filho com Belfloris, primeiro conjecturando um plano para que a donzela fosse incriminada numa tentativa de envenenamento do rei e depois continuando as suas investidas, procurando maneiras de se vingar de todos aqueles que auxiliam na libertação de Belfloris, conseguindo, enfim, que o rei seu marido atrasasse a prometida entrega da donzela a Florisbel, através do ascendente que demonstra relativamente à figura do monarca, comentando o narrador que:

²² VASCONCELOS, 1567: fól. 131v.

²³ VASCONCELOS, 1567: fól. 131v.

²⁴ VASCONCELOS, 1567: fól. 64r.

²⁵ VASCONCELOS, 1567: fól. 126v.

como era muyto amada & mimosa del rey por sua ferosura pedio-lhe ~q por espaço de hũ anno não entregasse Belfloris a Florisbel, por~q queria ella delir aquella payxão pelo tẽpo & escusar ho dãnõ que receberia della junta. Não lho soube el rey negar, porque lhe era muyto sogeyto &, sendo em todas suas obras muy inteeyro príncipe, tinha esta fraqueza²⁶.

De uma figura materna inicialmente caritativa, Zaraina deixa rapidamente de ser caracterizada a partir da sua função maternal — até pelo simples facto de em momento nenhum do texto se explorar a sua relação com Florisbel — para passar a figurar enquanto centro de poder antagonista, opondo-se e lutando com as armas que dispõe à vontade do seu filho, bem como às próprias leis cavaleirescas que regem o universo textual no qual se movimenta — armas essas que o narrador sublinha como sendo pérfidias características de todas as mulheres. O motivo central que faz de Zaraina uma constante opositora à relação amorosa de seu filho com Belfloris trata-se de uma questão de domínio de poder político, alicerçado no controlo de uma estratégia matrimonial, uma vez que a rainha pretendia casar Florisbel com uma sua sobrinha, única herdeira do reino de Malta.

A rainha, criticada por ser uma figura «cega de payxão», «vencida da jra que nellas [nas mulheres] tem grãde domínio»²⁷ e motivada pelo desejo de vingança, ambiciona enfim concretizar a sua vontade de acordo com o proveito que deseja também receber.

A segunda figura materna sobre a qual queremos traçar algumas considerações é Ifranasa, mãe da donzela Masília. Tal como Zaraina, Ifranasa depressa se revela uma figura plena de sentimentos vingativos e bramosos que nesta aventura são despertados pela força arrebatadora do amor passionai. A história sintetiza-se da seguinte forma: Ifranasa, uma velha feiticeira viúva da linhagem de Medeia — o que desde logo se apresenta como um indício do caráter desta figura — vive com a sua filha Masília sob o domínio de um terrível gigante, quando à sua fortaleza chega um jovem cavaleiro desconhecido que mata o terrível monstro, libertando mãe e filha de tal jugo. É, contudo, por este cavaleiro que se apaixonam quer Ifranasa quer Masília, situação que conduz a velha a um desespero tal para ver cumprida a sua vontade sexual, que acaba por não só prender Masília numa torre, como ainda encantar esse espaço para que não possa ser acedido pelo jovem cavaleiro.

Ao contrário do que apontámos para Zaraina, a transformação de Ifranasa é-nos apresentada de forma gradual até ao momento final em que é metamorfoseada em serpente por Merlim, auxiliador do jovem cavaleiro, obtendo este castigo como culminar do seu percurso errático. Antes ainda da batalha entre o cavaleiro

²⁶ VASCONCELOS, 1567: fól. 131r.

²⁷ VASCONCELOS, 1567: fól. 65v.

e o gigante, começa Ifranasa por propor ao jovem que dispa as suas armas, comentando o narrador que já aí teria «mais dñado propósito do ã as palauras mostrauam»²⁸. Depois do combate, ficando o cavaleiro ferido, é Ifranasa quem se encarrega do seu cuidado e é durante esse período que se apercebe do interesse amoroso entre o jovem e a sua filha, o que desperta em si «aqueles ásperos ciúmes e mortais ódios que em tanto extremo atormentam as almas afeiçoadas que os padecem». Não impede isto, contudo, que tente novas investidas para alcançar os seus desejos. Veja-se:

*soltou-se com elle em muytas palauras de sua vaydade & contentamento. Com isto ho beyjou na face cõ algũas meguices impróprias já nella, per o que lhas o caualeyro soffria cõ muyto trabalho, porque quanto as branduras de hũa dama moça e fermosa aprazẽ & tam a hũa alma, tão aborrecẽ & enfastiã os brincos de hũa velha*²⁹.

Rematando a voz do narrador de forma sentenciosa: «ca se ho frio Dezembro desse os frescos pepinos, ninguẽ os estimaria, & se em Iulho nacessem as castanhas nam se colheriam»³⁰.

Os ciúmes de Ifranasa face à aproximação entre a sua filha e o cavaleiro atingem o seu auge quando aquela se apercebe da consumação sexual entre ambos. Alcançando a filha aquilo que a mãe para si mais desejava, esta última, «mouida daquella fúria com que Medea matou os próprios filhos»³¹, decide então vingar-se na filha e não no cavaleiro, antagonizando Masília como sua inimiga mortal, evidente no discurso que profere antes de encerrar a jovem donzela na torre. Repare-se:

*Filha da minha dor que por minha má ventura pari & criei com tanto mimo, do que me tẽs dado tal gualardão! Ca bem se dirá por ti que criei o coruo, mas porque sejas exemplo pera as tais, eu tomarey de ti a pena nã com coraçam de may, antes com entranhas de immiga, no que cuydo que fazo muyto o que deuo pera ã outras filhas nam sejam ousadas cometer semelhantes treyções contra suas mães*³².

Se no caso de Zaraina, as críticas mais duras à sua ação se baseavam na forma como se opunha ao amor de Florisbel e Balfloris, pretendendo alcançar o proveito que lhe viria de um casamento político do seu filho com a herdeira de Malta; no caso de Ifranasa as críticas que lhe são dirigidas, além de sublinharem a depravação do seu comportamento face ao jovem cavaleiro, incidem igualmente na forma

²⁸ VASCONCELOS, 1567: fól. 79r.

²⁹ VASCONCELOS, 1567: fól. 81v.

³⁰ VASCONCELOS, 1567: fól. 81v.

³¹ VASCONCELOS, 1567: fól. 82v.

³² VASCONCELOS, 1567: fól. 82v.

como o desmedido desejo sexual ultrapassa inclusive o amor maternal, claramente evidenciado pela voz do narrador quando se lê: «Tam desaforado he ho amor sensual q̃ abate ho natural dos filhos [...] e cõverte-se em crueza»³³.

Parece-nos evidente que existe pelo menos um elemento comum às histórias de Zaraina e Ifranasa enquanto figuras adversárias dos seus filhos, sendo esse elemento o amor. É o amor de Florisbel e Belfloris que se opõe às ambições de Zaraina, assim como é também a competição entre Ifranasa e Masília pelo amor do jovem cavaleiro que desperta na figura materna o rompimento destes laços e o desejo de vingança. Mais do que figuradas como personagens maternas, Zaraina e Ifranasa apresentam-se no texto de Jorge Ferreira de Vasconcelos como exemplificativas de comportamentos reprováveis, de sobremaneira notório devido à condição de mulheres. Numa outra frase à maneira de sentença diz o narrador que «quanto a virtuosa fêmea he digna de estima, tão a deuasa se deue iuitar»³⁴.

Ao contrário da tipologia das mães dos heróis como Elisena, Briaina ou Flérída, figuras que são essencialmente caracterizadas a partir da sua função materna numa perspetiva biológica, fundamental para o reconhecimento do herói, nas figuras de Zaraina e Ifranasa o amor maternal é superado por outro tipo de sentimentos, sobressaindo na figuração destas mães os seus anti-exemplos: Zaraina enquanto figura ardilosa, vingativa e colérica; Ifranasa sobretudo criticada pelo seu comportamento sexual. Analisar a figuração destas duas mães é também, portanto, adentrarmo-nos no estudo da representação das personagens femininas destes textos, as quais, para além da tipificação normalmente atribuída ao género cavaleiresco, englobam em si diferentes significações precisamente advindas da riqueza da sua figuração. Sendo este um caminho ainda a percorrer no que diz respeito à narrativa cavaleiresca portuguesa, esperamos que este artigo tenha não só lançado uma nova luz sobre o tema, como aguçado o interesse de para a importância de novas releituras dos livros de cavalarias, trazendo nomeadamente à tona as figuras maternas que, ainda que normalmente secundárias, são absolutamente indispensáveis em cada um dos seus microcosmos textuais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Isabel (1998). *Livros Portugueses de Cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- ÁLVAREZ-CIFUENTES, Pedro (2017). *Lectores de Ulixea. La recepción femenina de los libros de caballerías en Portugal*. «Tirant (Butlletí informatiu i bibliogràfic de literatura de cavalleries)». 20, 11-24. [Consult. 8 out. 2021]. Disponível em <<https://ojs.uv.es/index.php/Tirant/article/view/11228>>.

³³ VASCONCELOS, 1567: fól. 84r.

³⁴ VASCONCELOS, 1567: fól. 84r.

- BADINTER, Elisabeth (1981). *Mother love. Myth and reality. Motherhood in Modern History*. Nova Iorque: Macmillan.
- BARROS, João de (1522). *Prymeira parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reis de Portugal descendem*. Lisboa: Germão Galharde.
- BARROS, João de (2018). *Crónica do Imperador Clarimundo*. Coord. de Ricardo Ventura. In FRANCO, José Eduardo; FIOLHAIS, Carlos, dir. *Primeiro romance de cavalaria e primeira novela sentimental*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 79-590. (Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa; 10).
- BERGMANN, Emilie L. (1992). *La exclusión de lo femenino en el discurso cultural del Humanismo*. In VILANOVA, Antonio, ed. *Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, pp. 365-371.
- BRUCKNER, Matilda Tomaryn (1996). *Rewriting Chrétien's Conte du Graal. Mothers and Sons: Questions, Contradictions, and Connections*. In KELLY, Douglas, ed. *The Medieval Opus: Imitation, Rewriting, and Transmission in the French Tradition*. Amsterdão: Rodopi, pp. 213-244.
- BRUCKNER, Matilda Tomaryn (2009). *Chrétien continued. A study of the Conte du Graal and its Verse Continuations*. Oxford: Oxford University Press.
- CACHO BLECUA, Juan Manuel (1979). *Amadís: heroísmo mítico cortesano*. Madrid: Cupsa Editorial.
- CRUZ, Anne J. (1995). *La búsqueda de la madre: psicoanálisis y feminismo en la literatura del Siglo de Oro*. In WARD, Angus et al., ed. *Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Birmingham: University of Birmingham, pp. 137-144.
- GOMES, Mafalda Sofia (2021). *Maternidade e conflito nos textos narrativos do médio-alto-alemão dos séculos XII e XIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- GRACIA, Paloma (1990). *Las señales del destino heroico*. Barcelona: Montesinos.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995). *Espelhos, cartas e guias. Casamentos e espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa.
- LUCÍA MEGÍAS, José Manuel (2000). *Imprenta y libros de caballerías*. Madrid: Ollero y Ramos.
- LUNA MARISCAL, Karla Xiomara (2011). *De la mujer infecunda a la madre del héroe. El motivo de la dificultad en la concepción en algunas historias caballerescas breves*. «Atalaya. Revue d'études médiévales romanes». 12. [Consult. 8 out. 2021]. Disponível em <<https://journals.openedition.org/atalaya/733>>.
- MARÍN PINA, María Carmen (1991). *La mujer y los libros de caballerías. Notas para el estudio de la recepción del género caballeresco entre el público femenino*. «Revista de Literatura Medieval». 3, 129-148.
- MARÍN PINA, María Carmen (2007). *Palmerín de Inglaterra se lleva la palma: a propósito del juicio cervantino*. In CACHO BLECUA, Juan Manuel, coord. *De la literatura caballeresca al Quijote*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, pp. 361-382.
- MARÍN PINA, María Carmen (2013). *Madres e hijas en los libros de caballerías*. In GONZÁLEZ, Aurelio et al., ed. *Palmerín y sus libros: 500 años*. Cidade do México: El Colegio de México, pp. 383-408.
- MCCRACKEN, Peggy (1998). *Mothers in the Grail Quest: Desire, Pleasure, and Conception*. «Arthuriana». 8, 35-48.
- MCCRACKEN, Peggy (2007). *Maternity and Chivalry after Chrétien. The Case of King Lot's Wife*. «Cahiers de Recherches Médiévales». 14, 75-85. [Consult. 20 dez. 2022]. Disponível em <<https://journals.openedition.org/crm/2655>>.
- MORAES, Francisco de (1592). *Chronica do famoso e muyto esforçado cavaleyro Palmeyrim de Inglaterra*. Lisboa: António Álvares.

- MORAES, Francisco de (2021). *Palmeirim de Inglaterra*. Introd. de Aurelio Vargas Díaz-Toledo; ed. de Aurelio Vargas Díaz-Toledo e Pedro Álvarez-Cifuentes. Madrid: Sial Pigmalión.
- PAIXÃO, Rosário (1996). *Aventura e identidade. História fingida das origens e fundação de Portugal. Crónica do Imperador Clarimundo: um livro de cavalaria do quinhentismo peninsular*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- RODRÍGUEZ DE MONTALVO, Garcí (1987-1988). *Amadís de Gaula*. Ed. e introd. de Juan Manuel Cacho Blecua. Madrid: Cátedra.
- VARGAS DÍAZ-TOLEDO, Aurelio (2012). *Os Livros de Cavalaria Portugueses dos Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Pearlbooks.
- VARGAS DÍAZ-TOLEDO, Aurelio (2017). *Universo de Almourol. Base de dados da matéria cavaleiresca portuguesa dos séculos XVI-XVIII*. [Consult. 8 out. 2021]. Disponível em <<https://parnaseo.uv.es/UniversoDeAlmourol/>>.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira de (1567). *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*. Coimbra: João de Barreira.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira de (1998). *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*. Ed. e introd. de João Palma-Ferreira. Porto: Lello Editores. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa; 2).
- ZOPPI, Federica [no prelo]. *Soberbia femenina en el Palmerim de Inglaterra: creación y rescritura entre Portugal e Italia*. In GUTIÉRREZ TRÁPAGA, Daniel, ed. *Libros de caballerías: aproximaciones a la poética de un género literário*. Cidade do México: UNAM.

MARIA! NÃO ME MATES, QUE SOU TUA MÃE!, DE CAMILO CASTELO BRANCO: UMA TEODICEIA LITERÁRIA

TÂNIA FURTADO MOREIRA*

Resumo: *Propõe-se uma leitura de Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe! (1848), de Camilo Castelo Branco, dando especial enfoque à instância da narração. A análise da perspectiva do narrador, configurada pelo pathos retórico, conduzirá a uma reflexão acerca desta narrativa camiliana à luz das tentativas de teodiceia conforme investigadas por Immanuel Kant. Desde o livro sapiencial do Antigo Testamento que o problema teodiceico se põe, quando o bondoso Job, face a uma catástrofe de males inusitados, persevera, todavia, na sua crença em Deus. A leitura kantiana do Livro de Job, hipotexto substancial na ficção camiliana, permitirá elucidar esta narrativa particular no seu viés teodiceico, nomeadamente a partir da crítica que Kant faz à teodiceia doutrinal.*

Palavras-chave: *Camilo Castelo Branco; matricídio; teodiceia; Livro de Job; Kant.*

Abstract: *This article proposes a reading of Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe! (1848), by Camilo Castelo Branco, with a special focus on the narration instance. The analysis of the narrator's perspective, configured by the rhetorical pathos, will lead to a reflection on this Camillian narrative in the light of theodicy attempts as investigated by Immanuel Kant. Since the sapiencial book of the Old Testament, the problem of theodicy has arisen when the good man Job, facing a catastrophe of unusual evils, perseveres in his belief in God. The Kantian reading of the Book of Job, a substantial hypotext in Camillian fiction, will allow us to elucidate this particular narrative in its theodicy bias, namely based on Kant's critique of doctrinal theodicy.*

Keywords: *Camilo Castelo Branco; matricide; theodicy; Book of Job; Kant.*

Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe! é uma das primeiras narrativas publicadas em letra de forma por Camilo Castelo Branco¹. Este texto de cordel veio a lume em 1848 sob anonimato, pela Tipografia do Eco, no Porto², motivado por um matricídio ocorrido em Lisboa em setembro desse mesmo ano. O trágico evento foi amplamente noticiado pelos periódicos da época, de onde o escritor colheu muitos dos elementos com que tece a narrativa, sabendo deles tirar máximo proveito. O sucesso da publicação deu azo a diversas réplicas³ num incidente com

* CITCEM/Universidade do Porto. Email: taniafurtadomoreira@gmail.com.

¹ O ano de 1848 é a data que marca a estreia de Camilo na produção ficcional com narrativas de curto fôlego. Júlio Dias da Costa considera *A Última Vitória de um Conquistador* o primeiro texto de ficção camiliana porquanto devidamente autenticado. Mas o judicioso camilianista não deixa de ressaltar a iniludível indeterminação relativamente a esta matéria (CASTELO BRANCO, 1929: VI e 32-33). Em 1851, surgiria o primeiro romance camiliano de envergadura, *Anátema*.

² Camilo, então com 23 anos, vivia por essa altura no Porto.

³ Entre as «variadíssimas imitações» deste fenómeno de contrafação, Alexandre Cabral enumera os seguintes opúsculos igualmente anónimos: *Matricídio sem Exemplo*, *História da Maria José* e *Crime da Maria José* (CABRAL, 2003 [1988]: 480). A este propósito, Armando Vitorino Ribeiro comenta: «O título do curioso folheto foi-se

ampla fortuna informativa e recreativa na imprensa⁴. Então, como hoje, o escândalo era lucrativo⁵. E já naquele ano de estreia latejava o génio literário de Camilo⁶.

Leia-se o extenso título na íntegra: *Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe! Meditação sobre o Espantoso Crime Acontecido em Lisboa: Uma Filha que Mata e Despedaça Sua Mãe Mandada Imprimir por um Mendigo, que Foi Lançado fora do Seu Convento, e Anda Pedindo Esmolas pelas Portas Oferecida aos Pais de Famílias, e Àqueles que Acreditam em Deus*. Como o próprio subtítulo indicia, o narrador não se anulará ao longo do relato. Bem pelo contrário, assumirá mesmo uma forte ingerência na narração concorrendo decisivamente para assegurar a força retórica do *pathos* movido aos leitores.

O narrador coloca-se, então, no papel do sofrente abandonado que manda imprimir aquela «meditação» para comover os corações não só pela horrenda história que vai contar, como por todos quantos forem passíveis de o verem a mendigar à sua porta. No exórdio, dirige-se num clamor aos «pais de famílias» chamando a atenção para a história que vai ser narrada, adiantando e ressaltando alguns dos seus aspetos mais sórdidos. Depois sublinha o carácter exemplar do relato:

*Pais de famílias! Eu vou contar-vos o mais triste e espantoso acontecimento que viu o mundo, e que talvez não torne a ver. Chamai vossos filhos para junto de vós. Lede-lhes esta história, e fazei que eles a decorem, que a tragam consigo, e que a repitam uns aos outros*⁷, terminando numa súplica de comiseração:

*Pais de famílias! O que escreveu estas linhas com o seu pouco saber talvez vos terá ido à porta mendigar as migalhas da vossa mesa. Deus Nosso Senhor Jesus Cristo permita que eu possa levar a compaixão ao coração dos que me lerem, que eu desgraçado pecador fico pedindo a Deus pela alma daquelas infelizes mãe e filha*⁸.

transformando, bem como o próprio texto, à medida que se iam fazendo novas edições e de tal forma, que as que apareceram em 1886 e 1887, somente por prevenção se podem ainda julgar pertencerem ao primitivo folheto escrito por Camilo, quasi quarenta anos antes» (RIBEIRO, 1948: 28). Por seu turno, José Viale Moutinho, na sua fotobiografia camiliana, dá *Matricídio sem Exemplo* como sendo o título da 2.ª edição (MOUTINHO, 2009: 385). Contudo, é assinalável o facto de Júlio Dias da Costa não elencar o texto no rol das obras camilianas cujos títulos foram alterados (COSTA, 1925: 105-157). Este assunto carece de investigação.

⁴ Veja-se, por exemplo, as notícias *Crime Horroroso* e *Narração Fiel do Assassinio de Mathilde do Rosario da Luz*, o folheto *Vizão Horrrosa: Quadras a proposito de Maria José, que Assassinou Sua Mãe*; ou a litografia *A Matricida Maria Jozé, Condemnada no Dia 6 de Novembro de 1848*.

⁵ Embora negligenciada pela crítica, esta narrativa camiliana tem merecido um expressivo interesse editorial ao longo do tempo, desde logo em publicações autónomas de carácter mais ou menos comercial. Só no nosso século, contam-se já quatro edições: pela Objecto Cardíaco (Vila do Conde, 2006), pela Nova Ática (Lisboa, 2007), pela Calçada das Letras (Lisboa, 2009) e pela Palimpsesto (Lisboa, 2018).

⁶ Para se dirimir a tese do profissionalismo literário de Camilo, por vezes acusado mesmo de mercenarismo, como razão de ser da sua obra literária, veja-se MOREIRA, 2021: 312-333. Jacinto do Prado Coelho, por sua vez, viu no folheto o rebaixamento do gosto literário em favor do populismo editorial (COELHO, 2001 [1946]: 151-152 e 156-157).

⁷ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 235.

⁸ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 236.

E vamos à história. Quando Agostinho José morre, deixa à sua mulher, Matilde do Rosário da Luz, o delicado encargo de zelar pela honra das duas filhas⁹. Os tabus da virgindade e da prostituição são aí bem manifestos. Tendo ficado uma delas «a servir em casa de honrados amos»¹⁰, Matilde manteve-se com a outra filha, a protagonista desta história, vivendo com ela um quotidiano imaculado, feito de trabalho honesto, de alimentação frugal e de orações. Mas o narrador introduz logo aí o indício de uma suspeita pelo recurso ao verbo marcador de modalidade epistémica: «Maria José (este era o nome da filha) *parecia* que amava sua mãe com toda a sua alma e coração»¹¹.

Conforme observa Alexandre Cabral, dilatando o título maior de toda a obra romanesca de Camilo Castelo Branco: «Parece-nos interessante [...] analisar como se dá a transfiguração do drama e, mais importante ainda, descobrir aqui, numa das primeiras produções de Camilo, a constante de toda a sua novelística: o amor como causa de perdição»¹². A representação paradigmática desta narrativa subsidia a tese de João Carlos Vitorino Pereira segundo a qual a ficção camiliana é tonificada menos pelo amor do que pela violência¹³. Não obstante, a relação entre ambos os eixos sémio-temáticos não pode deixar de ser compreendida sob o prisma de uma permanente dialética fecundada por meio dos seus vasos comunicantes. Com efeito, a *hybris* da protagonista tem origem na chegada de José Maria, por quem ela se apaixona, paixão que motivará todos os sucessos nefandos até à catástrofe final consumada no matricídio. O quiasmo que ressalta dos nomes dos amantes — Maria José e José Maria — deixa entrever não apenas essa dualidade do amor que faz daquele que ama ser outro e agir pelo outro, como uma certa indefinição de género que avassala a estabilidade das categorias do real¹⁴. Além disso, evidencia-se nele uma subversão simbólica da figura religiosa com que a protagonista vivia comprometida: o narrador conta que ela «de noite rezava o terço à Virgem Maria»¹⁵. Ao abrir mão das regras do seio doméstico e das leis da moral coletiva e religiosa, ao afirmar a sua liberdade em perseguir o contínuo do desejo, Maria perder-se-á para o mundo¹⁶. Consoante escreve António do Prado Coelho, «O abismaremse as almas no mal aparece a Camilo como uma vertigem;

⁹ O escritor manteve os nomes factuais.

¹⁰ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 237.

¹¹ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 237 (itálico meu).

¹² CASTELO BRANCO, 1961: 304.

¹³ PEREIRA, 1998.

¹⁴ Segundo Rebecca J. Atencio, «No final da história, o dilema central da identificação maternal versus paternal continua a ser problemática, conforme simbolizado pelo nome andrógino da filha. Embora Maria José cometa matricídio, o mais extremo ato de rejeição da mãe, ela continua no limbo entre os dois pólos, conforme Kristeva observa no caso do eu feminino, em que a total separação da mãe é impossível» (ATENCIO, 2007: 100 [tradução minha]).

¹⁵ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 237.

¹⁶ MOREIRA, 2021: 248-253.

*atiram-se para ele (não marcham para ele) como se fossem irresistivelmente atraídos à queda numa voragem»*¹⁷. Mais do que sacrificar, Maria sacrifica-se.

Enquanto os pretensos banhos do casamento anunciados se vão atrasando, José Maria desflora Maria José, e Matilde intui a desonra da filha. A partir daí, inicia-se uma escalada crescente entre o desgosto profundo da mãe que tenta a todo o custo elucidar a filha caída em desgraça e a oposição cada vez mais extremada de Maria no seu ludíbrio passional a ponto de ostentar impudicamente o seu desejo erótico:

*Minha mãe [...], ora deixe-me que não estou para aturá-la. Ainda vinha a tempo com os seus sermões. O valer-me era a tempo, agora que eu sou dele como se fosse sua mulher, hei-de ser com ele desgraçada até à morte. Sabe que mais? Se casar, casou; se não casar é o mesmo: eu gosto e ele gosta...*¹⁸

A afronta lúbrica de Maria perante a mãe será tanto mais escandalosa quanto persistente. Nesse mesmo diálogo, a certa altura replica à mãe: «pela Constituição não se prende ninguém por seduzir raparigas, e demais foi muito do meu gosto, acabou-se, está dito»¹⁹. E noutro passo, o narrador conta que, tendo entrado José Maria em casa de Matilde, «a velha tremeu, e a dissoluta Maria José pendurou-se-lhe nos ombros a beijá-lo»²⁰.

Após constatar a empedernida surdez da filha aos seus desesperados rogos, Matilde muda da postura clemente para uma atitude assertiva e avisa mesmo acorrer à justiça, enquanto Maria carrega na agressividade dos comportamentos ameaçadores, entre insultos e agressões aplicados à mãe. São eles que despertam na viúva o zelo de verificar se o dinheiro que guardava debaixo do enxergão destinado a missas pela alma do seu marido e da sua se encontra intacto. Ao descobrir-se roubada, Matilde grita e desmaia. Entretanto, Maria engana-a prometendo-lhe que no dia seguinte lhe devolverá o dinheiro.

Então cheio da mais pungente aflição, prosseguindo na «retórica da doutrinação cristã»²¹, o narrador convoca a proteção divina e depois volta-se para o seu auditório:

Oh! meu Deus! dai-me forças para poder continuar, e enxugai-me estas lágrimas dos olhos!

Filhas, que amais vossas mães, tremei, tremei de horror! Mães, que amais vossas filhas, chorai, chorai de compaixão! Pais de famílias, que me ledes, fazei por dar uma

¹⁷ COELHO, 1950: 45.

¹⁸ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 239.

¹⁹ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 240.

²⁰ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 241.

²¹ COELHO, 2001 [1946]: 152.

educação a vossos filhos, que não deixe remorso na hora tremenda em que vossas almas estiverem para voar à presença de Jesus Cristo!

Em toda a noite daquele dia, Maria não apareceu em casa, foi onde estava o José Maria, e pediu-lhe ferros para matar sua mãe. O malvado deu-lhe duas facas de sapa-teiro, e lá lhe disse que fizesse aquilo que vou contar, se Deus Nosso Senhor mo permitir²².

Note-se, desde já, os pruridos que o narrador acusa no momento em que está prestes a narrar o matricídio. Não apenas expressa a falta de vigor anímico para o relato que lhe cabe, como solicita o auxílio divino para tal empresa. O momento da narração do assassinio atravessa-se, então, por um denso *pathos*, sobretudo no discurso angustiado da mãe que se vê traída pela filha e que considera assim condenadas as almas de ambas na vida para além da morte. Já esfaqueada, Matilde tenta mover-se a procurar um crucifixo de modo a poder encomendar a sua alma. Mas Maria, vendo sua mãe ainda ativa, dá-lhe uma segunda facada que a deita fatalmente por terra. O narrador inicia então um pranto em cadência anafórica onde invoca a natureza, a Virgem Maria, as aves do céu. Encontramo-nos, nós, leitores, exatamente perante a mesma tessitura com que a voz da narração nos habitou desde o exórdio: vulnerável, temente a Deus, e compassiva.

Mas eis chegado o momento em que a imagem *patética* do narrador²³ sofre uma violenta transmutação, passando da esfera retórica onde predominavam o *ethos* e o *pathos* para dar primazia ao *logos* numa descrição terrivelmente analítica que dá a ver com maior veemência a dimensão macabra e *contranatura* do esgarçamento do corpo da mãe pela matricida. Num instante súbito e imprevisível, a matriz de aderência subjetiva descola-se do discurso para deixar irromper a chaga da factualidade. A voz da narração deixa então de ser timorata para se mostrar fortemente ostensiva na violência descrita. O predomínio dos nomes concretos, a precisão das frases curtas, a coordenação aditiva (assindética e sindética), o polisíndeto e a anáfora, a afluência do pretérito perfeito do indicativo; estes, entre outros recursos, contribuem para esse cariz marcadamente analítico e algébrico, que estabelece uma fronteira nítida com a inflamação tímica que havia pautado o discurso narrativo até ao momento. Através da *enargeia*, o narrador põe em evidência, diante dos olhos do leitor, a catástrofe do matricídio, cuja síntese fora antecipada no preâmbulo por meio da anáfora do verbo *ver* no futuro do indicativo²⁴. Dir-se-ia que o narrador piedoso e melífluo sucumbe à sublimidade

²² CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 243.

²³ Numa dupla, e quase contraditória, aceção: por um lado, *do que suscita piedade pela dor*; por outro, *do que provoca menosprezo pelo ridículo*. Com efeito, muito antes do axioma de Bernard de Fontenelle consagrado por Napoleão Bonaparte — *do sublime ao ridículo vai apenas um passo* (*Pensées Nouvelles et Philosophiques*, 1777: 75) —, já Longino alertava para a facilidade de semelhante perigo no seu seminal ensaio datado do I d. C., *Peri Hypsous* (LONGINO, 2015).

²⁴ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 235.

matemática²⁵ do terror descrito ao deslocar a semiótica do mal sofrido para a semiótica do mal infligido, não sem um certo gozo denunciado pela eficiência metódica a que se vota:

Depois de morta sua mãe, Maria José, com a maior presença de espírito e ânimo de carrasco, com a mesma faca começou a cortar-lhe a cabeça, e vendo que não podia arredondar o osso, foi cortar com segunda faca, e como ainda não pudesse, começou a dar-lhe golpes de machada, até que de todo lhe despegou a cabeça do pescoço. Depois cortou-lhe as orelhas e o nariz e os beiços e deu-lhe mais de vinte golpes na cara, e queimou-lhe o cabelo. Depois levantou um tijolo do lar e enterrou os pedaços da cara e da cabeça.

Depois cortou-lhe as pernas e as mãos. E à noite embuçou-se num capote e pegou no tronco da mãe e foi pô-lo nas obras de Santa Engrácia. Tornou a casa, pegou nas pernas e nas mãos e foi pô-las na Travessa das Mónicas. E depois, voltando para casa, pôs-se a lavar a roupa ensanguentada da mãe e deitou-se nos mesmos lençóis onde sua mãe dormia com ela dous dias antes e com a cabeça dessa mesma mãe enterrada aos pés da cama. No dia seguinte saiu de casa e foi-se pôr a ver o corpo e as pernas de sua mãe entre aquela multidão de pessoas que lastimavam aquele acontecimento. Aconteceu estar aí o mesmo regedor a quem ela pedira que mandasse meter sua mãe no hospital dos doudos. O que o regedor por uma inspiração do Céu mandou prender aquela mulher, e levando-a a casa passaram a perguntar-lhe por sua mãe, e ela respondia que não sabia. Mas no quintal da mesma casa estavam a enxugar algumas roupas tintas de sangue. O regedor, escavando no lar, achou a cabeça e os pedaços da cara — perguntou a Maria José se conhecia aquela cabeça, e ela respondeu, comendo melancia com pão:

— Conheço, é de minha mãe²⁶!!

O interdito alimentar, que havia sido assinalado pelo narrador no exórdio²⁷, incide sobre o contrassenso entre o alimento que é vida, encarnado na figura materna, e o apetite da filha diante do corpo despedaçado da mãe. Naquela antevisão paratextual, a imagem do corpo aparecia já sob variações em rede semiológica: da sua faceta reprodutora à alimentícia, da carência na fome ao excesso no apetite, da virgindade conservada à venda do corpo. Quanto ao esarteamento do cadáver materno, mais do que motivado pela tentativa de dissolução dos vestígios do crime — na verdade, Maria revela-se negligente nesse propósito —, ele torna patente a vontade de liquidação das origens em prol da afirmação livre e autónoma do desejo. E não é propriamente o assassinio da mãe pela filha que escandaliza, mas esse ato meticuloso do corte que dissemina o corpo.

²⁵ Para o conceito de *sublime matemático*, coteje-se KANT, 1998 [1790]: 141-156.

²⁶ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 244-245.

²⁷ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 235.

A narrativa termina em clave apocalíptica, numa amplificação de sentido generalizante:

Aqui tendes, ó povos, o maior crime que viu o mundo, praticado em Lisboa no ano de 1848!

*Estes atentados contra Deus, esta guerra de irmãos com irmãos, estes acontecimentos de filhos matarem pais, e esses sinais que nos aparecem no Céu, tudo indica que o fim do mundo está chegado*²⁸.

Enquanto a eminência escatológica se confere aqui pelo império da contradição que embate na lógica da racionalidade, à qual a própria religião é submetida, a sem-razão do mundo, ao invés de pôr em crise o estatuto de Deus, reforça-o. A transcendência divina oferece-se como o salvo-conduto para a expectativa da ordem cósmica ao mesmo tempo que exhibe Deus na sua glória. Se o fim do mundo está chegado, então o princípio do mundo era já o seu fim, pois desde os *Gênesis* que os crimes sangrentos entre pares e semelhantes se relatam. Como justificar o mal sem a intervenção divina? Como compatibilizá-lo com a onipotência de um Deus sumamente bom? Como aceitar o mais terrível dos crimes, o de uma filha que mata e despedaça o ventre que lhe deu o ser?

Este nexos de causalidade entre mal moral e mal físico é questionado muito antes de Leibniz pela narrativa veterotestamentária de Job, cuja interrogação radical ecoa em vastas frequências na obra romanesca de Camilo Castelo Branco²⁹. Apesar de se manter puro e de perseverar na sua fé em Deus, Job encerra-se num profundo pessimismo desesperançado, e deseja a morte. Em virtude da imperscrutabilidade divina, o varão de Hus demonstra a ilegitimidade de uma interpelação da criatura sofrente dirigida aos desígnios divinos: «Quem lhe poderá dizer: “Porque fazes isto?” / [...] / Quem sou eu para Lhe replicar, e rebuscar argumentos contra Ele?»³⁰. Das lamentações do crente sacrificado, ressalta uma invetiva contra os seus interlocutores, que pretendem ver nos sofrimentos castigos, compondo assim uma economia teológica justa e plausível. «A exigência de justiça na origem do lamento de Job é inseparável do pathos onde se inscreve a dúvida sobre o sentido da Criação», escreve Michaël Foessel, que acrescenta: «Job é uma personagem movida pela necessidade de consolação que acaba por ser a principal fonte antropológica da exigência de justificação racional»³¹.

²⁸ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 245.

²⁹ Constate-se a presença desse hipotexto bíblico, como citação ou alusão, por exemplo, em CASTELO BRANCO, 1984 [1862]: 799 e 830; 1985a [1863]: 344; 1985b [1864]: 683; e 1988 [1875-1877]: 110.

³⁰ *Livro de Job*, 1992: 666. Mais adiante, após a réplica de Elifaz, Job proclama: «Oh! Se pudesse encontrá-Lo / e chegar até ao Seu próprio trono! Exporia diante d'Ele a minha causa, encheria a minha boca de argumentos». (*Livro de Job*, 1992: 677). Como explica Michaël Foessel: «A cena descrita pelo Antigo testamento é uma cena jurídica. Job pretende fazer um “processo” a Deus, expor diante dele a sua causa» (FÖESSEL, 2010: 42).

³¹ FÖESSEL, 2019 [2012]: 85 (tradução minha).

Tal como no desafio entre Deus e o Diabo na narrativa de Job, o narrador de *Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe!* conta e comenta: «A filha ria-se de escárnio, e ao mesmo tempo estava com ódio a sua mãe. Deus não quis tocar-lhe o coração, porque Ele quis ver até que ponto poderiam chegar os crimes no século de desmoralização e pecado em que vivemos»³². Também aqui o narrador admite que Deus joga aos dados com as suas criaturas, deixando-as cometer os mais infames crimes.

Autor do neologismo *teodiceia* — a *justiça de Deus* —, Leibniz chamou para si o papel de advogado de defesa na querela movida pela dificuldade em se harmonizar a onipotência, a onisciência e a omnibenevolência divinas com a existência do mal no mundo. Havia, de facto, todo um lento e incendiário julgamento a decorrer, atado por causídicos como Pierre Bayle, o cético autor do *Dictionnaire Historique et Critique* vindo a lume em 1697. Numa das suas analogias cáusticas, Bayle comparava esse Deus à mãe que deixa as suas filhas irem a um baile onde sabe que elas irão perder a virgindade³³. Ficava assim exposta ao burlesco, senão ao grotesco, qualquer pretensão de racionalidade na defesa de Deus através da possibilidade do mal ancorada na dádiva divina do livre-arbítrio. Bem desembrulhada, em suma, a liberdade humana descobria-se um belo presente envenenado.

Publicada em 1710, a obra *Essais de Théodicée: Sur la Bonté de Dieu, la Liberté de l'Homme et l'Origine du Mal* de Leibniz constituiu, então, a mais diligente defesa da inocência de Deus em confronto com o problema do mal. É recorrendo à lógica que o filósofo racionalista defenderá a *causa Dei* ao propor a sua teoria do melhor dos mundos possíveis a partir da ideia de causa eficiente, em que a própria ação do supremo Arquiteto se subordina às leis da lógica num jogo de equilíbrio entre as mónadas³⁴. A *harmonia universalis* leibniziana redundava, então, num sistema estético onde o pequeno defeito concorre para realçar a perfeição da beleza do todo³⁵. Além do mais, Leibniz preconizava o entendimento futuro dessa regulação perfeita na sequência do avanço científico³⁶. Assim, embora por vezes obscura face à experiência humana, a jurisprudência universal haveria de ser inteligível e demonstrável pela razão.

Esta postura, segundo Immanuel Kant, num ensaio de 1791 intitulado *Über das Mißlingen aller philosophischen Versuche in der Theodicee*, exprime a *teodiceia* doutrinal dos amigos de Job (que se apoia no dogma especulativo) contra a *teodiceia* autêntica que Job manifesta (fundada sobre a pura crença). Escrito na

³² CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 240.

³³ BAYLE, 1965 [1697]: 177-178.

³⁴ LEIBNIZ, 1969 [1710]; RATEAU, 2015.

³⁵ LEIBNIZ, 1969 [1710]: 421.

³⁶ LEIBNIZ, 1969 [1710]: 233.

maturidade do período Crítico, este estudo constitui mais uma pedra kantiana contra o dogmatismo racional que a filosofia de Leibniz superiormente desempenhou³⁷. O *tribunal da razão* que Kant erige a partir do método crítico deixa bem claros os limites do conhecimento humano³⁸. São eles que inviabilizam, por exemplo e desde logo, a cognoscibilidade de Deus³⁹. De resto, este é o calcanhar de Aquiles da Metafísica tradicional, segundo Kant, para quem nem a religião, nem a legislação devem escapar ao escrutínio do método crítico. No âmbito da revolução copernicana operada pelo filósofo, Deus deixa de ser o reduto do juízo em favor da razão humana, atendidos os seus limites, o que explica que o modelo de teodiceia ratificado assente numa sabedoria negativa⁴⁰.

No entendimento kantiano, Job oferece um modelo de fé porque «testemunhou que não fundou a sua moralidade sobre a sua fé, mas a fé sobre a moralidade: e, neste caso, a fé, por mais frágil que seja, é, contudo, de uma espécie mais pura e mais estimável, no sentido em que não se funda sobre uma religião que aspira ao favor, mas sobre uma religião da boa conduta»⁴¹. Kant rejeita, portanto, uma teologia baseada na lógica da retribuição que confere ao sofrimento o signo de um castigo, ou à felicidade uma consequência da virtude. Na *Crítica da Razão Prática*, o soberano bem é concebido, em liberdade, como um dever racional consignado pelo imperativo categórico⁴². A teodiceia doutrinal erra ao promover ao nível especulativo ideias cuja objetividade é meramente prática, isto é, relativa à vontade. Embora racional, o postulado da existência de Deus como autor justo do mundo é efeito de uma crença, não de um saber. E a figura bíblica de Job representa a *razão prática* onde o soberano bem releva da efetividade da lei moral⁴³. Assim, enquanto «Os amigos de Job professam o sistema que consiste em explicar todos os males no mundo pela justiça divina, e, portanto, o mesmo número de sentenças por crimes cometidos [...]. Job, ao contrário, [...] pronuncia-se pelo sistema da *incondicionalidade do decreto divino*»⁴⁴. Job realiza uma afirmação

37 Ainda que o nome de Leibniz, como o de nenhum outro filósofo, conste no texto. Conforme assinala Paul Rateau, «a menção de “Versuche” no título [...] convoca inevitavelmente os *Essais de Théodicée* [de Leibniz]» (RATEAU, 2009: 51, n.º 1). Para os pontos de contacto e de distanciamento entre a teodiceia leibniziana e a teodiceia kantiana, veja-se RATEAU, 2009 e FCESSSEL, 2010: 25-61.

38 KANT, 2001 [1781].

39 KANT, 1998 [1790]: 343-421.

40 Em resumo, para Kant, o insucesso das tentativas filosóficas em matéria de teodiceia prende-se com o facto de consistirem em puras teodiceias doutrinárias (KANT, 1985 [1791], 2001 [1781]; FCESSSEL, 2010: 27).

41 KANT, 1985 [1791]: 1408.

42 KANT, 2008 [1788]: 125. Acerca do *imperativo categórico*, confronte-se KANT, 2014 [1785]: 62, 73, 76-77 e 88.

43 FCESSSEL, 2010: 44. Em Kant, o sumo bem é imanente porquanto releva do dever, de uma vontade boa, ao mesmo tempo que é transcendente como ideia dado que as suas condições de possibilidade excedem o poder dessa mesma vontade. De facto, ao contrário da teodiceia doutrinal, na teodiceia autêntica, a razão prática figurada na postura de Job impele à exigência de justiça sem fazer dela um conhecimento. Job dá-se como prova viva da ignorância radical dos homens quanto aos fins de Deus.

44 KANT, 1985 [1791]: 1406.

de impotência e a assunção de uma assimetria inelutável, escoradas ambas na fé, o que lhe valeu a aprovação de Deus⁴⁵.

De igual modo, o narrador de *Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe!* lança perguntas a Deus e, à semelhança de Job, reconhece os limites do seu entendimento baseando-se na sua fé, ao contrário da impostura dos amigos daquele, que ousam justificar a todo o custo o padecimento inocente porque se creem ouvidos e julgados por Deus:

Oh Céus, aonde estão os vossos raios que não caem sobre a cabeça deste infame, que pede a uma amante que mate sua mãe, para mais a salvamento gozar os seus escandalosos e torpes desejos! Oh Céus! Como quereis que um homem vos insulte tão claramente, atrevendo-se a proferir estas palavras: ó filha, mata tua mãe!!? Meu Deus, eu sou um fraco bichinho na terra, e atrevo-me a interrogar a Vossa alta sabedoria! Perdoai-me, meu Deus⁴⁶!

Se o *Livro de Job* se erige sobre uma pergunta fundamental — *Porquê?* —, também assim esta narrativa de Camilo. «Maria, porque me matas?»⁴⁷, replica duas vezes Matilde à hora da morte. Como explica Terry Eagleton, a persistente interrogação face a um mal inusitado, «não significa “Qual foi a causa disto?”. É mais um lamento do que um inquérito. É um protesto contra uma profunda falta de lógica no mundo. É uma reação ao que parece ser o brutal sem-sentido das coisas»⁴⁸. Nesse encalço se fundamenta também a inversão do sentido da teodiceia proposta por Kant: «já não se trata de justificar (negando-a) a existência do mal no mundo, mas de justificar o queixume em nome do ideal teológico postulado pela razão»⁴⁹. Pelo que, ao contrário dos metafísicos dogmáticos, o mundo visto pelo filósofo da Crítica não é um mundo fechado por uma chave determinística, mas aberto ao permanente devir transformacional, um mundo que está indefinidamente por fazer.

Face ao absurdo do sacrifício maternal por uma filha, Camilo dramatiza no título uma outra possibilidade, com a exortação alternativa que não consta do discurso da vítima na narrativa. O incitamento *Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe!* seria, afinal, um esforço vão de desviar os desígnios insondáveis do Sumo Poderoso. Ciente da inevitabilidade do crime, também o narrador faz um preito na

⁴⁵ KANT, 1985 [1791]: 1404-1405.

⁴⁶ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 240. Kant contrapõe destarte as duas posturas: «Job fala como pensa, seguindo o seu coração, e como qualquer homem que estivesse na sua situação. Pelo contrário, os seus amigos falam como se o Todo-Poderoso, sobre cuja causa pronunciam a sua sentença, os escutasse, e como se a perspectiva de ganharem favores com ele através do seu julgamento fosse mais importante do que a verdade» (KANT, 1985 [1791]: 1406 [tradução minha]).

⁴⁷ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 244.

⁴⁸ EAGLETON, 2010: 131 (tradução minha).

⁴⁹ FCESSEL, 2010: 48 (tradução minha).

eminência de narrar o primeiro golpe assassino: «Virgem Maria, suspendei o braço dessa filha que vai matar sua mãe!»⁵⁰. Em todo o caso, não se trata de impedir a realidade do facto acontecido e que vai ser narrado, mas de enfatizar a falta de concordância entre o ato e a razão prática. A mãe de Maria, porém, não lança um repto, mas perguntas. E aceita o seu destino, julgando-se embora condenada a prestar contas a Deus. O dinheiro e a honra com que se compra a salvação da alma aproximam-se dos discursos com que os amigos de Job tentam comprar Javé⁵¹.

Mas a protagonista não está ali a jogar aos dados, como Deus joga com o Diabo no livro sapiencial do Antigo Testamento⁵². Maria está a jogar-se a si própria, ela *está lançada* na aceção da fenomenologia heideggeriana⁵³, o que significa entregar-se absoluta para se consumir e consumir toda na sua paixão. E só isso justifica o injustificável que é o mal, como diria Jean Nabert⁵⁴.

BIBLIOGRAFIA

- ATENCIO, Rebecca J. (2007). *Camilo's M(O)ther Women: Two Matricidal Narratives*. «Portuguese Literary & Cultural Studies». 12, 95-106.
- BAYLE, Pierre (1965 [1697]). *Historical and Critical Dictionary: Selections*. Ed. de Craig Brush e Richard H. Popkin. Indianápolis: Bobbs-Merrill.
- CABRAL, Alexandre (2003 [1988]). *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1929). *Dispersos de Camilo*. Ed. de Júlio Dias da Costa. Coimbra: Imprensa da Universidade, vol. V.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1961). *As Novelas de Camilo*. Selec., pref. e notas de Alexandre Cabral. Lisboa: Portugalia.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1984 [1862]). *Coração, Cabeça e Estômago*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Dir. de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, vol. III, pp. 715-875.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1985a [1863]). *Memórias de Guilherme do Amaral: Obra Póstuma Editada por Camilo Castelo Branco*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Dir. de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, vol. IV, pp. 331-465.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1985b [1864]). *Amor de Salvação*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Dir. de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, vol. IV, pp. 617-783.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1988 [1875-1877]). *Novelas do Minho*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Dir. de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, vol. VIII, pp. 1-454.

⁵⁰ CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 244.

⁵¹ Como se viu, a pureza do corpo das filhas é dada à conta de moeda de troca pela salvação do espírito (CASTELO BRANCO, 1990 [1848]: 237 e 239).

⁵² *Livro de Job*, 1992: 659-660.

⁵³ HEIDEGGER, 2010 [1927].

⁵⁴ NABERT, 1997 [1955].

- CASTELO BRANCO, Camilo (1990 [1848]). *Maria! Não Me Mates, que Sou Tua Mãe!* In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Dir. de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, vol. XI, pp. 231-255.
- COELHO, António do Prado (1950). *Espiritualidade e Arte de Camilo*. Porto: Livraria Simões Lopes.
- COELHO, Jacinto do Prado (2001 [1946]). *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. 3.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, Júlio Dias da (1925). *Palestras Camilianas*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- CRIME HORROROSO. «Revista Universal Lisbonense: Jornal dos Interesses Physicos, Moraes, e Litterarios / Por uma Sociedade Estudiosa». Série IV. Vol. VII. 41 (14 set. 1848) 489490.
- EAGLETON, Terry (2010). *On Evil*. New Haven; Londres: Yale University Press.
- FÆSSEL, Michaël (2010). *Le Scandale de la Raison: Kant et le Problème du Mal*. Paris: Honoré Champion.
- FÆSSEL, Michaël (2019 [2012]). *Après la Fin du Monde: Critique de la Raison Apocalyptique*. Paris: Seuil.
- HEIDEGGER, Martin (2010 [1927]). *Being and Time*. Trad. do alemão de Joan Stambaugh; rev. e pref. de Dennis J. Schmidt. Nova Iorque: State University of New York Press.
- KANT, Immanuel (1985 [1791]). *Sur l'Insuccès de toutes les Tentatives Philosophiques en matière de Théodicée*. In KANT, Immanuel. *Œuvres Philosophiques*. Ed. dirigida por Ferdinand Alquié; trad. do alemão e notas de Alexandre J.-L. Delamarre. Paris: Gallimard, vol. II, pp. 1391-1413.
- KANT, Immanuel (1998 [1790]). *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. e notas de António Marques e Valério Rohden; introd. de António Marques. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- KANT, Immanuel (2001 [1781]). *Crítica da Razão Pura*. Trad. do alemão de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; introd. e notas de Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KANT, Immanuel (2008 [1788]). *Crítica da Razão Prática*. Trad. do alemão de Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- KANT, Immanuel (2014 [1785]). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. do alemão de Paulo Quintela; introd. de Pedro Galvão. Lisboa: Edições 70.
- LEIBNIZ, G. W. (1969 [1710]). *Essais de Théodicée: Sur la Bonté de Dieu, la Liberté de l'Homme et l'Origine du Mal*. Ed. de Jacques Brunschwig. Paris: Garnier-Flammarion.
- LIVRO de Job. In *Bíblia Sagrada*. Lisboa: Difusora Bíblica, 1992, pp. 659-693.
- LONGINO, Dionísio (2015). *Do Sublime*. Trad. do grego, introd. e comentário de Marta Várzeas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume.
- MOREIRA, Tânia Furtado (2021). *A Literatura e o Mal na Ficção Camiliana*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- MOUTINHO, José Viale (2009). *Camilo Castelo Branco: Memórias Fotobiográficas (1825-1890)*. Alfragide: Caminho.
- NABERT, Jean (1997 [1955]). *Essai sur le Mal*. Paris: Cerf.
- NARRAÇÃO FIEL do Assassinio de Mathilde do Rosario da Luz. «Revista Universal Lisbonense: Jornal dos Interesses Physicos, Moraes, e Litterarios / Por uma Sociedade Estudiosa». Série IV. Vol. VII. 42 (21 set. 1848) 500501.
- PENSÉES NOUVELLES ET PHILOSOPHIQUES. Amsterdão: Marc-Michel Rey, 1777.
- PEREIRA, João Carlos Vitorino (1998). *Les Expressions et les Fonctions de la Violence dans l'Œuvre Romanesque de Camilo Castelo Branco (1825-1890)*. Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris III. Tese de doutoramento.
- RATEAU, Paul (2009). *L'Essai Leibnizien de Théodicée et la Critique de Kant*. IN RATEAU, Paul, ed. *L'Idée de Théodicée de Leibniz à Kant: Héritage, Transformations, Critiques*. Estugarda: Franz Steiner Verlag, pp. 51-66.

- RATEAU, Paul (2015). *Leibniz et le Meilleur des Mondes Possibles*. Paris: Classiques Garnier.
- RIBEIRO, Armando Vitorino (1948). *Um Horrendo Crime na Lisboa de Há Cem Anos*. «Policia Portuguesa». 70 (nov./dez.) 26-30.
- SILVA [1848?]. *A Matricida Maria Jozé, Condemnada no Dia 6 de Novembro de 1848*. [Lisboa]: [s.n.]. Litografia.
- VIZÃO HORROROSA: *Quadras a proposito de Maria José, que Assassinou Sua Mãe*. Lisboa: Tipografia A. J. P., 1848.

MÃE HÁ SÓ MUITAS:

A FIGURA MATERNA NOS CONTOS DE LYGIA FAGUNDES TELLES

FRANCISCO TOPA*

Resumo: *O artigo analisa a representação da figura da mãe em treze contos de Lygia Fagundes Telles, publicados entre 1949 e 2007. Comprovando o seu estatuto de figura maior da literatura brasileira contemporânea, Lygia coloca a questão de múltiplas perspectivas, recorrendo também à ampla diversidade de estilos e de registos. Em algumas das narrativas são encenadas situações mais ou menos frequentes e razoavelmente pacíficas, mas há outras que poderiam ilustrar um manual de psiquiatria ou de psicanálise. O conjunto, aliás, fornece material que poderia servir de base a uma história da mulher contemporânea.*

Palavras-chave: *Lygia Fagundes Telles; conto; mãe.*

Abstract: *The paper analyses the representation of the mother figure in thirteen short stories by Lygia Fagundes Telles, published between 1949 and 2007. Proving her status as a major figure in contemporary Brazilian literature, Lygia poses the question from multiple perspectives, also using a wide diversity of styles and tones. In some of the narratives, more or less common and reasonably peaceful situations are enacted, but there are others that could illustrate a psychiatry or psychoanalysis manual. The set, by the way, provides material that could serve as a basis for a history of contemporary women.*

Keywords: *Lygia Fagundes Telles; short story; mother.*

1. Na generalidade das culturas, e em particular nas de matriz cristã, a mãe é figura onnipresente. Há razões óbvias que o explicam, a começar pelo facto de ela ser indispensável à renovação da espécie. Mais que geradora de vida — papel que partilha com o pai, embora de forma desigual —, a mãe é figura essencial na sobrevivência da criança nos primeiros tempos e elemento preponderante na sua educação. Há, contudo, razões menos óbvias para o seu destaque: como o vem sendo mostrado pelo menos desde Freud, a mãe é também figura decisiva no psiquismo dos filhos, podendo ser causa de perturbações complexas, tanto nos rapazes quanto nas meninas.

Compreende-se assim que o tema da mãe tenha uma presença assídua na literatura, tanto a escrita por homens quanto a feita por mulheres. Mais difícil de explicar é o motivo por que há um desnível tão grande entre a chamada literatura popular e a literatura dita culta: nesta última, a figura não aparece apenas na faceta de mãe coragem (para retomar o título da célebre peça de Bertolt Brecht), mas antes numa vasta gama de representações complexas, ao passo que a literatura — e a cultura — popular tendem a oferecer a imagem fixa de uma mãe amorosíssima, pura e inquestionável. Para além do ditado «Mãe há só uma», de significado aliás

* Universidade do Porto/CITCEM. Email: ftopa@letras.up.pt.

questionável, temos toda uma vasta gama de literatura mais ou menos dogmática acerca do tema e, o que é talvez mais intrigante, todo um conjunto de textos, canções, objetos, atitudes e comportamentos enquadráveis no subjetivo — e instável — conceito do *kitsch*: da popular tatuagem «Amor de mãe» usada por muitos militares portugueses que participaram nas guerras coloniais até quadras do tipo de «Com três letrinhas apenas/ se escreve a palavra mãe;/ é das palavras pequenas/ a maior que o mundo tem» (esta, por sinal, com autora conhecida, Heloísa Cid).

2. Os contos de Lygia Fagundes Telles são um bom exemplo de que *mãe há só muitas*, o que equivale a dizer que muitos são os filhos e muito diversas são as representações que eles constroem das suas mães. Não sendo dos temas mais comuns desta prolífica contista, o tema da mãe aparece como questão importante e até central em pelo menos treze dos seus contos, vindos a lume num largo espaço de tempo que vai de 1949 até 2007. Como veremos, para além da diversidade de estilos e de registos, há uma grande variedade de pontos de vista — em parte resultantes do recurso a um narrador autodiegético ou em 3.^a pessoa; em parte pelo facto de se privilegiar a visão da mãe, da filha ou do filho. Por outro lado, embora alguns dos casos configurem situações mais ou menos frequentes e razoavelmente pacíficas, há outros que poderiam ilustrar um manual de psiquiatria ou de psicanálise. O conjunto, aliás, fornece material que poderia servir de base a uma história da mulher contemporânea.

2.1. Começemos com um dos exemplos mais antigos, «A confissão de Leontina», incluído no volume *O cacto vermelho*¹. Trata-se de um corpo um tanto estranho no conjunto da obra da autora, que poucas vezes se detém em figuras da classe mais desfavorecida e marginalizada, evitando também motivos e um estilo que poderíamos classificar como próximos do neorrealismo. Neste caso, temos um longo monodialogo (o discurso é dirigido a uma misteriosa senhora que não chega a tomar a palavra) em que uma pobre e sofredora dançarina de aluguer narra a sua vida para tentar explicar como matou um desconhecido que começara por lhe oferecer um vestido. Presa e a aguardar julgamento, Leontina recorda com saudade a infância miserável e a figura da mãe:

*Minha mãe vivia lavando roupa na beira da lagoa. Ela lavava quase toda a roupa da gente da vila mas nunca se queixou disso. Nunca vi minha mãe se queixar de nada. Era muito miudinha e magra e às vezes eu pensava que ela ia cair no chão de tanto trabalhar. Mas ela não parava e a única coisa que a fazia se estender na cama sem coragem de abrir os olhos era aquela dor de cabeça que de quando em quando ela sentia. Então amarrava na cabeça um lenço com rodela de batata crua*².

¹ TELLES, 1949: 49-86.

² TELLES, 1949: 52.

Falecida a progenitora, cabe a Leontina substituí-la, apesar da sua tenra idade: sem queixas, com naturalidade, cuidará da irmã mais nova e sacrificar-se-á para que o primo possa estudar e tornar-se médico, não importando que ele continue a ter vergonha dela e evite ser visto em público na sua companhia. Mãe não progenitora, Leontina representa aqui a figura da mulher que se deixa oprimir, mas só aparentemente de livre vontade: mais que o alegado «miolo mole» que lhe era atribuído, o seu problema é consequência da pobreza e de uma ordem das coisas que a ultrapassa e que a leva a canalizar para os outros o sentido felino inscrito no seu nome.

A figura materna também é objeto de admiração — e até mesmo de adoração — no largo conto «O cacto vermelho», do livro homónimo³. Situada num século XIX pouco preciso, de grandes senhores agrícolas e escravos, a narrativa aborda o tema da maldade, transmitida ao longo de gerações e concretizada ora no tratamento tirano da esposa ora no ciúme doentio, até chegar à figura do estranho narrador-personagem. Privado do contacto com a mãe, o protagonista começa por levar uma vida marcada pela bondade, escorada no culto à memória da progenitora, até que, depois da morte da esposa, envereda por uma vida de devassidão que termina com o homicídio do seu filho de 6 anos — um homicídio que ele considera como primeiro passo para uma redenção pelo sofrimento. Sem entrar no fantástico, o texto desenvolve-se no clima de mistério tão característico da ficção de Lygia Fagundes Telles, apresentando uma figura idealizada de mãe, mártir e imaculada.

Outro conto antigo da autora em que a figura materna é, de algum modo, objeto de admiração é «Natal na barca», do livro *Histórias do desencontro*⁴. Neste caso, a visão é assumida por uma narradora sem relação familiar com a mãe, que «Era uma mulher ainda jovem e de semblante muito pálido. O longo manto escuro que lhe cobria a cabeça dava-lhe o aspecto de uma figura bíblica»⁵. A partir de um diálogo casual, quase no fim de uma viagem de barca, acedemos à história da mulher que leva um menino ao colo. Tinha perdido o seu primeiro filho, fora abandonada pelo marido e fazia agora a viagem de Lucena, Paraíba, para levar o bebé, febril, a um especialista. Apesar disso,

Era extraordinário o modo como ela me contava as sucessivas desgraças, com um ar assim tão sereno, tão seguro... Era como se nada daquilo a tivesse atingido. Fôra pisada, duramente pisada. Como se não bastasse a pobreza que espiava pelos seus remendos, perdera o filho, o marido, e ainda via pairar uma sombra sobre a frágil vida que tinha entre os braços. No entanto, ali estava sem nenhuma revolta. Confiante, intocável⁶.

³ TELLES, 1949: 187-260.

⁴ TELLES, 1958: 169-175.

⁵ TELLES, 1958: 169.

⁶ TELLES, 1958: 172.

A certa altura da viagem, a narradora percebe que o bebê está morto, sem que a mãe tenha consciência disso. Tentando fugir para evitar o embarço, verifica, contudo, que «A criança abria os olhos — aqueles olhos que há pouco eu vira cerrados num sono que me pareceu eterno»⁷. Podemos pensar em milagre, atendendo até ao título do texto: teríamos assim, três anos depois de *Morte e vida severina* de João Cabral de Melo Neto, uma espécie de auto de natal, desta vez da Paraíba e em prosa. A narradora já tinha aliás revelado o segredo daquela mãe: «Aí estava o sêgrêdo da misteriosa luz que parecia se irradiar dos seus olhos. O sêgrêdo daquela confiança. Daquela paz. Era a tal fé que removia montanhas...»⁸. Mas, como tende a acontecer no conto moderno, há uma outra história, apenas sugerida — a da narradora, que começara por dizer de si mesma: «Não quero nem devo lembrar aqui por que motivo eu me encontrava naquela barca. Só sei que em redor tudo era silêncio e treva. E que apesar de tudo eu sentia um feroz bem-estar naquela solidão»⁹. O que está em causa é, portanto, a história de duas mulheres, que ultrapassam momentaneamente as suas diferenças e as respectivas solidões, com uma transformação decisiva da primeira, que no fim da viagem consegue imaginar o rio negro e gelado «como seria de manhã cedo: verde e quente. Verde e quente»¹⁰.

2.2. Mas, no conjunto dos contos de Lygia em que a figura da mãe desempenha um papel importante, os casos até agora apontados constituem uma exceção. De facto, quase todos eles são dominados por um conflito, ou pelo menos por uma tensão, entre mãe e filha ou filho, podendo a questão ser perspectivada no presente ou no passado, pelo ponto de vista da(o) filha(o) ou da mãe. Este é um tema que tem sido, aliás, muito discutido pela teoria feminista¹¹.

Começemos por «Migra», publicado em *O cacto vermelho*¹² e talvez o mais previsível de todos os contos que aqui serão analisados. Recorrendo à narração em 3.^a pessoa, o texto apresenta-nos a história de Migra, uma menina deixada pela mãe, aos 6 anos, num internato de freiras, logo a seguir ao divórcio e a um novo casamento. Exteriormente fria e distante, a protagonista não se deixava decifrar:

Sim, Irmã Leonor conhecia as alunas, mas quando chegava a vez de Migra, inquietava-se: que podia haver no fundo daqueles olhos? E toda a sua biblioteca sobre psicologia infantil, desmoronava-se sem sentido diante daquela menina. Seria melhor suspender o juízo e observar, dizia a si mesma. Mas lá vinha Migra com aquele rosto

⁷ TELLES, 1958: 175.

⁸ TELLES, 1958: 173.

⁹ TELLES, 1958: 169.

¹⁰ TELLES, 1958: 175.

¹¹ Cf., por exemplo, BADINTER, 2010 ou KRISTEVA, 1992.

¹² TELLES, 1949: 125-137.

*de pedra, com aquêlê olhar fugidio por onde às vêzes perpassava um clarão de aço. E Irmã Leonor perdia a esperança: a menina era má, não podia haver dúvida, a menina era mesmo má*¹³.

Acumulam-se, porém, os sinais de carência afetiva, clarificados no final do conto: no dormitório silencioso, a freira «ainda ouviu um chôro desesperado que parecia vir mais de um animal ferido do que de uma criatura de Deus. [...] “Mamãe! mamãe!...”»¹⁴.

Já em «A medalha», de *O jardim selvagem*¹⁵, o conflito entre mãe e filha é explícito: na véspera do casamento de Adriana, a mãe — paralisada numa cadeira de rodas — recrimina-a pelo seu comportamento alegadamente promíscuo, acusando-a de ter o mesmo cinismo do desaparecido pai. No decurso da discussão, Adriana acusa a mãe de racismo, a propósito do fenótipo do homem com quem casará no dia seguinte: «Mas não é muito agradável mesmo ter uma filha casada com um preto, preto disfarçado, sem dúvida. Mas preto. Já reparou nas unhas dêle? No cabelo? Reparou, sim, você é muito atenta, tem um faro que vai longe!»¹⁶. Estamos, evidentemente, perante o clássico tema do conflito de gerações, encebado a partir de um instantâneo do dia a dia. Mas há mais que isso: mãe e filha tinham sido ambas atingidas pela perda do marido/pai e lidavam com isso de modo diferente: a filha pelo excesso (de namorados, de peso); a mãe pela escassez (de contactos, de espaço, de amor). O aparente desprezo de Adriana ao pôr ao pescoço do gato a medalha de família que a mãe lhe dá para o dia de casamento é uma forma de quebrar o ciclo vicioso: de uma certa concepção de mulher, claro (a «medalha [...] foi de minha avó, passou para minha mãe e agora é minha. Nós três nos casamos com ela»¹⁷, diz a mãe); mas também de um bloqueio de comunicação — o gato é, de algum modo, o elo de ligação entre elas, uma vez que lhe é dado circular pelos quartos em que cada uma delas se encerra.

À primeira vista, há um fundo idêntico em «Uma branca sombra pálida», do livro de 1995 *A noite escura e mais eu*¹⁸: morto o marido e pai, uma mãe e uma jovem vão-se afastando progressivamente. A rutura definitiva dá-se quando aquela impõe à filha a escolha entre ela e a sua amiga e amante, esquecendo que havia uma terceira saída: «Que foi a que ela escolheu, cortar com aquela tesourinha, tique! o fio da vida no mesmo estilo oblíquo com que cortara os caules»¹⁹. Os críticos e estudiosos de Lygia têm detido a sua atenção no homoerotismo e na

¹³ TELLES, 1949: 128.

¹⁴ TELLES, 1949: 136-137.

¹⁵ TELLES, 1965: 9-16.

¹⁶ TELLES, 1965: 13.

¹⁷ TELLES, 1965: 14.

¹⁸ TELLES, 1996: 147-168.

¹⁹ TELLES, 1996: 163.

homofobia, temas que obviamente não podem ser descartados. Creio, porém, que a questão principal do conto tem que ver com a solidão e a incomunicabilidade: mais que rejeitar a opção amorosa de Gina, a mãe não aceita que ela se feche no quarto (sim, com Oriana, a amiga, mas isso é secundário), ouvindo uma música que ela não entende («Gina gostava dos clássicos, paixão por Mozart, mas quando se trancava com Oriana, começava o som dos delinquentes. Parem com isso! eu queria gritar»²⁰).

Há, porém, um esforço mínimo de aproximação: a certa altura a mãe pergunta o significado de uma música tantas vezes escutada, «A Whiter Shade of Pale». São hoje idosos os que acompanharam o sucesso estrondoso do *single* com essa música, lançada em 1967 por um grupo inglês chamado Procol Harum, pouco lembrado por outros trabalhos. A maior parte dos leitores atuais conhece a música na interpretação de Annie Lennox, mas ignora o contexto de uma época fortemente marcada pela contestação juvenil que de imediato converteria este *slow* em hino do amor livre. De certa maneira, creio que o conto ilustra os bloqueios e confrontos desse tempo: no mesmo registo melancólico da música, a mãe narradora fala também de uma relação falhada, só que com a filha, que ela desejaria para sempre branca e imaculada, como as brancas rosas em botão que agora deixa na sua campa, em assumida disputa com as «rosas vermelhonas, completamente desabrochadas»²¹ de Oriana. Ao contrário do conto anterior, neste há espaço para a autocritica da mãe: «Será que eu estava enlouquecendo? Fiquei uma esponja de fel?»²². Isso não impede, porém, que a morte converta Oriana numa «Whiter Shade of Pale».

Já em «Senhor Diretor», do livro *Seminário dos ratos*, de 1977²³, a mãe aparece como responsável por uma herança, de que só muito tarde, demasiado tarde, a filha se apercebe e começa a pôr em causa. No dia em que — deambulando sozinha pela cidade de São Paulo — completa 61 anos, Maria Emília, professora aposentada, solteira e virgem, reage interiormente contra os sinais de degradação que julga detetar na cidade e no mundo que a rodeia, começando a compor mentalmente uma carta de protesto dirigida a um diretor de jornal. O conto passa a ser dominado pelo fluxo de consciência da personagem, marcado por uma aparente descontinuidade que lembra as associações livres da psicanálise. Aos poucos, Mimi recupera memórias apagadas — ou recalçadas — e vai tomando consciência de si, acabando por pôr em causa as suas opções de vida.

Neste processo de consciencialização e de transformação, a personagem reconhece a herança materna: «Mamãe tinha medo do sexo, herdei esse medo —

²⁰ TELLES, 1996: 158.

²¹ TELLES, 1996: 149.

²² TELLES, 1996: 158.

²³ TELLES, 1998a: 15-29.

não foi dela que herdei?»²⁴. Não chega, contudo, a haver uma verdadeira raiva contra a mãe. Em vez disso, a personagem vai desenvolvendo uma espécie de solidariedade, que abarca aquilo a que ela chama a *condição da mulher*. É o que se percebe na observação sobre o facto de a mãe ter tido oito filhos sem desfrutar de uma vida sexual: («Oito. Quarenta anos de casamento sem prazer: um agulheiro calado»²⁵; «me lembrei dela dizendo à minha avó que cumpria seus deveres sem nenhum prazer até o amargo fim. Até o amargo fim, mamãe?»²⁶).

Outro conto em que o medo corresponde a uma herança materna é «O espartilho», de *O jardim selvagem*²⁷. Também aqui a perspectiva é a da filha, igualmente nascida numa família burguesa e conservadora. O conto é narrado em 1.ª pessoa e cobre uma faixa de tempo que vai da infância ao início da idade adulta. A grande diferença é que esta filha ficou órfã muito cedo (segundo a avó, os pais teriam morrido num acidente ferroviário, mas a informação suscita reservas) e foi criada por uma avó severa. A memória da família está conservada num álbum (como aliás acontecia em «Migra»), mediado pela interpretação edulcorada da avó. Nele faltava, porém, a mãe de Ana Luísa e é através da sua pajem — uma figura muito comum nos contos de Lygia — que a protagonista fica a saber o motivo dessa ausência:

*Mas a verdade é que fiquei sabendo até que sua linda avó não foi ao casamento do filho porque ele se casava com uma judia, ouviu bem? Ela tem nojo de judeu como tem nojo de barata, a Sarah na Alemanha seria esmagada, ela disse um dia ao seu pai enquanto calcava no chão o salto do sapato...*²⁸

Contudo, embora o racismo em geral e o antissemitismo em particular ocupem um espaço importante do conto, a questão decisiva é outra — o medo, transmitido por via materna:

*Deixara-me um nome que eu aprendera a renegar: Ferensen. E aquela impotência. Aquela insegurança. A guerra já estava no fim, os judeus iam ser deixados em paz de agora em diante. Mas até quando? Por que minha mãe não vivera um pouco mais para me dizer que eu devia levantar a cabeça e rir dos tolos, dos enfatuados que ainda insistiam no preconceito de raça*²⁹?

Mas a questão vai além da condição judaica — o espartilho referido no título é, de algum modo, o medo que oprime as mulheres e que gera a opressão em cadeia:

²⁴ TELLES, 1998a: 26.

²⁵ TELLES, 1998a: 22.

²⁶ TELLES, 1998a: 227.

²⁷ TELLES, 1965: 25-72.

²⁸ TELLES, 1965: 41-42.

²⁹ TELLES, 1965: 63.

*Repito que me salvaria se naquela tarde tivesse lhe falado frente a frente. Mas não me sentia uma igual, sabia agora que sempre a temera, que o medo sempre estivera amoitado em mim como o leopardo no matagal. Voltei-me para o álbum de retratos na prateleira da estante. Folheei-o lentamente e pela primeira vez achei que as mulheres do álbum estavam tão apavoradas quanto eu. Por que apavoradas? Mas apavoradas. Tinham tôdas a respiração curta por causa do espartilho e os olhos alarmados, na expectativa de qualquer acontecimento*³⁰.

Outro conto em que a relação com a mãe é perspectivada no passado é «Verde lagarto amarelo», do livro *Antes do baile verde*, publicado em 1970³¹. Neste caso, estamos perante o tópico — clássico, mas só aqui abordado por Lygia, segundo creio — do filho e do enteado, isto é, da alegada preferência da mãe por um dos filhos. Assumindo a narração, o filho mais velho, Rodrigo, dá conta da visita cortês do irmão, Eduardo, revelando os motivos por que ela constitui para si uma sucessão de pequenos gestos agressivos, que remetem para uma infância que para ele fora apenas sofrimento:

*Podia tão bem se mudar de cidade, viajar. Mas não. Precisava ficar por perto, sempre em redor, me olhando. Desde pequeno, no berço já me olhava assim. Não precisaria me odiar, eu nem pediria tanto, bastava me ignorar, se ao menos me ignorasse. Era bonito, inteligente, amado, conseguiu sempre fazer tudo muito melhor do que eu, muito melhor do que os outros, em suas mãos as menores coisas adquiriam uma outra importância, como que se renovavam. E então? Natural que esquecesse o irmão obeso, mal vestido, mal cheiroso. Escritor, sim, mas nem aquele tipo de escritor de sucesso [...]*³².

Privado do amor da mãe («e eu, mamãe, e eu?...»³³), marcado pelo mesmo suor verde da protagonista de «O espartilho», Rodrigo enfrenta agora a suprema humilhação de receber do irmão um manuscrito literário para apreciação.

2.3. Vejamos agora dois casos contendo um tema que, não sendo propriamente um tabu, é pouco comum: a infidelidade da mãe. O primeiro ocorre no conto «Ôlho de vidro», do livro *O cacto vermelho*³⁴. Nele se representa, em 1.^a pessoa, um dia na vida de um detetive que se dedica a investigar casos de traição conjugal. Enquanto vigia uma suspeita, vai passando em revista outros casos, incluindo o seu, que terminara com a resignação da sua parte, olhando «para o retrato da

³⁰ TELLES, 1965: 46.

³¹ TELLES, 1999: 18-27.

³² TELLES, 1999: 24-25.

³³ TELLES, 1999: 25.

³⁴ TELLES, 1949: 23-38.

minha mãe e do meu pai, na parede da sala. Lá estava [sic] os dois, cheios de amor e virtude, unidos num abraço eterno»³⁵. E agora, revendo o momento em que, com mansa sujeição, aceitara o adultério da esposa, o protagonista acede a um segredo escondido num episódio da sua infância:

*Minha mãe estava com a boca entreaberta e os olhos muito assustados, mas não dizia nada. Tinha essa mesma expressão naquela tarde em que entrei de repente na sala de música. Meu pai havia saído e eu pulava corda na calçada, quando me lembrei de ir buscar meu diabolô, que deixara em cima do piano. Abri a porta e dei com minha mãe sentada no tapêto e o tio Alcebiades sentado também ao lado dela*³⁶.

Adaptando — com amarga ironia — as palavras de César, o protagonista conclui pela universalidade da traição: «Tinham sido tão felizes. No entanto... Também ela. Tu quoque, mãe? Mãe, não. Mater. Tu quoque, mater? Mater, da terceira declinação. Da terceira? Espera aí: arbor, arboris; mater, matris. Estava certo, era da terceira mesmo»³⁷.

O segundo caso corresponde ao conto «O menino», do mesmo livro³⁸. Em plena fase edipiana, «Achava maravilhoso sair de mãos dadas com a mãe. Melhor ainda quando o pai não ia junto porque assim ficava sendo o cavalheiro dela. Quando crescesse haveria de se casar com uma moça igual»³⁹. Arrastado para o cinema, forçado a entrar depois de começada a sessão, acompanhando a mãe numa estranha movimentação pela sala às escuras, o menino acaba por perceber o jogo de mãos entre ela e o homem que se sentara ao lado. Animado da mesma raiva e indignação do detetive de «Ôlho de vidro», a criança tem vontade de esganar o intruso, mas também no seu caso há o efeito da «ponta de um alfinete num balão de ar. O menino pareceu desabar sôbre si mesmo. Encolhido, murcho»⁴⁰. Encerrando a etapa edipiana (o conto termina com o menino a abraçar o pai), o protagonista está agora precocemente preparado para enfrentar a vida comum, marcada por desilusões e traições.

2.4. Vejamos agora, para terminar, dois contos ainda menos convencionais, em parte pela questão que colocam e pelo modo como ela se desenvolve, em parte pelo registo que os caracteriza. O primeiro é «WM» de *Seminário dos ratos*⁴¹, um texto em que a figura da mãe é importante, mas não constitui o motivo central.

³⁵ TELLES, 1949: 34.

³⁶ TELLES, 1949: 35.

³⁷ TELLES, 1949: 36.

³⁸ TELLES, 1949: 87-98.

³⁹ TELLES, 1949: 90.

⁴⁰ TELLES, 1949: 96.

⁴¹ TELLES, 1998a: 85-94.

Nele um narrador autodiegético de nome Wlado dá conta de uma perturbação maníaca — alegadamente da sua irmã, Wanda — que consiste na gravação obsessiva das iniciais que servem de título ao conto. Embora o texto admita várias leituras, é difícil deixar de identificar nele o tema do duplo — presente desde logo no *W*, que é um duplo *V*, e no *M*, sua representação invertida que sugere a ideia de espelho, de resto explicitamente mencionado a certa altura da narrativa.

Na interpretação mais coerente — proposta aliás pelos investigadores brasileiros que têm analisado o conto⁴² — é o narrador quem está doente, provavelmente devido à morte não superada da irmã, ao desaparecimento do pai e ao comportamento distante e instável da mãe. Segundo ele, «Mamãe era uma atriz famosa mas agitada como um vento de tempestade. [...] Pílulas para dormir, pílulas para acordar, a cara sempre enlambuzada de creme. Não tomava conhecimento nem de Wanda nem de mim»⁴³. Aparentemente temos o tipo da *vedette*, acima e abaixo do mundo, consoante as fases da sua carreira. Acontece, porém, que o narrador não é fiável, pelo que ficamos sem saber que tipo de relação mantinha com a mãe. Os ramos de flores que diz que lhe enviava, sob anonimato, com o alegado propósito de a animar na fase da decadência não serão um sinal de uma admiração um tanto edipiana, ainda que à distância? É que o nome da mãe também começa por *W*: ela chama-se *Webe*, nome aliás estranho, que talvez possa ser associado ao alemão *weben*, tecer.

O segundo caso diz respeito a um texto que, na sua primeira versão, se intitulava «Geléia de maçã» e que foi publicado no volume *A disciplina do amor*, de 1980⁴⁴. Nele, uma narradora que parece confundir-se com a autora (note-se que o volume leva como subtítulo *Fragmentos*) conta um episódio passado consigo durante uma viagem num comboio noturno. Tendo cedido o leito inferior à pessoa que lhe coubera como companheira no vagão-cama — uma senhora idosa, distinta, de olhos azuis, que comia biscoitos com geleia —, a narradora ouve-lhe a história da relação com o filho, contada quando a luz da cabine se apaga:

O jovem era um edipiano feroz que muito cedo descobriu que a impotência sexual vinha desse complexo, ódio pelo pai, paixão pela mãe, aquela embrulhada que desesperadamente tentou desembrulhar com amores devassos, amores castos, tentativas com donzelas, prostitutas, negras e arianas, lésbicas e homossexuais, quem sabe era um homossexual enrustido? Antes fosse e o drama seria solucionado, mas tudo em vão, continuava a ansiedade, o sofrimento: tentou análise, terapia individual e de grupo, choques [...]»⁴⁵.

⁴² Cf., por exemplo, MARTINS, 2019.

⁴³ TELLES, 1998a: 86-87.

⁴⁴ TELLES, 1998b: 34-37.

⁴⁵ TELLES, 1998b: 35.

À beira do suicídio, o filho revela que «O gozo só vinha mesmo na masturbação, quando se fazia menino, um nenê pedindo o peito, a ejaculação dolorosíssima suavizada pela lembrança do leite morno na boca. Mas por que não me contou filho?! perguntou também desfeita em lágrimas, a mãe sempre a última a saber»⁴⁶. A cura implica a ultrapassagem — só aparentemente involuntária — do tabu do incesto:

Então se deitaram chorando e se consolando, tamanha a solidariedade e a compreensão que foi com naturalidade que da compreensão passaram para a ação num amor que durou essa noite (quando ela achou o revólver) e se estendeu por toda a semana que antecedeu a viagem, quando se buscavam e se encontravam no desejo nítido, sem tibiezas, abrasador. Difícil explicar o inexplicável mas no silêncio e no escuro do casarão foi se fazendo ordem lá dentro dele, as coisas desajustadas se ajustando nos lugares: rompeu-se o cordão umbilical e desta vez para sempre. Ele pôde renascer inteiro e desta vez para sempre. E assim continuava lá na bela Viena, realizado, felicíssimo. E não é que em seguida as relações dela com o marido (que Deus o tenha!) também se fizeram mais profundas, mais plenas⁴⁷?

Não é fácil avaliar o significado do texto e deste episódio em concreto, que contraria a linha — indisciplinada, sim, mas *bem-comportada* — que caracteriza a ficção de Lygia Fagundes Telles. Poderíamos pôr a hipótese de se tratar de uma espécie de sátira à psicanálise, sobretudo à de base freudiana. É que o filho da senhora que conta a história tinha ganho, depois da formatura em medicina, uma bolsa de estudos na Alemanha, casara com uma austríaca «e hoje era um psiquiatra importantíssimo, diretor de uma clínica em Viena»⁴⁸. Acontece, porém, que são ténues os paralelos entre o filho da senhora e Sigmund Freud, o qual parece ter mantido sempre com a mãe uma relação comum. Podemos, pelo contrário, encarar a narrativa como uma espécie de elogio da psicanálise, na medida em que a personagem, só depois de resolver o seu próprio complexo de Édipo, «pôde renascer inteiro» e converter-se num bem-sucedido psicanalista. Por outro lado, não esqueçamos que o texto integra um volume intitulado *A disciplina do amor*: na verdade, o desenlace da história, embora tenha alguma coisa de transgressivo, obviamente — como de resto já estava sinalizado pela referência à maçã contida no título —, tem muito mais de disciplina, sugerindo o ilimitado do sacrifício que uma mãe está disposta a fazer pelo seu filho.

Há ainda um outro elemento que pode lançar alguma luz sobre o texto. Trata-se do facto de ele ter sido republicado, sob o título de «O trem», no volume

⁴⁶ TELLES, 1998b: 36.

⁴⁷ TELLES, 1998b: 37.

⁴⁸ TELLES, 1998b: 34.

Conspiração de nuvens, de 2007⁴⁹. Embora o cenário, a estrutura e muitos dos pormenores — e até expressões — se mantenham, esta nova versão é muito diferente, sobretudo por causa da confissão: neste caso, a companheira de cabine declara que está a viajar «para ouvir a confissão de um velho amigo que está morrendo e me chamou, acho que ele quer confessar o crime que cometeu há quase quarenta anos»⁵⁰. Tratar-se-ia do homicídio do marido da personagem, cometido pelo amante que ela mantinha à época. Como interpretar esta reescrita? Há um recuo propositado, do incesto para o crime passionai, numa sugestão de que este é mais aceitável do que aquele? Ou, mais provavelmente, trata-se apenas de mostrar a complexidade do amor?

3. Terminado este breve percurso, impõe-se uma conclusão que talvez possa ser inspirada num conto de Luigi Pirandello. Em «La tragedia d'un personaggio» (incluído no volume *Novelle per un anno*), o narrador/autor começa por explicar que dedica as manhãs de domingo, das 8 às 13h, a receber as futuras personagens das suas ficções. Em seguida, conta a audiência que concede, a contragosto, ao dottore Fileno, personagem criada por outro autor, que, segundo ele, não soubera aproveitar toda a vida que existia em si. Suplicando a ajuda de Pirandello, a personagem fala-lhe do método de cura universal que desenvolvera: a «filosofia del lontano». Consistia basicamente numa espécie de «cannocchiale rivoltato»⁵¹: «persuadeva l'anima a esser contenta di mettersi a guardare dalle lente più grande, attraverso la piccola, appuntata al presente, per modo che tutte le cose subito le apparissero piccole e lontane»⁵². Não é certo que Lygia Fagundes Telles comungue do mesmo hábito de receber as suas personagens em dia e hora certos: mas é inegável a sua capacidade de nos fazer ver, com as suas subtis lentes pequenas, a complexidade da figura materna, protegendo-nos, porém, com a lente grande da ficção, dos eventuais efeitos desagradáveis dessa revelação.

BIBLIOGRAFIA

- BADINTER, Elisabeth (2010). *L'Amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)*. Paris: Flammarion.
- «CADERNOS de Literatura Brasileira: Lygia Fagundes Telles». São Paulo: Instituto Moreira Sales. ISSN 1413-652x. 5 (1998).
- KRISTEVA, Julia (1992). 'Stabat Mater'. In KRISTEVA, Julia. *Histoires d'amour*. Paris: Denoël, pp. 225-247.

⁴⁹ TELLES, 2007: 67-73.

⁵⁰ TELLES, 2007: 72.

⁵¹ «óculo de longo alcance ao contrário» (PIRANDELLO, 2012: 120).

⁵² PIRANDELLO, 2020: 399-400. «persuadia a alma a estar contente por se pôr a olhar pela lente maior, através da pequena, apontada para o presente, de modo que todas as coisas nesse momento lhe pareciam pequenas e distantes» (PIRANDELLO, 2012: 117-118).

- LUCAS, Fábio (1990). *A ficção giratória de Lygia Fagundes Telles*. «Travessia». 20 (junho), 60-77.
- MARTINS, Isabella Marques de Cervinho (2019). *Duplos mistérios: um estudo em Lygia Fagundes Telles*. Manaus: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas. Dissertação de mestrado.
- PIRANDELLO, Luigi (2012). «*A tragédia de um personagem*». In PIRANDELLO, Luigi. *Contos*. Trad. de Carlos F. Barroso e Graziella Saviotti Molinari. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 115-121.
- PIRANDELLO, Luigi (2020). «*La tragedia d'un personaggio*». In PIRANDELLO, Luigi. *Novelle per un anno*. Ed. de Sergio Campailla. 2.^a ed. Roma: Newton Compton Editori, pp. 398-402.
- TELLES, Lygia Fagundes (1949). *O cacto vermelho*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editôra Mérito.
- TELLES, Lygia Fagundes (1958). *Histórias do desencontro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra.
- TELLES, Lygia Fagundes (1965). *O jardim selvagem*. São Paulo: Livraria Martins Editôra.
- TELLES, Lygia Fagundes (1971). *Seleta*. Org. de Nelly Novaes Coelho. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TELLES, Lygia Fagundes (1996). *A noite escura e mais eu*. Lisboa: Livros do Brasil.
- TELLES, Lygia Fagundes (1998a). *Seminário dos ratos*. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- TELLES, Lygia Fagundes (1998b). *A disciplina do amor*. Rio de Janeiro: Rocco.
- TELLES, Lygia Fagundes (1999). *Antes do baile verde*. Rio de Janeiro: Rocco.
- TELLES, Lygia Fagundes (2007). *Conspiração de nuvens*. Org. de Suênio Campos de Lucena. Rio de Janeiro: Rocco.

A LÍNGUAMÃE – OFICINA DE LEITURA E ESCRITA SOBRE LITERATURA E MATERNIDADE COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PENSAMENTO DAS MÃES NA PANDEMIA*

CACAU ARAÚJO**

GABRIELA DO AMARAL***

Resumo: *As novas regras sociais estabelecidas pela pandemia de covid-19 conduziram um grande contingente de mulheres ao extremo dos seus limites físicos e emocionais. A Oficina de Leitura e Escrita sobre Literatura e Maternidade Língüamãe é uma iniciativa de duas mães, escritoras e brasileiras expatriadas: uma em Portugal, a outra nos Estados Unidos, porém, ambas sob o mesmo território do isolamento prolongado (o puerpério seguido da pandemia). Apesar de isoladas, as mulheres, em especial as mulheres-mães, ainda mais as mulheres-mães-escritoras permaneceram juntas, falaram o mesmo idioma, pois ser mãe é uma nacionalidade em si. A leitura e escrita sobre a maternidade neste momento distópico não as salva das dificuldades, mas convida a encontrar na literatura um refúgio que as ajuda a atravessar esta tormenta, criando identificação, acolhimento e servindo como ferramenta de elaboração artística.*

Palavras-chave: *literatura; maternidade; escrita; mulheres escritoras.*

Abstract: *The new social rules established by the covid-19 pandemic have pressed an immense contingent of women to their physical and emotional limits. Língüamãe (mothertongue) is a reading and writing workshop about Literature and Motherhood created by two mothers, writers, and expatriated Brazilian women: one in Portugal, the other one in the USA. Both occupying the same territory of extended isolation (the postpartum followed by the pandemic). Although isolated, women, especially women-mothers, even more women-mothers-writers remained together, speaking the same language, because being a mother is a nationality within itself. Reading and writing about motherhood during this dystopian moment does not save them from the difficulties, but invites them to find in Literature a refuge that helps them pass through the storm, safeguarding, creating connections, and serving as an artistic elaboration tool.*

Keywords: *literature; motherhood; writing; women writers.*

* Todos os textos que não possuíam tradução para a língua portuguesa até ao momento do início da nossa pesquisa em 2020 foram traduzidos livremente por nós. Em sua maioria da língua inglesa e espanhola para a língua portuguesa, reforçando o nosso esforço neste projeto no que diz respeito à tradução.

** Email: araujo.cacau@gmail.com.

*** Email: gabriela.gomes.amaral@gmail.com.

Mothers don't write, they are written

Helene Deutsch

Em março de 2021, demos início às aulas da Oficina de Leitura e Escrita sobre Literatura e Maternidade *Língüamãe*. Começamos em formato *online* com duas turmas, uma às terças-feiras e a outra aos sábados. Em quatro encontros, discutimos temas como o silenciamento das mães (será que somos silenciosas ou silenciadas?), a importância de colocar a nossa voz no mundo, de oferecer as nossas experiências de maneira escrita sobre a maternidade; abordamos a relação com as nossas próprias mães ancoradas neste amor incômodo; debatemos o tornar-se mãe e como oferecer um testemunho real deste tornar-se mãe poder ser um problema (como veremos em Rachel Cusk); e investigamos as novas produções relativamente àquilo que tem sido escrito em termos de maternidade e literatura contemporânea.

Somos amigas há mais de uma década, e como é comum à natureza elástica das amizades, nossa relação passou por fases de muita proximidade e maior afastamento. As duas nos tornamos mães em 2019, uma em fevereiro e a outra em setembro. Enquanto uma estava parindo, a outra estava ainda grávida. Foi, porém, impossível nos comunicarmos com honestidade até que os primeiros meses de nossas meninas tivessem passado, porque o que nos foi ensinado, o que nos foi dito, foi que a maternidade era uma dádiva. Então, o que nos fazia sofrer nos calava. Como partilhar das dores e dúvidas de uma mãe recém-nascida sem assustar a amiga que ainda gesta? Como pedir ajuda às dores físicas e emocionais do pós-parto a uma outra mãe, que parece estar inteira: será que ela passou pelos mesmos desafios?

O reencontro se deu em 2020, quando a pandemia de covid-19 nos empurrou para o isolamento social, quando estávamos recém-saídas, ou melhor, ainda imersas, no isolamento do puerpério. Matilda, filha de Gabriela, tinha apenas seis meses quando a pandemia foi declarada, enquanto Flora, filha de Cacau, havia acabado de completar seu primeiro ano. Duas mães, escritoras e brasileiras expatriadas, uma em Portugal, a outra nos Estados Unidos, porém ambas sob o mesmo território do isolamento prolongado. A reaproximação no contexto pandêmico se deu por duas vias: a da maternidade e a da literatura. Ambas encontramos na leitura de autoras-mães e no ato de escrever ferramentas para processar as rupturas de si que a maternidade nos impunha e continua ainda a impor. Encarar o chão comum do espaço doméstico a que a pandemia nos forçou, nos fez encarar nossas próprias domesticações enquanto mulheres-mães. Nesta partilha descobrimos que, apesar de isoladas, estávamos juntas, falávamos o mesmo idioma: tentar traduzir a ruptura do sujeito que é tornar-se mãe. Foi a partir deste conceito de tradução que nasceu a *língüamãe*.

A princípio, planejamos fazer uma versão com foco nos países de língua portuguesa do curso *El silencio de las madres*, ministrado em espanhol pelas argentinas Bárbara Duhau e Natalia Romero, mas fomos percebendo que preferíamos trabalhar na ementa do curso, fazer a nossa própria curadoria do texto e criar o nosso processo. Foi um desafio construir um projeto em meio à pandemia, orquestrado por duas mães com filhas pequenas, mas conseguimos montar a primeira edição da *Línguamãe*, que foi lançada em março de 2021. Um dos nossos primeiros desejos era conseguir criar uma ponte entre mães e não mães. E muitas mulheres que não são mães nos perguntavam se elas também poderiam fazer o curso, se era também para elas. Nós dizíamos que sim, que a maternidade era para ser ouvida e discutida por todas e todos. E que, aliás, precisávamos de mulheres que não são mães para entendermos como criar este vínculo, esta ponte, este espaço de escuta e troca de experiências.

Na primeira edição contamos com 12 alunas, divididas em duas turmas; entre elas, apenas duas mulheres não eram mães. O roteiro para as oficinas foi feito de modo a que uma aula preparasse as alunas para as próximas. No entanto, discutir a maternidade é um tabu grande demais. É uma construção romantizada muito bem estabelecida em nossa sociedade, quase como um acordo tácito de silêncios e segredos guardados para e por quem é mãe: «Quando você for mãe, você vai entender», um dito repetido à exaustão, mas ainda que saibam, as mães não encontram espaço para partilhar a respeito das suas descobertas e dificuldades. Sentimos, então, que não poderíamos começar o curso falando sobre maternidade. Era preciso começar por um lugar que ajudasse as alunas a perceber como nem sempre somos incentivadas a falar sobre as nossas experiências de vida (inclusive, mas não apenas sobre a maternidade). Antes de tudo, iniciamos o curso nos apresentando e perguntando para elas o que as levou até ali: desta maneira entendemos que no processo de se ouvirem umas às outras, elas mesmas vão estabelecendo uma relação de escuta e criando vínculos. Esse momento foi crucial para o desenrolar dos próximos encontros.

1. UMA LÍNGUAMÃE PARA ROMPER SILÊNCIOS

Decidimos assim, chamar o primeiro encontro de *Uma línguamãe para romper silêncios* e nos ancoramos nas autoras Audre Lorde, Rebecca Solnit e Ursula K. Le Guin. Com Solnit, aprendemos a diferenciar a quietude do silêncio, do silenciamento.

Se nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade, ser privado de voz é ser desumanizado ou excluído da sua humanidade. E a história do silêncio é central na história das mulheres. As palavras nos unem e o silêncio nos separa, priva-nos da ajuda, da solidariedade ou da simples comunhão que a fala pode solicitar ou provocar¹.

¹ SOLNIT, 2017.

Ao falar da necessidade de contar nossas próprias histórias e destacar que muitas vezes a violência contra as mulheres se dá contra nossas vozes e nossas histórias pessoais, as provocações de Solnit apontam que nossa voz é nosso posicionamento, nossa forma de estar no mundo. E quando Solnit diz que «quem foi ouvido, sabemos, forma as ilhas bem mapeadas, e os demais formam o mar da humanidade não ouvida e não registrada, impossível de ser mapeado», nos conectamos diretamente ao discurso² que Ursula K. Le Guin proferiu em 1986 para as formandas de *Bryn Mawr College*, na Pensilvânia (EUA).

Eu sei que muitos homens — e até mesmo mulheres — sentem medo e raiva quando as mulheres falam. Porque nessa sociedade da barbárie, quando mulheres falam verdadeiramente, elas falam de forma subversiva, não podem evitar: se você está por baixo, se você é posta para baixo, você rompe, você subverte. Nós somos vulcões. Quando nós mulheres oferecemos nossas experiências como nossa verdade, como verdades humanas, todos os mapas mudam.

Surgem novas montanhas³.

Apesar de o convite ser para redesenhar os mapas de si e do mundo ao quebrar o silêncio, percebemos que esta primeira aula deixou todas as turmas bastante pensativas, surgindo até mesmo um certo desconforto. Talvez porque ainda que seja um chamado para tomar posse de suas próprias vozes, quebrar o silêncio representa uma ruptura, um trauma. Quebrar o silêncio é também encerrar os medos que nos fazem calar, como destaca Audre Lorde:

Em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo — o medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação. Mas, acima de tudo, penso que tememos a visibilidade sem a qual não vivemos verdadeiramente⁴.

Só vivemos verdadeiramente se somos vistas, ouvidas? O incômodo do primeiro encontro talvez esteja em encarar de frente que há silêncios dentro de cada uma de nós, que, de alguma maneira, somos silenciadas. É a própria Lorde quem questiona: «quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?».

Neste primeiro momento, estamos — nós como instrutoras e as alunas que nos acompanham nesta jornada — nos conhecendo como novas parceiras de uma

² LE GUIN, 1986.

³ LE GUIN, 1986.

⁴ LORDE, 2019.

travessia em um novo território construído virtualmente para discutir questões emocionais e criativas de carne e osso. Depois de reconhecer este território, nos reconhecemos, umas nas outras, a partir da escuta de cada uma, e de si mesmas, quando questionamos o que não estamos escrevendo quando não estamos escrevendo. Quais são os silêncios e quais seus porquês?

2. EU, FILHA: UM AMOR INCÔMODO

Depois da quebra de silêncio, nos reencontramos para discutir um tópico que é terreno comum, ser filha. Não importa nosso meio de vida, ou que fim ela leva, o começo é sempre o mesmo: todas e todos começamos nossas vidas dentro de um útero, dali partimos. O segundo encontro, *Eu, filha: um amor incômodo*, tem como disparador de discussões — e essas tendem a se tornar rapidamente muito pessoais e, por vezes, provocar reações emocionadas — o livro de estreia de Elena Ferrante, *Um Amor Incômodo* (2017). O romance, narrado em primeira pessoa, descreve de forma rica as emoções ambíguas do amor de uma filha por sua mãe: ao mesmo tempo que a protagonista quer ser como a mãe e deseja-a presente e disponível para si a todo o tempo, quer se desfazer dos traços maternos que a incomodam.

Agora que Amalia estava morta e eu podia apagá-lo [o dialeto de sua mãe] para sempre, junto à memória trazida por ele, senti-lo em meus ouvidos me deixava ansiosa. Usei-o para comprar uma pizza frita recheada de ricota. Após dias praticamente de jejum, comi com gosto enquanto perambulava pelos jardins desmazelados, com seus oleandros mirrados, e observava as várias rodas de idosos⁵.

Apesar da negação do idioma materno, é com ele que a narradora mata sua fome. Todo o tempo Ferrante faz este jogo de tentativa de afastamento e (inevitável) aproximação da filha com a mãe. Resgatadas as memórias da relação mãe-filha, convidamos as alunas a escreverem cartas a suas mães, ou a outra pessoa que as maternou, ou ainda a inventar uma personagem fictícia que esteja escrevendo ou recebendo a carta. O importante, neste processo, seria/foi? O endereçamento da escrita: ter um alguém (ainda que inventado) para receber as palavras que as alunas escrevem dá um suporte para dissipar a sensação de que as palavras estão sendo colocadas no papel em vão.

⁵ FERRANTE, 2017.

3. EU, MÃE: FÚRIA & TERNURA

Nos apoiamos no capítulo *Fúria & Ternura* do necessário *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution* de Adrienne Rich (1986) para criar a terceira aula da nossa oficina, *Eu mãe: fúria & ternura*. É bem possível que esta tenha sido a aula que mais evidentemente combateu estereótipos de representação da mãe (nela ressaltamos as autoras Adrienne Rich, Rachel Cusk e Susan Griffin).

Quando começamos a montar o curso em 2020, um dos primeiros textos com os quais tivemos contato foi o da Adrienne Rich, que nos surpreendeu muito pela clarividência e vanguardismo considerando a sua data de escrita. Adrienne Rich, nascida em 1928, escreveu passagens que nós duas, escritoras nascidas no final dos anos 80, consideramos extremamente atuais. E qual foi a nossa surpresa ao descobrir que este livro nem sequer possui tradução para o português. Coube a nós traduzir alguns trechos que consideramos importantes, em especial esta nota de seu diário de 1960 que ressalta um dos sintomas mais comuns na maternidade: a ambivalência.

Meus filhos me causam um sofrimento mais extremo do que qualquer outro que já experimentei. E este é o sofrimento da ambivalência: a infernal alternância entre a amargura do ressentimento à beira de um ataque de nervos, e o prazer da felicidade extrema e a ternura. Às vezes me acho, em meus sentimentos para com estes minúsculos seres inocentes, um monstro de egoísmo e intolerância [...] Eu os amo. Mas é na enormidade e inevitabilidade deste amor que está o sofrimento⁶.

Rich vai além, ela aborda a falta de material sobre o assunto da maternidade quando diz que «carregamos a marca desta experiência por toda vida, até à hora de morrer. Ainda assim, há uma estranha falta de material que nos ajude a entender e usar isso». Ou seja, a escassez da produção é um tópico a ser apontado nesta aula. Ao darmos continuidade ao assunto com Rachel Cusk, por exemplo, ela vai citar o mesmo problema na abertura de *A Life's Work* (2019), sem tradução para o português. Cusk escreve:

Ainda assim, a impressão que tive, quando me tornei mãe é que nada havia sido escrito sobre o tema: este é apenas um bom exemplo da surdez seletiva que descrevo, à qual pessoas sem filhos são afligidas sempre que uma pessoa com filhos fala, uma condição que adquirimos na infância e nos leva, na vida adulta, à perplexidade de achar que nunca nos falaram sobre como é ter filhos — nem nossas amigas, nem nossas mães⁷!

⁶ RICH, 1986.

⁷ CUSK, 2019.

Seria uma questão de escassez ou de «surdez seletiva» como aponta Cusk? É algo que temos nos perguntado desde então.

Seja a maternidade «honesta» uma questão de falta de palavras ditas e escritas ou falta de escuta e atenção para o que já foi publicado, a verdade é que, quando uma escritora experiente expõe de forma franca a sua experiência, ela corre o risco de ser extremamente criticada, como foi o caso de Cusk. Quando Rachel Cusk lançou *A Life's Work* (publicado pela primeira vez em 2001 e até hoje sem edição em português), um livro autobiográfico sobre sua experiência com a maternidade, este foi inundado de críticas negativas. A autora dos aclamados romances *Esboço* e *Trânsito* (ambos publicados no Brasil pela Todavia) e *A Contraluz* e *Trânsito* (ambos publicados em Portugal pela Quetzal) ficou chocada com as reações violentas que suas palavras provocaram em outras mulheres. A experiência a fez se questionar como escritora e como mãe. Mas «eu só estava sendo honesta», escreveu 7 anos depois da publicação do livro num prefácio à segunda edição, refletindo sobre o ocorrido.

Durante essa terceira aula nós, além de discutirmos juntas o texto do primeiro capítulo de *A Life's Work*, lemos juntas o novo prefácio, que a autora escreve 7 anos depois, também traduzido livremente por nós. O choque das alunas é sempre muito perceptível (e também o nosso, todas as vezes), considerando que o acontecido tem menos de 20 anos. Com a leitura do texto, percebemos o quanto ainda precisamos andar para conquistar o espaço de uma maternidade mais real e mais retratada por mães e escritoras.

Susan Griffin é a terceira autora que costumamos abordar na terceira aula; dela, escolhemos um ensaio chamado *Feminism and Motherhood* (1974), que integra o livro *Mother Reader, Essential Writings on Motherhood* (2001). O mais interessante é que Susan vai chamar o seu ensaio de *Notas*, na medida em que ela não consegue atribuir ao seu artigo um título que traduza a ideia de reflexão final. E a autora explica o porquê:

Estas são notas de uma compilação de intuições, esboços de uma teoria, anotações de partes da minha vida. No momento em que comecei a escrever esse texto estava divorciada há 6 anos. Minha filha tinha 8 anos.

Aqui não existe uma teoria formal; o trabalho está incompleto; sinto falta de escrever mais e englobar um período muito maior de tempo.

Por isso chamo a estas peças de “Notas sobre a questão do feminismo e da maternidade” avistando desenvolver um trabalho futuro. [...] Sobre esta questão — feminismo e maternidade — há pouca coisa escrita⁸.

⁸ GRIFFIN, 2001 [1974]: 33.

Novamente a escassez é apontada e o que vemos nesses três casos é uma tentativa de ir contra o que tenta nos impedir o ofício de organizar a escrita da maternidade; essas são autoras que tentam ir contra as críticas, contra a falta de tempo para a criação, justamente porque estão criando seus filhos, ou simplesmente a escassez da escassez, porque parece um pouco exaustivo começar de um lugar onde não existe nada escrito.

O exercício da aula número três é o último exercício da Oficina. Propomos então que as alunas façam uma pesquisa em casa, nos álbuns de fotografia, ou digitais, que pesquisem uma imagem delas em outro momento da vida, ou quando crianças, bebês, até adolescentes, e escrevam sobre essa imagem. A forma é livre e nós damos algumas sugestões sobre como tentar descrever o ambiente, tentar se recordar de como se sentiam naquele momento; são inúmeros os caminhos trilhados neste exercício ecrástico e o que temos sempre de resultado invade de tal forma a primeira parte da última aula, quase nos deixando sem tempo pra falar sobre a bibliografia proposta. Mas vamos perceber que o mais importante é que nós as escutemos, e que elas falem.

4. ATO FINAL: QUEM QUER SER MÃE?

Na quarta e última aula, que intitulamos de *Ato final: quem quer ser mãe?*, terminamos com dois textos recentes, da canadense Rivka Galchen e do seu livro *Little Labors* (2016), e da espanhola Silvia Nanclares e do seu livro *Quién Quiere ser Madre* (2017). Nesta última aula tentamos trazer duas autoras mais jovens, ambas nascidas entre 1975 e 1976, cujas obras têm uma característica interessante (para além da honestidade): elas são sarcásticas. As duas autoras misturam literatura e maternidade com doses de honestidade, ironia e bom humor.

Rivka também questiona a «surdez seletiva» apontada por Cusk, como se antes de encararmos a experiência de dar à luz, não entrássemos de fato no problema que pode constituir um bebê na vida da sua mãe, como vemos nesse excerto:

Principalmente porque nunca me interessei por bebês ou mães; na verdade, esses assuntos pareciam perfeitamente desinteressantes; talvez eu até sentisse uma repulsa por mães e bebês como assuntos sobre os quais escrever; e assim, depois que tive um bebê, me encontrei na posição (agora interessada em bebês) como aquelas figuras políticas que chegam a ter insights que outros haviam alcançado décadas atrás somente depois que suas vidas pessoais cruzaram com um ‘problema’⁹.

⁹ GALCHEN, 2016.

Podemos dizer que é um problema? Estamos autorizadas? Até a própria autora se refere a este *problema* entre aspas, se desautorizando. Ela também vai apontando a maternidade de uma posição bastante política dentro da literatura, observando: «A literatura tem mais cachorros do que bebês. A literatura tem mais cachorros do que bebês e também tem mais abortos». E chega até a fazer uma lista com autores e autoras clássicos e suas crias, leia-se, filhos e livros. Ao final, quem escreveu mais livros? Pais que escrevem, ou mães que escrevem? E quem os publicou antes?

*Alice Munro: Três filhos. Dois maridos. Primeira coletânea de contos aos 37 anos. Toni Morrison: Dois filhos. Primeiro romance aos 39 anos. Penelope Fitzgerald: Três filhos. Primeiro romance aos 60 anos. Mais oito romances depois disso. John Updike: Muitos filhos. Muitos livros. Primeiro livro aos 25 anos. Saul Bellow: Muitos filhos. Muitas esposas. Muitos livros. Primeiro livro aos 29 anos*¹⁰.

Já Silvia Nanclares aborda o tema de um pensamento anterior. A sua personagem em *Quién Quiere ser Madre* (2017) é uma das amigas que ainda não teve filhos, sempre teve a certeza de que não queria ter filhos até bater de frente com a morte do seu pai. O luto a faz refletir sobre os seus próprios desejos e, ao longo do livro, vamos também questionando os nossos. Achamos importante também colocar textos de mulheres que estão questionando a maternidade, que ainda não foram mães ou que não querem ser mães, revelando um leque de possibilidades que parecemos ter (temos?). Silvia inicia o livro mostrando justamente essa variedade de histórias que cabem dentro da vida de uma mulher, nesse caso analisando o parto da maioria de suas amigas:

Sônia, por exemplo, mal sabia o que estava acontecendo, e de repente quando viu, já estava tocando a cabeça de Simão. Laura o teve em casa, em uma piscina inflável, poucas horas depois de estourar a bolsa durante um ensaio com o coral que cantava. Glória teve o períneo rasgado longitudinalmente em um hospital público. Célia não recebeu um só ponto no hospital privado. Lúcia acabou em uma cesárea (e entre lágrimas). Bárbara também. Ambas morriam de medo do parto vaginal. Lorena entrou numa crise ao perceber que não tinha um plano B, ou seja, seu filho teria que sair de alguma maneira. Ana teve uma e depois duas cesáreas programadas. Natália, depois do primeiro atraso, precisou se esforçar para lembrar o nome daquele desconhecido, merda, ela achava que tinha usado camisinha. Lucas hoje tem 7 anos. Alba perguntou a sua parteira, que cuidava dela em casa, se ela já estava em trabalho de parto. Ela respondeu, rindo, que saberia quando a hora chegasse. Sem dúvida, ela soube. Carolina assustou-se com seus próprios gemidos durante o parto, como se outra pessoa tivesse

¹⁰ GALCHEN, 2016.

gritado por ela. Helena teve um parto eterno. Tânia pediu ao seu irmão que lhe trouxesse comida às escondidas. Sara teve Lena, uma menina de 11 anos, em um orfanato, antes de começar um longo processo de adoção. Inês, com a terceira, estourou a bolsa durante a noite e foi dormir, sabia que até a manhã seguinte o processo não estaria nem começando. Paula fala que de jeito nenhum, ela é uma 'extintcionista'. Cruz não expressa nesses termos, mas diz também que não, que não tem interesse em reproduzir. Olga conta que na sala de dilatação, uma mulher chinesa gritava mostrando a barriga: "uma faca, uma faca!" Nora veio com duas voltas do cordão ao redor do pescoço. E ainda assim foi um parto vaginal. Milagre. Júlio veio primeiro com o bumbum. Vitória teve os pontos inflamados. Bibiana e seus amigos beberam a placenta numa vitamina cheia de proteínas. Andrea teve uma distensão crônica no abdômen por conta dos gêmeos. Ari não quis amamentar para não estragar as tetas. Pepa também pediu medicamentos, para a total desaprovação e cochicho do andar neonatal¹¹.

Depois das leituras dos exercícios e das discussões dos novos textos, nos encaminhamos para o fechamento do curso, abrimos para perguntas, dúvidas e tentamos sugerir um compromisso para que essas mulheres busquem um espaço para produzir, ouvir, trocar, em suma, um convite a que não percam esta pulsão da escrita. O que pudemos sempre perceber é que depois de quatro aulas o grupo está bem entrosado e que as próprias alunas combinam trocas criativas e manifestam intenções de parcerias e criações (que esperamos que encontrem materializações no futuro).

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Depois desta primeira edição repetimos o curso com algumas pequenas alterações no mês de junho, desta vez apenas com uma turma aos sábados. As pequenas alterações couberam sobretudo à escolha dos poemas lidos no final da aula e à alteração do primeiro exercício. Todo o resto permaneceu igual.

Em novembro de 2021, enquanto refletimos sobre os novos passos da *Línguamãe*, e se continuaríamos, veio a ideia de testarmos uma *masterclass*, um «aulão» com a primeira aula apenas. Foram duas horas e meia e de maneira gratuita. Tivemos cerca de 50 inscritas, mas apenas 20 alunas compareceram no dia. Foi a primeira vez que tivemos uma mistura de fato entre brasileiras e portuguesas (as primeiras edições foram todas compostas em sua maioria por brasileiras). Acreditamos que a divulgação no *o.cordão: diário comunitário sobre o processo de ter filhos em todas as formas em que pode ou não acontecer*¹² influenciou bastante na presença das alunas portuguesas. A presença destas alunas deixou toda a

¹¹ NANCLARES, 2017.

¹² Disponível em <<https://www.instagram.com/o.cordao/>>.

discussão ainda mais interessante: percebemos que falávamos um mesmo idioma, além do português, mulheres-mães no Brasil e em Portugal formavam uma nacionalidade própria.

Um fator importante que deve ser ressaltado neste ensaio é a ressaca que sentimos depois das sessões. Nós, como escritoras, mentoras, mães, depois das edições, sentimos que precisamos de um espaço grande de intervalo entre as novas sessões. Julgamos que somos tomadas por este sentimento, porque temos conhecimento de que estamos lidando com temas como trauma, medos, assuntos não resolvidos, muitas vezes abuso e violência dentro das relações. O tema da maternidade é um tema pesado que requer um certo cuidado. Logo, sempre que terminamos as edições, precisamos de uma espécie de *detox* do tema, cuidamos de nós mesmas, de estar mais afastadas e mais centradas no nosso núcleo doméstico, para assim também protegermos a nossa família.

Chegamos inclusive a pensar em nos afastar do tema (nunca em desistir) por um bom período, mas a maternidade mostra-se sempre um tema absurdamente vivo e cheio de arestas para serem aparadas e que continuamente nos convoca de volta às discussões, seja em sala de aula seja em *duo* como sócias. Inclusive mesmo quando não estamos ativamente trabalhando no tema, estamos sempre discutindo o nosso papel uma com a outra. Não existem dúvidas de como crescemos juntas, de como crescemos como mães, como escritoras, e como humanas (sim, a maternidade nos tornou mais humanas) desde que nos unimos para trocar as nossas experiências.

Mesmo não indo à rua, às vezes conseguimos criar nós o nosso espaço de resistência, no pequeno, no nosso íntimo; e isso é muito. Mas queremos mais. Acreditamos que estes períodos de pausa são essenciais quando se trata da maternidade: este tema vivo, feito de magma que precisa ora adormecer em cima do seu descanso militante, ora explodir em discussões, produções e trocas. E visionamos assim, como Le Guin um dia suscitou, podermos mudar um pouco a paisagem que nos circunda, nem que seja a criação de novas montanhas no jardim de casa — é transformação.

CONCLUSÃO

Em janeiro deste ano completamos um ano do nascimento da Oficina. O que concluímos com este primeiro ano de vida foi, principalmente, a conquista do espaço para discutir as múltiplas faces da maternidade, com honestidade e transparência, compartilhando as dores e quebrando tabus, mas também a reconhecendo como vetor e processo criativo. Ao criarmos um espaço seguro, sem julgamentos, aberto à discussão das dificuldades no maternar, criamos também um espaço para o reconhecimento de um eu criativo (escritora), além do eu criador (mãe).

O isolamento social provocado pela pandemia empurrou um grande contingente de mulheres, mães e cuidadoras ao extremo dos seus limites; o ambiente doméstico deixa de ser palco de uma jornada adicional de trabalho (doméstico) e se torna um lugar em que se perdem as fronteiras entre trabalho-profissional, vida pessoal e trabalho-doméstico. As mulheres estão à beira de um colapso. O convite à leitura e escrita sobre a maternidade neste momento não as salva da dificuldade, mas as convida para ter na literatura um refúgio que as ajuda a atravessar esta tormenta, criando identificação, acolhimento e servindo como ferramenta de elaboração desta nova forma de se estar no mundo ao se tornarem mães.

Para os próximos anos: é hora de vislumbrar os novos passos que queremos dar. O que podemos afirmar é que queremos continuar o caminho, oferecendo novas edições da oficina e almejando ampliar o alcance e temáticas que usam a literatura como boia salvadora no mar revolto que é o sistema capitalista-patriarcal em que vivemos. Nosso plano é fazer crescer este espaço seguro para se tomar riscos e abraçar novas aventuras do criar, sejam pessoas ou palavras.

BIBLIOGRAFIA

- CUSK, Rachel (2019). *A Life's Work*. Londres: Faber & Faber.
- FERRANTE, Elena (2017). *Um Amor Incômodo*. Trad. de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.
- GALCHEN, Rivka (2016). *Little Labors*. Nova Iorque: Editora New Directions.
- GRIFFIN, Susan (2001 [1974]). *Feminism and Motherhood*. In DAVEY, Moyra, ed. *Mother Reader, Essential Writings on Motherhood*. Nova Iorque: Seven Stories Press, pp. 33-46.
- LE GUIN, Ursula K. (1986). *We are Volcanoes*. [Consult. 27 jan. 22]. Bryn Mawr College, Pennsylvania, EUA. Disponível em <<https://speakola.com/grad/ursula-le-guin-we-are-volcanoes-bryn-mawr-1986>>.
- LORDE, Audre (2019). *Irmã Outsider*. Trad. de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- NANCLARES, Silvia (2017). *Quién Quiere ser Madre*. Madrid: Editora Alfaguara.
- RICH, Adrienne (1986). *Anger and tenderness*. In RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. Nova Iorque; Londres: W.W. Norton & Company, Inc.
- SOLNIT, Rebecca (2017). *A Mãe de todas as Perguntas*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

VÁRIA

A «FRENCHMAN» IN PORTUGAL.

BISHOP D. HUGO OF PORTO AND THE TRANSFORMATIONS OF THE NORTH-WESTERN IBERIAN PENINSULA IN THE EARLY 12th CENTURY

FRANCESCO RENZI*

ANDREA MARIANI**

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA***

LUÍS CARLOS AMARAL****

Abstract: *The aim of this article is to study Bishop of Porto D. Hugo, a key figure to understand the transformation of Portugal in the 12th century. Probably ailing from France, he was archdeacon in Compostela under Diego Gelmírez and consecrated bishop by Maurice of Braga. D. Hugo dealt with the most important problems of his time: the conflict between the See of Compostela and Braga, the political evolution of the County of Portugal and the relations with the Papacy. The study of D. Hugo reveals a very peculiar image of a medieval bishop: clergyman, politician, writer and tireless traveller.*

Keywords: *Bishop D. Hugo; diocese of Porto; Portugal; papacy; chancery.*

Resumo: *O objetivo deste artigo é estudar o pontificado do bispo D. Hugo do Porto, uma figura-chave para se compreender a transformação do Condado Portucalense no século XII. De provável origem franca, foi arcebispo em Compostela sob o governo de Diego Gelmírez e bispo do Porto consagrado por Maurício de Braga. D. Hugo lidou com os problemas mais importantes do seu tempo: o conflito entre a Sé de Compostela e Braga, a evolução política do Condado Portucalense e as relações com o Papado. O estudo da figura de D. Hugo revela uma imagem muito peculiar deste bispo medieval: clérigo, político, escritor e viajante incansável.*

Palavras-chave: *bispo D. Hugo; diocese do Porto; Portugal; papado; chancelaria.*

GENERAL INTRODUCTION¹

The aim of our contribution is to introduce some of the main features of D. Hugo of Porto's pontificate during the years of 1112/1114-1136. Bishop D. Hugo is a very interesting case study for at least three reasons. First, D. Hugo came from north of the Pyrenees, in the area of modern France, like other bishops in the Iberian Peninsula between the end of the 11th and the beginning of the 12th

* UCP-CEHR. Email: frenzi@ucp.pt.

** CITCEM-UP. Email: andrea.mariani@museobiassono.it.

*** FLUP-CITCEM. Email: mjpinho@letras.up.pt.

**** FLUP-CITCEM. Email: lcamaral@letras.up.pt.

¹ This essay part is based on the Session (1504) organised and chaired by Francesco Renzi entitled *A Frenchman in Portugal: Bishop Hugh of Porto and the Transformations of the North-Western Iberian Peninsula in the 12th Century, 1112-1136*, Leeds, IMC, 2018, 05-07-2018. Francesco Renzi wrote the general introduction, the general conclusions (both based on MARIANI, RENZI, 2018: 161-187) and supervised this paper. The first version of this work has been concluded in March 2019. This first draft had been submitted for a miscellaneous work that has not been published. This is an updated version to May 2022 and we would like to thank CEM for accepting the publication of this work.

century². This point is very important, because it is necessary to study D. Hugo's life and strategies in a wider ecclesiastical and political context characterised by the reorganisation of the ecclesiastical and political Iberian space; the introduction of Roman Rite in the Iberian Peninsula (especially after the Council of Burgos in 1080); the competitive relationships between Rome, Cluny and the Iberian Kings; the circulation of clergymen in western Europe since the 11th century³.

Second, D. Hugo was a former archdeacon of Santiago de Compostela and so a trustful man of Archbishop Diego Gelmírez (1100-1140). This is a crucial point, because even though D. Hugo was bishop in the County of Portugal, he was supported by the Galician See of Compostela. This connection was so important that D. Hugo can be listed as one of the authors of the *Historia Compostelana*. D. Hugo wrote, in fact, one of the most interesting and controversial pages of the history of the See of Santiago de Compostela and its competition with Braga: the theft of the relics by Diego Gelmírez in Braga in 1102, an episode remembered in the *Historia Compostelana* as the *pío latrocinio* (the «pious theft»), in which D. Hugo took Gelmírez's side by justifying the action led by the then bishop of Santiago⁴.

Third, the international space in which D. Hugo operated. The bishop of Porto travelled several times to get in touch with the popes and the cardinals to get privileges both for his See and for Compostela; privileges often used to solve and open local conflicts against other Portuguese bishoprics⁵. In our opinion, the figure of D. Hugo shows all the complexity of the Iberian ecclesiastical framework characterised by continuous political, religious, social and patrimonial bargaining between the local bishops and the other powers.

To achieve our goal, we will first analyse the transformation of the Iberian Peninsula between the 11th and 12th centuries. Second, we will study D. Hugo's strategy to «territorialise» his power and his conflicts with the other local bishops. Third, we will focus on D. Hugo's chancery, a fundamental step for the consolidation of the restored diocese of Porto in the 12th century⁶.

² On the origin of D. Hugo of Porto see FALQUE REY, *ed.*, 1994: 11-12 and 195; SILVA, 2008: 23-24; DE LA TORRE RODRÍGUEZ, 2006: 437-452 and PORTELA SILVA, 2015: 389. In the opinion of Fletcher, instead, D. Hugo was, possibly, a native of Compostela. See FLETCHER, 1978: 90.

³ RUCQUOI, 2010.

⁴ LÓPEZ ALSINA, 2015: 65; FLETCHER, 1984: 115; GEARY, 1978.

⁵ MARIANI, RENZI, 2019: 78 and footnotes for the bibliography.

⁶ MARIANI, RENZI, 2018: 161-163.

1. THE ECCLESIASTICAL GEOGRAPHY OF NORTHERN PORTUGAL, 11TH AND 12TH CENTURIES⁷

1.1. INTRODUCTION

«May God free us from the plague, hunger, war and bishops on earth». This old and popular Portuguese saying might be rightly evoked at the beginning of our paper. When we start to analyse, although only generally, the complex political and ecclesiastical process which involved the diocesan restoration of the current northern Portuguese territory between the 11th and 12th centuries, it is not inappropriate to emphasise the last proposition of the proverb, namely the presence of «bishops on earth». Leaving aside the not so prestigious association with the classic trilogy of the great evils, what the saying tries to tell us is that we are facing questions so serious and severe that begging for divine compassion is justified.

Surely, in the Latin Christianity there has not been a time and a conjuncture, in which the expression «bishop on earth» has acquired such a thorough and vivid meaning like in the period between the above-mentioned centuries⁸. In all the territories becoming increasingly connected to the Roman papacy, the prelates not only actively collaborated with the gradual definition, strengthening and embedding of its renewed powers, but also assimilated the required instruments and developed the practices and the skills to carry out an efficient spatial translation of those powers. The rigour with which papal documents claimed unique sovereignty for the bishop of Rome — and by extension for the other bishops —, translated itself into a more precise definition of the territories in which the reformed authority was carrying out its functions. This meant that both ancient and new dioceses were evolving into spaces characterised by clearer and more linear borders, preferably fixed «ad perpetuum».

The metaphor of the «Pontifex Maximus» — abundantly used to explain the specificity of the bishops' mission, i. e. the shepherd who knows and guides his flock —, acquires another dimension, namely that of space.

From the city of Rome, the popes will extend their rule beyond the limits of Christianity. Similarly, each bishop shall do the same with the territories they have been entrusted with. As time goes by, not a single corner, as well as no soul, in the diocese will cease to be under the watchful eye of its prelate and clergymen.

⁷ This first part has been written by Luís Carlos Amaral and it is based on his paper (1504-a), *The Ecclesiastical Geography of Northern Portugal, 11th and 12th Centuries*. Leeds: IMC, 2018, 05-07-2018. The text (here published) is a synthesis of AMARAL, 2017a.

⁸ The bibliography on the Reform and the Church reorganisation in western Christianity occurred between 11th and 12th century is very ample nowadays. I can only suggest some of the most recent and innovative research on this theme. See for example MAYEUR *et al.*, *dir.*, 2000, 2001; NOBLE, SMITH, *dir.*, 2008; RUBIN, SIMONS, *coord.*, 2009; ARMOGATHE, MONTAUBIN, PERRIN, *dir.*, 2010.

The diocesan space in which the episcopal entities could exercise their powers, will not be any more a mere sum of its (more or less) organised geographical areas, but it will turn into an ordered and hierarchically organised territory.

1.2. 12TH CENTURY: A NEW CONCEPT OF DIOCESE

When Afonso Henriques (1109-1185) took over the power after the victory in the battle of S. Mamede (June 24th, 1128), he became responsible for a local church composed by three dioceses (Braga, Coimbra and Porto), which by no means had a peaceful and articulated institutional relation among themselves, as we will see⁹. This *scenario* greatly limited the political and military authorities in the «Portuguese» territory in their attempt to organise a church, which would sustain and serve the ambitions of regional powers. Later, this aspect would have a great impact on the transformation of the local church into a «national» institution. Therefore, it is crucial to analyse the circumstances which led to the restoration of the episcopal Sees located between the Minho and Mondego rivers, as well as their internal dynamics and external relations with both ecclesiastical and secular powers. We will mainly focus on the case of Porto, but always paying attention to the general diocesan organisation of the Hispanic North West.

At the beginning of the 12th century, the reconstruction of the dioceses already, and undoubtedly, represented a secular program, which built powerful ties between episcopates, royalty and other civil institutions¹⁰. These close and powerful relations inevitably led to recurring conflicts and tensions, with a promiscuity of interests and goals, which are frequently hard to interpret. In the case of the «Terra Portucalense», we think that the most important aspect to investigate is not so much the intense relations between secular and ecclesiastical powers, for they have already been extensively documented, but how these dynamics strongly influenced first the formation of a regional church and second that of the kingdom of Portugal¹¹.

It is also necessary, as evident as it may seem nowadays, to make clear what it was meant by the term «diocese» in the period we are studying. Today the definition of diocese is quite clear, both in the structures of the Roman Catholic Church and in society in general. Essentially, it is the constituency of the bishop, and by constituency we mean the territory in which the prelate can exert his authority. Simultaneously, it is also a fundamental space for the congregation.

⁹ See Chapter 2. *Porto vs Coimbra and Braga: Bishop Hugo's struggle for diocesan frontiers*.

¹⁰ On this theme see MANSILLA REOYO, 1994 and AYALA MARTÍNEZ, 2008: 251-415. For the case of Galicia, or more generally for the north-western Iberian Peninsula, PORTELA SILVA, 1995: 9-70.

¹¹ For an updated contextualisation of the formation process of Portugal, see MATTOSO, 1995, 2006. On the ecclesiastical organisation of medieval Portugal, see: AMARAL, 2007.

Recent research shows that this definition of diocese can only be used after the 12th and 13th centuries. Previously, the term diocese was not only seldom used, but also it referred to a much less well-defined object. Most of the times it solely refers to an *ensemble* of geographically close parochial churches¹². Therefore, dioceses were not territories with clear boundaries.

The 12th and 13th centuries' diplomas emphasised the territorial representation of the diocese, clearly showing the profound ongoing changes in the organisation of the Western Latin Church. In other words, the diocese became a territory. However, this territory only existed to the extent that it is a physical space where the institutional powers of the bishop were active. Since the second half of the 11th century, it is possible to observe a significant effort by the northern Iberian Peninsula bishops to establish the territorial borders of their dioceses by promoting the subdivision of their territories. An example of this politics is the institution of the first archdeacons and territorial parishes¹³. It is also worth to mention the effort of certain prelates in travelling through their dioceses to consecrate churches and consequently to establish their dominion¹⁴. What we have showed so far is sufficient to demonstrate the complexity of the ecclesiastical *scenario* in which the formation of the kingdom of Portugal took place. It is also important to highlight that the kingdom institution follows the above-mentioned processes, giving the Portuguese church an international dimension from the very first beginning.

1.3. THE ECCLESIASTICAL REORGANISATION OF THE IBERIAN PENINSULA

The events that followed the Islamic invasion of 711 induced a profound disruption of the ecclesiastical geography in the Iberian Peninsula. According to José Orlandis, at the time the Muslims arrived, the Visigoth kingdom was divided into 78 dioceses, assembled in six provinces¹⁵. Nearly three and a half centuries later only ten bishops, eight from the kingdom of León and Castile and two from the kingdom of Navarre, attended the Council of Coyanza in 1055¹⁶. Considering that the maximum number of absent prelates was three, we can confidently affirm that the number of bishops was not higher than thirteen. It is also true that at the time more than half of the Hispanic territory was under Islamic dominion, where there still were some Mozarabic bishops. Nevertheless, the great discrepancy in numbers

¹² MAZEL, 2008: 11-14.

¹³ COSTA, 1997: 335-390 and AMARAL, 2007: 314-331.

¹⁴ AMARAL, 2007: 331-342.

¹⁵ ORLANDIS, 1977: 233-236.

¹⁶ GARCÍA GALLO, 1950: 275-633 and AYALA MARTÍNEZ, 2008: 269-283.

shows us how much the situation had deteriorated. The council priests of Coyanza sought to restore the old Visigoth ecclesiastical order without ignoring the considerable changes that had happened since then. A quick comparison between the diocesan framework in the mid-7th and the beginning of the 12th century reveals that most of the ancient episcopal Sees had been restored and some transferred to other locations.

However, there were now some new diocesan headquarters and, above all, there was a new configuration of the ecclesiastical provinces. This means that the will to bring back the ancient organisation found some obstacles and most importantly it had to deal with the deeply transformed Hispanic political structures. Additionally, the lack of information about the diocesan organisation of the Goth kingdom of Toledo made it even harder to realise the bishop's will. Altogether, it seems clear that the breakdown of the ancient diocesan order ended up initiating a strong reconstruction movement, while simultaneously providing an excellent opportunity for the materialisation of the new ecclesiastical ambitions and territorial realities¹⁷. This interpretation perfectly fits, although in a slightly different way, the restoration process of the churches of Braga, Coimbra and Porto. The lack of preserved historical documents, together with the intricate military and political contexts, is the first obstacle we have to face.

The complex and lengthy process of the restoration of the church of Braga is of particular interest, considering its decisive influence firstly on the reconstruction of the church of Porto and ultimately on the formation of a Portuguese church. Based on sources, we are able to say that King Sancho II of Castile (1065-1072) appointed Pedro (1071-1091) as bishop of the restored church of Braga on May 1071, after having deposed his brother García II (1065-1071) from the throne of Galicia¹⁸. There are two main diplomas which explicitly address the problem of the restoration, offering a plausible description of the events. They are the bull *Et fratrum relatione*¹⁹ from Paschal II (1099-1118) and the *Crónica de Braga*²⁰.

Although they gave different and incorrect information, both sources converge on the same main message. Both sources were written by churchmen and they assigned the church, namely the church of Galicia, the initiative and the control over the process of diocesan restoration. However, both texts were written three decades after the events, which means that they were produced in a different phase of the relations between the Church and the kings. The great change will mainly come from the establishment of numerous exchanges between the Iberian monarchies and the Roman Curia. Consequently, papal decrees started arriving in

¹⁷ HENRIET, 2008: 288-289 and 292-293. On this theme see also DESWARTE, 2004: 94-106.

¹⁸ On the restoration of Braga, see COSTA, 1997: 195-223 and AMARAL, 2007: 216-240.

¹⁹ COSTA *et al.*, ed., 2017: I, doc. 4.

²⁰ COSTA *et al.*, ed., 2017: I, doc. 20.

the north of the Iberian Peninsula, regulating not only the structure of the church but also the lives of the lay people. The regulatory standards issued by the papal Curia found their way to the Iberian Peninsula mainly by the action of the Roman legates and the Benedictine monks of Cluny, among whom there were several bishops. Therefore, it is not surprising that the above-mentioned diplomas display a correct «version of the facts» in line with some of the fundamental principles of the *Reform* of the second half of the 11th century and Pope Gregory VII's action (1073-1085), namely the defence of the *Libertas ecclesiastica* and the definition of the relation between the papal authority and the royal/imperial *potestas*.

The problem of the diocesan reorganisation goes way back and can be included in a longer chronology previous to 1071. In the light of this context, we may assume that Braga's diocese restoration problem was reconfigured by the significant political and ecclesiastical changes that were taking place in the North West of the Peninsula since the mid-11th century. The leading changes are well known. After Fernando I *Magno* (1037-1065) became king, thereby unifying the kingdoms of León and Castile, the expansionist process of Hispanic Christianity had a new thrust. This process had a tremendous impact on the organisations of both the society and the territory of the newly unified kingdom. The region of Entre Douro e Minho was not an exception and turned out to play a fundamental role in the reconquering process led by Fernando I.

At the same time, other important changes were taking place in the counties of «Portucale» and Coimbra, transforming the political framework in León and Castile. After the death of King Fernando I (December 27th, 1065), the kingdom was divided into three autonomous political entities following his will. These new entities were: the kingdom of Castile entrusted to Sancho II; the kingdom of León entrusted to Alfonso VI; the kingdom of Galicia, which included the counties of «Portucale» and Coimbra, entrusted to Garcia II. For the first time since the «Reconquista» had begun, Galicia had a complete political autonomy with an exclusive royal authority. Such a transformation could hardly not have had a deep impact on the society and on the territorial organisation of the Hispanic North West. These new circumstances played an important role in the restoration of the diocese of Braga²¹. We are, therefore, led to the conclusion that it was due to the initiative of King Garcia II that the legal process concerning the restoration of the diocese of Braga was initiated. Under King Sancho II this process quickly ended with the appointment of Pedro as bishop. To understand these events, we always have to consider the political, economic and social developments that were taking place in the area known as Entre Douro e Minho.

²¹ REILLY, 1988: 14-34 and PORTELA SILVA, 2001.

We have briefly exposed the elements that in our opinion better characterise the problem of the restoration of the diocese of Braga. We can observe two different periods: one in which the restoration process seemed impossible, and another in which the whole process was not only feasible, but in a certain way it was also necessary. The most noteworthy aspect of the diocesan reorganisation was how it induced the progressive individualisation of the territories north of the Minho river.

1.4. THE RESTORATION OF THE DIOCESE OF PORTO IN THE NORTH-WESTERN IBERIAN SCENARIO

Once the restoration started, it did not take long until the ancient church of Braga started occupying a central role in the defence of political and ecclesiastical interests of the region. This process was also greatly influenced by the growing importance of the dioceses of León and Castile, which had gained a more significant status after the Council of Coyanza. It is also worth mentioning that the increasing conflicts between prelates and their dioceses ended up reinforcing the churches, which were involved.

In the case of Braga, we also have to consider the rule of the Count of Portugal Henrique (1095/1096-1112) and his wife Teresa of León (1112-1128) in the «Portugalense» County as a decisive factor²². Nowadays it has become very clear to scholars that Henrique and Teresa tried to reproduce the balance and articulation of the policies implemented by the kings of León-Castile. The authority that had been assigned to them by King Alfonso VI was superior to that of the other counts. The extension of their territories, which significantly outsized all the other counties of the kingdom, was a clear sign of Henrique and Teresa's importance. They were royal delegates endowed with special powers. This structure was solid enough to reorganise the local territories and also to resist the ultimate troubled phase of Teresa's rule, but it was not immune and it did not prevent a series of more or less complex conflicts.

The restoration of the diocese of Porto took place during one of those agitated periods following Alfonso VI's death (July 1st, 1109) and that of the Count Henrique (April 24th, 1112). As a matter of fact, in the period that followed the death of the Burgundian count, the county went through a difficult time, being considerably exposed to foreign political and ecclesiastical interests. Although on the one side Teresa had in theory the power, on the other she practically had to demonstrate that she owned the sufficient and necessary skills to occupy such a demanding place. In the meanwhile, the number of disputes between the prelates

²² SOARES, 1989 and AMARAL, BARROCA, 2012.

and the royal powers was growing. These disputes were caused by the tense political and military situation and also by the ecclesiastical tensions, which were mainly driven by the bishop's need to establish the diocese borders and the necessity to clarify the bishop's powers. Similarly to other pontiffs, Braga's new Archbishop Maurice «Bourdin» (1109-1118), who had moved from Coimbra (1099-1108) after Archbishop Geraldo's death (December 5th, 1108), was striving to obtain more benefits for himself and his church, doing his best to overcome the chaotic political *scenario* after Alfonso VI's death²³.

According to the *Historia Compostelana*, Maurice was trying to quickly get close to Diego Gelmírez²⁴, who also saw in this contact an opportunity to extend his local influence. The attempt to put an end to the ongoing dispute over the patrimony that Santiago owned in Braga was itself the pretext. Thus, on September 16th, 1109, just after the reception of the papal privilege accorded by Paschal II, Maurice established the contact with Gelmírez in his new role as canon of Santiago. Diego Gelmírez's greatest achievement was to establish an alliance with Maurice in this phase, which soon proved to be strategically very useful. In the same year (1112), he saw his faithful Archdeacon D. Hugo being appointed to the diocese of Porto (1112/1114-1136) and the treasurer of Santiago, Munio Alfonso, to the diocese of Mondoñedo (1112-1136). On March 23rd, 1113, in the church of S. Salvador de Lérez, near Pontevedra, Maurice consecrated the two new prelates, who immediately rendered him obedience. Bishop D. Hugo quickly gained a reputation as an outstanding political negotiator and manager of his diocese, thereby confirming his impressive *résumé* he had built working with the prelate of Compostela²⁵. However, the local balances were destined to rapidly change. As we will see, Diego Gelmírez's ambitions to reach the archiepiscopal dignity and D. Hugo's territorial policy both troubled the local ecclesiastical *panorama*.

1.5. CONCLUSIONS

Thus, it was in the middle of the intricate circumstances which involved the royalty of León and Castile, that the church of Porto was able to establish itself once and for all. This restoration took place both in the wider transformations occurred in Western Europe in the central centuries of the Middle Ages, and in the very complex north-western Iberian *scenario*. With the beginning of the diocesan reconstruction process, mainly characterised by the definition of new

²³ AMARAL, 2007: 417-447 and RENZI, 2018: 211-235.

²⁴ On the charismatic archbishop of Santiago de Compostela, see PORTELA SILVA, 2016.

²⁵ On D. Hugo of Porto's episcopate, see AMARAL, *dir.*, 2017b and MARIANI, RENZI, 2018, 2019.

territorial limits and the rehabilitation of the bishops' authority, the ancient bishoprics started to be considered as new institutions, strong enough to pressure and influence the other neighbouring powers.

2. BISHOP D. HUGO'S STRUGGLE FOR DIOCESAN FRONTIERS²⁶

2.1. INTRODUCTION

In the first phase of his episcopate, D. Hugo's main target was the confirmation of the diocesan borders. One of the results of his policy of «power territorialisation» was the permanent conflict between D. Hugo and his neighbours in the County of Portugal, i.e., the bishops of Coimbra and Braga. In order to understand and contextualise these local changes in patrimonial and ecclesiastical balances, first it will be very important to highlight the problems concerning the borders of the diocese of Porto, and second to show the difference between the real diocesan frontiers and those D. Hugo claimed all along his pontificate.

2.2. THE EPISCOPAL CONFLICTS FOR THE DIOCESAN BORDERS IN PORTUGAL (12TH CENTURY)

The problems in defining the frontiers between the restored diocese of Porto and its neighbours Braga and Coimbra have been a matter of interest for scholars for several decades²⁷. This specific theme should be studied with peculiar attention towards Portuguese documentary sources, such as the *Censual do Cabido da Sé do Porto*, the *Livro Preto* of the See of Coimbra, the *Liber Fidei* of the See of Braga. Very helpful for this type of research are also Carl Erdmann's papal letters and privileges collection; the papal documents published in the *Patrologia Latina*; and individual papal *Bullaria* like, for example, that of Pope Calixtus II edited by Ulysse Robert. These sources have been used both to carry out a comparative study and to assure, at the same time, the most complete record of all the available material related to this subject.

²⁶ This second part has been written by Andrea Mariani and it is based on his paper (1504-b), *Oporto versus Coimbra and Braga: Bishop Hugo's Struggle for Diocesan Frontiers*, Leeds, IMC, 2018, 05-07-2018.

²⁷ The main studies, directly or indirectly, dealing with this problem are: MANSILLA REOYO, 1955; OLIVEIRA, 1956; MOREIRA, 1971-1990; ARAÚJO, 2002; MARQUES, 2002; SILVA, 2008; CUNHA, 2017; MARIANI, RENZI, 2017, 2018. There are further important and recent works dedicated to the analysis of the castles of the diocese of Porto (or part of it): LIMA, 1993; CARMO, 2016; BARROCA, 2017 and MARIANI, 2018, 2020.

Table 1. Documents concerning the frontier problems between the dioceses of Porto and Braga and Porto and Coimbra

Source	Documents
<i>Papsturkunden in Portugal</i>	14 (1115?), 15, 16 (1116), 18, 19 (1117), 22, 23, 24 (1121), 25 (1124?), 26 (1125), 28 (1135)
<i>Livro Preto</i>	442 (1129), 554 (1129), 593 (1125), 594 (1135), 597 (1117), 598 (1121), 600 (1122), 605 (1116), 606 (1116), 608 (1121), 613 (1128 or 1129), 614 (1116), 624 (1117), 628 (1114), 629 (1116), 631 (1114)
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i>	pp. 1-3 (1115), pp. 3-6 (1120), pp. 5-6 (1115), p. 6 (1120), p. 7 (1114)
<i>Liber Fidei</i>	554 (1114), 594
<i>Patrologia Latina</i>	Paschal II CDXXXIII (1115), CDXXXV (1115), Calixtus II LXXIX (1120), LXXXIII (1120), LXXXV (1120), CCXL (1119-1124)

In the first table, there are all the documents concerning the frontier problems that we could find so far. As it is possible to observe, the relation between Porto and Coimbra seems to be the most documented. We will propose, far ahead, a hypothesis to explain the lack of (or the very few) sources on the conflicts between Porto and Braga. The second table contains some of the documents we previously introduced, with dates and a description of their content.

Probably, D. Hugo is designated the first bishop of the restored diocese of Porto by the end of 1112, while Maurice the archbishop of Braga consecrated him on March 23rd of the following year, as we have previously seen²⁸. Nevertheless, D. Hugo effectively started his episcopal office in Porto only in 1114. In the month of December of that year, to reinforce his position against archbishop, and primate of *Hispania* since 1088, Bernard of Sauvetat²⁹ and the other north-western Iberian episcopates, Archbishop of Braga Maurice «Bourdin» obtained from Paschal II the confirmation of Braga's diocesan borders, as they were at the time of the Suebian King Miro in the final decades of the 6th century³⁰. As we have previously observed, D. Hugo was a man of Diego Gelmírez, the bishop of Compostela who claimed to reach the archiepiscopal dignity, taking the place of Braga as the most important diocese in the north-western Iberian Peninsula³¹.

The claims of the See of Santiago de Compostela represented a significant challenge in the local ecclesiastical area and Maurice's fears were more than justified. In November 1114, in fact, the bishop of Compostela convoked a synod in Santiago (in the name of the archbishop of Toledo, Bernard) attended by the Galician bishops of Lugo, Tuy, Mondoñedo, Orense and the «Portuguese» bishop

²⁸ COSTA *et al.*, ed., 2017: II, doc. 589.

²⁹ Toledo and Braga were fighting for the control of the bishopric of León, see RIVERA RECIO, 1962: 76-81.

³⁰ COSTA *et al.*, ed., 2017: II, doc. 554.

³¹ FLETCHER, 1984: 202. See also PORTELA SILVA, 2016: 46-56. Gelmírez obtained the title of archbishop in 1120.

Table 2. Selected documents from Table 1, with dates and a short description of their content

Source	Date	Regestum
<i>Livro Preto</i> 631	November 17 th , 1114 Compostela	The bishop of Compostela convokes a synod during which the present bishops signed a pact of «brotherhood». They invited the bishop of Coimbra, Gonçalo, to join their agreement.
<i>Liber Fidei</i> 554	December 4 th , 1114	<i>Bulla Sicut Iniusta</i> : Paschal II confirms Braga's frontiers, as they had been established by the Suebian King of Galicia Miro.
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> : p. 7 <i>Livro Preto</i> 628	December 30 th , 1114	Gonçalo and D. Hugo join an agreement establishing the Douro river as the border between their bishoprics.
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> : pp. 1-3 <i>Patrologia Latina</i> 163 Paschal II CDXXXIII	August 15 th , 1115 Benevento	<i>Bulla Egregias quondam</i> : Pope Paschal II confirms the borders of the diocese of Porto and gives D. Hugo of Porto the exemption from the metropolitan Authority of Braga. This decision will last until 1119-1124 following PL 163 Calixtus II CCXL.
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> : pp. 5-6. <i>Papsturkunden in Portugal</i> 14	August 20 th , 1115	Pope Paschal II orders Gonçalo of Coimbra to give back the lands he usurped to D. Hugo of Porto.
<i>Papsturkunden in Portugal</i> 15 <i>Livro Preto</i> 606	April 12 th , 1116 Alba	<i>Bulla Apostolicae Sedis</i> : Pope Paschal II puts the vacant See of Lamego under D. Hugo of Porto's authority.
<i>Papsturkunden in Portugal</i> 16 <i>Livro Preto</i> 605, 614, 629	June 18 th , 1116 Palliano	<i>Bulla Fratrum Nostrorum</i> : Pope Paschal II annuls the <i>Bulla Apostolicae Sedis</i> .
<i>Papsturkunden in Portugal</i> 19 <i>Livro Preto</i> 597	February 24 th , 1117 Burgos	Cardinal Boso establishes the Douro river as the border between Porto and Coimbra. Porto must return Lamego to Coimbra.
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> : pp. 3-5 <i>Patrologia Latina</i> 163 Calixtus II LXXXIII	March 2 nd , 1120 Valencia	<i>Bulla Officii Mei</i> : Pope Calixtus II confirms both the borders of the diocese of Porto and all its possession, including monasteries.
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> : p. 6 <i>Patrologia Latina</i> 163 Calixtus II LXXXV	March 5 th , 1120 Beuris (Viviers)	Pope Calixtus II orders Paio of Braga to re-establish the borders of the diocese of Porto following the disposition of the council of Burgos (1117).
<i>Papsturkunden in Portugal</i> 23 <i>Livro Preto</i> 598	August 25 th , 1121 Sahagún	Cardinal Boso confirms the disposition of the council of Burgos (1117) concerning the borders between Porto and Coimbra, after consulting both bishops.
<i>Livro Preto</i> 600	April 5 th , 1122	The friendship pact between Gonçalo of Coimbra and D. Hugo of Porto is signed in the presence of Queen Teresa and her Barons.
<i>Papsturkunden in Portugal</i> 26 <i>Livro Preto</i> 593	February 1 st , 1125 Lateran	<i>Bulla Aequitatis et Iustitiae</i> : Honorius II put the diocese of Coimbra under the Apostolic Protection; he confirms the possession of Coimbra, including the administration of the bishopric of Lamego and Viseu; finally, he orders to respect the borders with Porto as established during the Council of Burgos of 1117.
<i>Papsturkunden in Portugal</i> 28 <i>Livro Preto</i> 594	May 26 th , 1135 Pisa	<i>Bulla Officii Nostri</i> : Innocent II confirms the privileges of the <i>Bulla Aequitatis et Iustitiae</i> .

of Porto, in which they signed a pact of «brotherhood» («confraternitate eciam inter nos fecimus») and they invited the bishop of Coimbra, Gonçalo, to join their agreement and solve the frontier problems with Porto³². Moreover, on December 30th, 1114, Bishops Gonçalo and D. Hugo signed an additional pact on their diocesan frontiers³³. By those moves, Diego Gelmírez was able to both consolidate his position and temporarily isolate the Archbishop of Braga Maurice «Bourdin» in his own ecclesiastical province³⁴.

After these first events, and probably being already in Rome on a mission on behalf of Diego Gelmírez³⁵, D. Hugo obtained a first privilege of huge importance from the pope. With the *bull* *Egregias Quondam* Pope Paschal II confirmed the borders of the diocese of Porto and accorded Bishop D. Hugo the exemption from the metropolitan authority of Braga³⁶. This exemption will last until 1121³⁷. This *bull* was a first success of D. Hugo of Porto in his attempt both to establish the borders in which he would have exercised his own authority and, simultaneously, to widen it. A few months earlier, in fact, D. Hugo and Gonçalo of Coimbra had mutually established the Douro river as the border between their dioceses³⁸. By Paschal's privilege, D. Hugo obtained a larger southern area, including approximately the territories between the Douro and Antuã rivers, until the ocean in the nearby of the modern city of Aveiro seventy kilometres south of Porto³⁹.

After this first initial success, D. Hugo dared further with the *bull* *Apostolicae Sedis*, accorded in April 1116⁴⁰. He obtained the control over the not so long-ago restored diocese of Lamego, traditionally under the influence of Coimbra. However, two months after, on June 18th, 1116, Paschal II revoked his decision because of the protests of the bishop of Coimbra⁴¹. What was the reason for Paschal II's choice? From north-western Iberian Peninsula to Rome and back, the journey lasted approximately four months⁴² and the cost of travels and privileges

32 OLIVEIRA, 1956: 33 and CUNHA, 2013: 138; ERDMANN, 1935: doc. 1; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: doc. 631.

33 It is very interesting to notice that in the version contained in the Censual D. Hugo reserved for himself the control of all the churches pertaining to Porto even south of Douro. GRAVE, ed., 1924: 7; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: doc. 628. See also CUNHA, 2013: 137-139, 141-144 and CUNHA, 2017: 154; MARIANI, RENZI, 2018.

34 Maurice in that period was in Rome to defend his position before Pope Paschal II, who had suspended him after the accusation of usurping the bishopric of León from the archbishop of Toledo, see DAVID, 1947: 460-463. The Douro river was established as the border between their bishoprics. On the ecclesiastical province of Braga see ROMERO PORTILLA, 2006: 251. Until the 14th century, Braga had all the Galician bishoprics, except Compostela, under its jurisdiction.

35 OLIVEIRA, 1956: 34.

36 GRAVE, ed., 1924: 1-3; MIGNE, ed., 1854: CLXIII, ep. CDXXXIII; MARIANI, RENZI, 2018.

37 MANSILLA REOYO, 1955: 139; MARIANI, RENZI, 2017.

38 GRAVE, ed., 1924: 7; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: doc. 628.

39 GRAVE, ed., 1924: 1-3; MIGNE, 1854: CLXIII, ep. CDXXXIII. On the two different versions of this agreement see CUNHA, 2013: 139. See also MARIANI, RENZI, 2018.

40 ERDMANN, 1927: doc. 15; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: doc. 606.

41 ERDMANN, 1927: doc. 16; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: docs. 605, 614, 629. See also MARIANI, RENZI, 2017: 95-96.

42 CHERUBINI, 2000: 560.

was very high⁴³. Therefore, if the second document is two months later than the privilege in favour of D. Hugo, it means that the pope changed his position while D. Hugo was travelling back to Portugal, or even while D. Hugo was still in Rome. The circumstances are unclear. With the data we dispose, Paschal II's decision seems not so clear. Perhaps this choice might not be surprising, if one thinks that it was not the first time the pope reversed a sentence or a decision in his ecclesiastical career since he was a cardinal, like in the case of the diocese of Compostela at the end of the 11th century⁴⁴.

We must not exclude the fact that the papacy pursued a sort of strategy of *divide et impera*. Paschal II was plausibly chasing a political goal. The pope and his cardinals knew reasonably well the Galician-Portuguese situation and more in general the Iberian political and ecclesiastical *panorama*, for example cardinal-legate Boso of Santa Anastasia had already entered in contact with the Iberian reality at that time⁴⁵, and the documents were temporally close to each other⁴⁶. These elements suggest that it is difficult that a poor knowledge of the Iberian affairs pushed Paschal II to make his decisions. By according and revoking privileges or opening new conflicts, Rome could strengthen its Primacy. D. Hugo now had to ask the pope for a new privilege; in this way he was certifying the authority and the right of the bishop of Rome to intervene in local issues to solve conflicts between episcopates or in a single diocese⁴⁷.

This strategy, connected to the process of affirmation of the Roman primacy, is particularly evident in Portuguese sources, in which the language of the bishops of Rome reflected the conception of their role and its ecclesiastical political objectives⁴⁸. In any case, this language should be read very carefully by scholars, because in many cases, it represents the ambitions and the aspirations of the Papacy, rather than the popes' concrete means of intervention in the central centuries of the Middle Ages⁴⁹.

2.3. CARDINAL-LEGATE BOSO'S INTERVENTION (1117)

The situation for D. Hugo seriously worsened a few months later, during the Council of Burgos (February 18th, 1117), presided by cardinal-legate Boso of Santa Anastasia⁵⁰. A few days later, on February 24th, 1117, Boso himself ordered

⁴³ FLETCHER, 1978: 213.

⁴⁴ CANTARELLA, 1997: 9; MARIANI, RENZI, 2017.

⁴⁵ ZAFARANA, 1971.

⁴⁶ MARIANI, RENZI, 2017: 96.

⁴⁷ CANTARELLA, 2005: 65-74 and CARIBONI, 2003: 65-108; BRANCO, 2011.

⁴⁸ MARIANI, RENZI, 2017: 98-100.

⁴⁹ MACCARRONE, 1995: 168-169; MARIANI, RENZI, 2017.

⁵⁰ ZAFARANA, 1971. On the Council of Burgos see also: RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: doc. 624 and FITA, 1906: 387-407.

Bishop D. Hugo and Bishop Gonçalo to solve their conflicts⁵¹. D. Hugo had to return the diocese of Lamego to Coimbra and the border between the two dioceses would go back to the Douro river. The Cardinal of Santa Anastasia accorded to the See of Porto only some specific properties legitimately acquired south of the border. In this way, D. Hugo lost what he had apparently gained with the aforementioned *bull* of 1115, the *Egregias Quondam*.

The decisions that took place during the Council of Burgos had important consequences in D. Hugo's struggle for the diocesan boundaries. In 1120, the bishop of Porto tried again to recover his position of 1115 and he obtained from Pope Calixtus II a new privilege that confirmed the borders until the Antuã river⁵². Once again D. Hugo attempted to change the local patrimonial balances based on the reference to ecclesiastical geography of 6th-7th centuries, before the Muslim invasion of 711 — a geography defined by the so-called *Parochiale Suevorum*, a very controversial document⁵³ —, which still constituted a source of legitimation for the Portuguese bishops in the 12th century⁵⁴. Moreover, Calixtus II's privilege accorded D. Hugo the jurisdiction over twenty-four monasteries and two churches⁵⁵. However, the analysis of the content of this papal *bull* shows how several monasteries mentioned in the document could not be under D. Hugo's authority, because they were clearly outside of the diocesan borders or because they belonged to the archdiocese of Braga⁵⁶.

The privilege altered the situation especially in the southern border. The new frontier offered D. Hugo, and eventually his successors, the opportunity to claim their authority even over all the monasteries in the lands confirmed by Calixtus II. Therefore, these papal privileges were not a reliable representation of the territory, but a «territorial projection» of D. Hugo's interests and policy. This privilege represents one of the last D. Hugo's victories together with the Calixtus II's decisions against Braga. In the same year, 1120, probably a few days later after the *bull* *Officii Mei*, Pope Calixtus II orders Paio Mendes, archbishop of Braga, to re-establish the borders of the dioceses of Porto, following the disposition of the

⁵¹ ERDMANN, 1927: doc. 19; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: doc. 597.

⁵² GRAVE, ed., 1924: 3-5; MIGNE, ed., 1854: CLXIII, ep. LXXXIII.

⁵³ On the *Parochiale Suevorum* controversies see: RENZI, MARIANI, 2020: 92-97.

⁵⁴ LÓPEZ ALSINA, 2013: 105-132.

⁵⁵ GRAVE, ed., 1924: 4: «Ecclesia sancti Iacobi de Custodijs cum omnibus ad eam pertinentibus. Quintanam ejusdem villae cum pertinentijs suis Monasterium de Ruiuo tinto ecclesiam Ulvar [...] infra quos fines hic perhibentur monasteria continerj Monasterium santi tirsi de ripa, Monasterium de Burguae, Monasterium de Roderitis, Monasterium de Vilarinho Monasterium de Palunbario, De antinj, De Arnoio, De vila cova, De Telonis, De frauxino, De Mancelis, De Santio, De Riali, De Varzio De villa nova episcopi, Monasterium de palaciolo, Monasterium santi Iohannis, Monasterium Anxedi, De suilanis, De inter ambos rruuos De Baucis, De Citoffeita, De Aquis santis, De Macanarijs, De Lecia, De uairano, Santae Marinae de Portu dorii, De Petrosso. Haec igitur et alia omnia monasteria vel ecclesiae quae infra predictos fines continentur apostolica auctoritate precipimus ut supradictae portugalesis ecclesiae obedientiam debitam iustitiamque persoluant». See also MARIANI, RENZI, 2018.

⁵⁶ MARQUES, 2002: 30-31 and MARIANI, RENZI, 2018.

Council of Burgos (1117)⁵⁷. This time the decisions taken at the Council of Burgos succoured Bishop D. Hugo. In the northern border, the territorial disputes were all in his favour and we do not find in the episcopal sources any clear proof or sign of a reaction from Braga to the claims of Porto.

Which was the reason why the Apostolic See supported Porto against Braga? There are, at least, two possible answers. First, D. Hugo, as we have seen, was a man of Diego Gelmírez, who was very close to Calixtus II. The pope, in fact, accorded the archiepiscopal dignity to the See of Compostela, by the transfer of the ancient rights of Mérida to the Galician diocese⁵⁸. The archbishop of Braga had very bad relations with Diego Gelmírez in the same years. In the *Historia Compostelana*, for example, Paio is severely attacked being called «idiot» and accused of illegally detaining some properties belonging to the See of Santiago. This very active policy led by the archbishop of Braga was a problem for Gelmírez and his allies and probably Calixtus II intervened to defend and support his most trusted men in the north-western Iberian Peninsula⁵⁹.

Second, we must remember that the predecessor of Paio Mendes, Maurice «Bourdin», had been antipope (Gregory VIII, 1118-1121), in opposition to Gelasius II and the same Calixtus II. This could suggest that in 1120 the relation between Braga and Rome was still very delicate⁶⁰. This is not a minor detail, if we think that in the 13th century Toledo, sources still referred Maurice «Bourdin»'s story to neutralise Braga's primatial claim on the *Hispania*⁶¹. However, the borders indicated in the Paschal II's privilege have only a theoretical validity, since — as underlined by José Marques and Maria Cristina Cunha —, the archbishops of Braga do not seem to lose or to renounce to their jurisdiction over those territories⁶². Therefore, it will be difficult to trace the concrete boundaries between the two dioceses: the results of the scholars who studied these territories, like Moreira and Oliveira, do not even coincide between them⁶³.

In the clash with Coimbra, we saw how D. Hugo's victories have been temporary: the decisions of the cardinal-legate Boso seem to have been an overwhelming obstacle for the bishop of Porto during his episcopate. The Bishops of Coimbra, Gonçalo and Bernard, always tried to deny the access to this area to the bishops of

⁵⁷ GRAVE, ed., 1924: 6; MIGNE, ed., 1854: CLXIII, ep. LXXXV (March 5th 1120). I dated the privilege of Calixtus II to the 2nd of March 1120, according to MIGNE, ed., 1854: CLXIII, ep. LXXXIII. See also ROBERT, 1979: docs. 150 and 152.

⁵⁸ LÓPEZ ALSINA, 2015: 50, 78 and ROMERO PORTILLA, 2014: 853.

⁵⁹ MARIANI, RENZI, 2017: 97; FALQUE REY, ed., 1988: Lib. I, cap. CXVII, 197. On Paio Mendes see AMARAL, 1999.

⁶⁰ FLETCHER, 1984: 203; MARIANI, RENZI, 2017: 97; MIGNE, ed., 1854: CLXIII, ep. LXXIX. On Maurice «Bourdin» see ERDMANN, 1935: 13-71; DAVID, 1947: 441-501; SCHREINER, 1989: 156-202; STROLL, 2004: 52-57 and 329-332; VELOSO, 2006: 125-135 and RENZI, 2018: 211-235.

⁶¹ HENRIET, 2004: 291-318.

⁶² MARQUES, 2002: 30-31 and CUNHA, 2017: 155.

⁶³ The first author carried out impressive research on published and unpublished sources (MOREIRA, 1971-1990), while the second one based his work on papal privileges (OLIVEIRA, 1956).

Porto. It is not a coincidence that in 1121, 1125 and 1135 the bishops of Coimbra asked and obtained the papal confirmation of the disposition against Porto taken at the Council of Burgos of 1117⁶⁴.

2.4. BORDERS AND FORTIFICATIONS: A HYPOTHESIS OF INTERPRETATION

Finally, we deal with the possible correlation between borders and fortifications. It would seem normal to think about towers and castles built to defend the borders. However, this does not seem to be the case of the diocese of Porto. Currently, there are about fifty defensive elements testified to have been active during D. Hugo's pontificate (1112-1136), in the territory he claimed as part of his diocese. This claim was based on the aforementioned papal privileges of 1115 and 1120. In its majority, this territory corresponds to the current area of the diocese of Porto. At least half of those castles survived the first bishop of the restored diocese of Porto⁶⁵. This number could be underestimated, because any consultation of unpublished documentation could increase this list⁶⁶. In 1120, *Regina* Teresa accorded D. Hugo the «Couto» over the borough of Porto⁶⁷. This means that in the area delimited by Teresa's privilege, D. Hugo was the landlord of the only borough of the diocese mentioned in the sources we analysed so far and he could administrate justice. It is very interesting to notice the fact that under D. Hugo's jurisdiction, there was only one castle (*Castro Luneta*) existing from at least 1072, but which apparently disappeared in documents after 1138⁶⁸. This element could suggest that *Castro Luneta* had much older origins: we could even hypothesise — or at least not exclude — its origin in the second Iron Age. *Castro Luneta* might be an example of the so-called *castros* belonging to the *Cultura Castreja*⁶⁹.

On the one hand, we cannot exclude that, already at the time of D. Hugo, this defensive element had lost its military/defensive function, because, among the possible explanations, the territory of Porto since the last attack moved by Almanzor (†1002) had not been involved in military operations, aside occasional Viking attacks in the first decades of the 11th century. On the other hand, in the 1120 document, we read: «et castro quod a vulgo dicitur Luneta cum omnibus pertinencijs suis» which seems to indicate a still active structure. This situation is

⁶⁴ ERDMANN, 1927: docs. 23, 26 and 28; RODRIGUES, COSTA, eds., 1999: docs. 593, 594 and 598.

⁶⁵ MARIANI, 2020: *passim* and, among others: ALMEIDA, 1978; BARROCA, 1991, 2017; LIMA 1993; CARMO, 2016; MARIANI, 2018.

⁶⁶ The archive research carried out in January 2018 in the Torre do Tombo Archive in Lisbon (Portuguese National Archive), however, seems to confirm the numbers proposed above.

⁶⁷ AZEVEDO, 1958: doc. 53. On the Countess-Queen Teresa, see AMARAL, BARROCA, 2012.

⁶⁸ *Diplomata et Chartae*: doc. 500; AZEVEDO: 1958: doc. 165. On *Castro Luneta* see MARIANI, 2020: 249-250.

⁶⁹ On the *Cultura Castreja* see, among others, SILVA, 1986.

quite peculiar because it differs, for example, from other European realities where bishops, archbishops, but also monasteries were owners of castles. These castles should be considered like a concrete expression of the landlords' power in the territory they controlled. These castles were, basically, fortified points used to protect landlords' properties⁷⁰. Initially built also by the rural communities as their last stronghold, the other castles of the age of D. Hugo belonged to the local aristocracy⁷¹. Some among them became the so-called «Cabeça de Terra»; the headquarters of the *Terras*, the territorial administrative units developed in the County of Portugal from the middle of the 11th century, under the reign of the King of León-Castile Fernando I⁷².

2.5. CONCLUSIONS

In conclusion, we have showed how the privileges granted by Rome do not represent the local reality, but they reflect the political objectives of both popes and bishops. The Portuguese sources also illustrate another extremely interesting hint: the very close relation between Porto and Rome since the restoration of the diocese at the beginning of the 12th century. This should encourage scholars to reconsider the history both of the diocese from an international and comparative perspective with the history of the papacy and other local European Churches⁷³.

3. THE BIRTH OF A CHANCERY: THE ROLE OF BISHOP D. HUGO IN THE DIOCESE OF PORTO⁷⁴

3.1. INTRODUCTION

When D. Hugo arrived in Porto, he found it necessary to restore his diocese to organise the territory, administrate rights and possessions, (re-)establish relations with neighbouring dioceses and with the Pontifical Curia. But to carry out all these tasks writing became essential. On this account, a service in charge of producing documents, that is, an episcopal chancery was quickly born. For this reason, it is very important to present the formularies, the scribes and the handwriting that characterised the acts produced during the twenty-four years of D. Hugo's episcopate.

⁷⁰ For the case of the north area of Milan see: MARIANI, 2015, 2017, 2020: *passim*.

⁷¹ On the northern Portuguese aristocracy see, among others: MATTOSO, 1982 and SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2014.

⁷² BARROCA, 1991: 91-92, 115-126. For some examples of *Cabeça de Terra* castles see MARIANI, 2021.

⁷³ MARIANI, RENZI, 2017: 103.

⁷⁴ This third part has been written by Maria João Oliveira e Silva and it is based on her paper (1504-c), *The Birth of a Chancery: The Role of Bishop Hugo in the Diocese of Porto*, Leeds, IMC, 2018, 05-07-2018.

3.2. THE DOCUMENTS OF THE CHANCERY OF BISHOP D. HUGO

The first known document, which we considered to have been produced at the episcopal chancery, dates from 11 September 1116, and it establishes the resignation of D. Hugo to the privilege of *parada* (or *jantar*) of the Porto's Cathedral in the monastery of Paço de Sousa in exchange for three inheritances⁷⁵. The original of this document was not preserved, but the canon and diplomatist João Pedro Ribeiro (1758-1839) consulted it when it was still kept in the archive of that monastery⁷⁶. Its formulary, that is, the set of formulas and clauses, essential and secondary to the *dictamen* of the document, constitutes the first documentary model of the Porto chancery.

By that document we know that it starts with an invocation. Of Christian tradition, this formula became common practice in the texts throughout the Middle Ages although it was not essential to the *dictamen*. As many of the documents were read publicly, the verbal invocation attracted the attention of the hearers and reinforced its importance because it was in the name and under the protection of the Lord that it was spoken⁷⁷. In the concrete case the document and the action contained therein were placed under the protection of the Holy Trinity: «In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti Amen». The Trinitarian invocation is «the richest in both the vocabulary and style, and the number of divine persons invoked... the Holy and Indivisible Trinity with the expression of the divine persons: the name of God, the Father, the Son, and the Holy Spirit»⁷⁸. This *invocatio* was used systematically during the episcopate of D. Hugo, remaining hegemonic until 1154.

Next is the subscription, that is, the clause that discloses the name of the author of the document and its title⁷⁹. As for the *intitulatio*, it is the formula that specifies the titles and qualities (actual or desired) of the author of the written document, eventually accompanied by an indication of the origin or nature of the power exercised, or a formula of devotion or humility⁸⁰. In the case of the 1116 exchange, D. Hugo subscribes as «ecclesie Portugallensis (*sic*) episcopus», preceding the title with the formula of humility *gratia Dei*, thus indicating the divine foundation of his prelacy⁸¹.

⁷⁵ BUC. Ms.703, pp. 1-2; AZEVEDO, 1980: doc. 20.

⁷⁶ João Pedro Ribeiro says that the archival quota for this document was Gaveta 1ª, Maç. 1º, Nº 13.

⁷⁷ We will not dwell on the history of invocation by referring to works that speak of it, for example, GUYOTJEANNIN *et al.*, 1993: 72; CHENEY, 1950: 60-61; SANTOS, 1990: 1443-1444; CUNHA, 2005: 306-310; GOMES, 2007: 727-728; NICOLAJ, 2007: 94.

⁷⁸ SANTOS, 1990: 1446.

⁷⁹ CÁRCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 187.

⁸⁰ CÁRCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 189.

⁸¹ GUYOTJEANNIN *et al.*, 1993: 73. A similar definition can be found in CÁRCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 190.

Another clause typical of the instruments produced in D. Hugo's episcopate is the greeting «In Domino Deo eternam salutem»⁸². As can be seen, through this salutation, the author of the action expresses to the addressee his greeting or his vows⁸³, but the most striking formula of D. Hugo's documents is certainly the preamble. The preamble is the part of the text by which it is generally justified by legal, religious, moral or just convenience, not revealing in it the real causes that led to the preparation of the document⁸⁴. This clause thus assumes the role of *benevolentiae captatio*, of catechetical or pedagogical «object»⁸⁵, and even propaganda vehicle of political and religious ideas. It gained literary expression and conceptual content but lost in frequency: it ceased to be a «mandatory» formula being used only in certain documentary typology, usually of a more solemn character⁸⁶.

There are several types of preambles⁸⁷, but those of D. Hugo are all of memory, that is, they talk about the importance of writing as guarantor of the perpetuity of legal acts, as opposed to the fragile human memory that in time turns the agreed upon uncertain and doubtful. These preambles appear for the first time on April 18th, 1120⁸⁸, and they say: «By the authority of the Holy Fathers, we are warned that everything we want to be firm and stable in writing we commend it to the memory of the present and the future ones».

The sanction is another typical formula of the documents of the chancery of D. Hugo. Its purpose was to try to ensure the execution, validity and perpetuity of the act by enumerating negative sanctions, translated into threats of penalties for offenders, or of positive sanctions, constituted in promises of reward for the abiding. None of the documents analysed has this last type of *sanctio*, but, on the contrary, there is a high presence of acts with temporal and spiritual punishments for transgressors. In the case of the exchange of 1116, the temporal penalty is reduced to the payment of five hundred «soldos» (a monetary unit).

The offender(s) should also pay the costs resulting from a possible judicial process, that is, the *iudicatum*. We also have the canonical penalties of separation

⁸² For example, in the following documents GRAVE, *ed.*, 1924: 156-157 (1119.09.23); AZEVEDO, 1980: doc. 104, and GRAVE, *ed.*, 1924: 160-161 (1131.08.31).

⁸³ CÁRCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 194.

⁸⁴ CÁRCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 196. A similar definition can be found in GUYOTJEANNIN *et al.*, 1993: 76 and LASALA, RABIKASKAS, 2003: 53.

⁸⁵ As Maria José Azevedo Santos points out: «Dozens of harangues [from private documents dated between 773(?) and 1123], some of a more formulatory, repetitive type, others more unusual and erudite, they all seem, however, to pursue a pedagogical objective. We believe, however, that only a reduced social stratum of the High Middle Ages would have access to the symbolic, allegorical, and typological thinking of that clause. The social strata to which a great number of those who wrote or engraved them belonged — the clergy — which may lead us to conclude that the preamble is, for the most part, a message, essentially esoteric» (SANTOS, 1992: 320).

⁸⁶ GUYOTJEANNIN *et al.*, 1993: 76; LAFFÓN ÁLVAREZ, 1989: 146.

⁸⁷ They may be legal (or legally based) or non-legal, namely biblical, moral (or ethical), of memory (or diplomatic), or obligation.

⁸⁸ AZEVEDO, 1962: doc. 53.

of the Church and the deprivation of the Body and Blood of Christ («a liminibus Sancte Ecclesie seu Corpore et Sanguine Domini nostri Jesu Christi sit alienus»), and the eternal curses of having part with the Devil and Judas traitor («et cum Diabolo vel Juda traditore sit particeps»). In the documents of D. Hugo, the eternal curses of condemnation in the Last Judgment⁸⁹, the anathema⁹⁰ and the descent into Hell⁹¹ also appear. Although it was not an essential clause, the dating appears in most of the documents. As in the case of the exchange, it mainly arises in the form of day/month/year through the Roman retrograde count of the *nonas*, *idos* and *kalendas*⁹², but it may contain other elements. And, in fact, it was during the government of D. Hugo that the most complete dates appeared, with references to the year of the episcopate, to the epact⁹³ and the indiction⁹⁴, which reveal the bishop's taste for the forms of papal dating.

Finally, in the *corroboratio* the grantors confirmed that the *conscriptio* agreed with the *actio*. In the example of the 1116 exchange, this formula was announced through the expression «Ego Ugo [...] hanc cartulam propriis manibus roboro». In his copy, João Pedro Ribeiro points out the presence of a cross between the first two letters of the word *roboro*. This document was also validated by enumerating confirmers («Ego Helias monachus eiusdem Sancte Sedis Portugalensis confirmo, Ego Gonsalvus Ermigiz archidiaconus confirmo, Ego Petrus Garcia archidiaconus confirmo, Ego Monio Garcia archidiaconus confirmo») all aligned, also according to João Pedro Ribeiro, in a first column. It was also validated by fictitious *testes*, that is, by figurative witnesses («Martinus testis, Gonsalvus testis and Petrus») in a second column, and by «eyewitnesses» — as the expression *qui vidit* indicates, listed in a third column («Fagildus monachus qui vidit, Pelagius monachus qui vidit, Rodericus monachus qui vidit»). This document, which is an absolutely exceptional case, was also validated through the signatures of the respective dictator («Fernandus abbas fecit») and notator («Sisnandus monachus scripsit»), that is, the formal author and the material author of the document, and the subscription of the grantor, the Bishop D. Hugo («Hugo Portugalensis Episcopus»).

⁸⁹ In documents from: GRAVE, *ed.*, 1924: 42 (1123.01.10), 43-44 (1123.06.12) and 230-231 (1141.12).

⁹⁰ In documents dated from: GRAVE, *ed.*, 1924: 161-162 (1122.06.02), 233-234 (1144.08); ADP. *Cartório do Cabido, Livros dos Originais*, 1672, fl.41 (1147.04.01) and GRAVE, *ed.*, 1924: 384-385 (1158).

⁹¹ In a document from: GRAVE, *ed.*, 1924: 167 (1137.01.03).

⁹² SARAIVA, 1943: 25-220. The same reality was observed in other Hispanic chanceries, see, MORUJÃO, 2010: 614-615; CÁRCCEL ORTÍ, 1995: 402; PUEYO COLOMINA, 1995: 423.

⁹³ The epact is «un chiffre qui indique au 22 mars (premier terme pascal) l'âge de la lune, c'est-à-dire le nombre de jours qui se sont écoulés depuis la nouvelle lune» (CÁRCCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 640).

⁹⁴ The Roman or pontifical indiction starts on December 25th and coincides with the *stilus Nativitatis* that starts the year on Christmas Day (CÁRCCEL ORTÍ, *dir.*, 1994: n.º 582 and n.º 596).

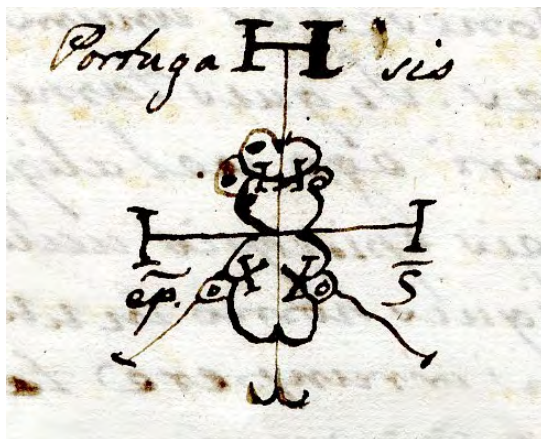


Fig. 1. Figured copy of João Pedro Ribeiro from the autographic signature of D. Hugo

Source: Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms. 703, p. 2

3.3. THE NOTARIES AND THE HANDWRITING OF THE CHANCERY OF BISHOP D. HUGO

In order to this and other documents of the chancery to be produced, it was necessary to create a set of scribes. Of many of these men we know only the name and the ecclesiastical title. We would like to know their handwriting, but the oldest original that is preserved dates from March 1143⁹⁵. Therefore, it is impossible to analyse the evolution of the handwriting in the Episcopal chancery over a period of about thirty years. In a purely theoretical exercise, we may suspect that D. Hugo, who came from the diocese of Santiago de Compostela, where he was archdeacon⁹⁶, had «brought» the handwriting that was used there⁹⁷. In fact, since the last quarter of the 11th century, Compostela represented «a bastion and an outpost of French trends, encouraged by Cluny»⁹⁸. This situation was the result of the influence of masters, monks and artists from France, from where D. Hugo himself came as we have previously observed⁹⁹. Therefore, and unlike other Galician institutions, in the *scriptorium* of Compostela the transition from the Visigothic handwriting to the Caroline style was fast and was already complete in the early twelfth century¹⁰⁰,

⁹⁵ ADP. *Cartório do Cabido, Livros dos Originaís*, 1688, fl. 22.

⁹⁶ We recall that D. Hugo was the editor of the *pío latrocinio* narrated in the *Historia Compostelana*, starred by the archbishop of Compostela Diego Gelmírez in November 1102. About this text see AMARAL, coord., 2014.

⁹⁷ Some formulas of the *dictamen* of documents produced during his episcopate, such as the preamble and the dating, reveal not only the cultural formation of this bishop as well as some pontifical influences also reflected in the *scriptorium* of Compostela in the time of Diego Gelmírez (SILVA, 2008: 115-116 and 129).

⁹⁸ DÍAZ Y DÍAZ, 1983: 466, n.º 360.

⁹⁹ See note n.º 2 in this work.

¹⁰⁰ LUCAS ÁLVAREZ, 1991: 441-445.

a period that coincides with the coming of D. Hugo to Porto, most likely accompanied by clergymen who formed his episcopal house, among them scribes.

Thus, we do not find it difficult to accept that in Porto those scribes used, from the very beginning, the Caroline handwriting, although it cannot be ruled out that the Visigothic type was still present, among others, in some monasteries of the diocese of Porto¹⁰¹. Regardless the type of handwriting they used, we know that during the episcopate of D. Hugo a group of at least eight scribes worked in the chancery, and that most of whom added an ecclesiastical title to their name, among them two presbyters and two deacons. From their work, as we have said, no original survived, but only a total of 19 copies, out of which 11 gifts. The predominance of this type of document, during this episcopate, is not strange, since D. Hugo had just restored the See, and it was natural that it received possessions and privileges from both the monarchs and individuals, and it was up to the *scriptorium* of the Cathedral to write them.

3.4. CONCLUSIONS

The analysis of the Porto chancery during the episcopate of D. Hugo shows that the documents produced may not have emerged directly from the bishop's hand, and we know for sure that he could write, but they are the result of his culture and intellectual formation. In fact, as we had the opportunity to study the episcopal *scriptorium*, from this episcopate until the beginning of the 15th century, we have seen that the documents of this period are very different from those that followed, since many of them include erudite formulas which then were rarely, if ever used. In particular, the Trinitarian invocation, the greeting, the preamble and the dating, in this case through elements used in the pontifical chancery, such as the epact and the indiction. Therefore, the formularies of the documents of D. Hugo are unique and the «image» of the bishop who gave birth to the episcopal chancery of Porto.

GENERAL CONCLUSIONS

In conclusion, we think we decently showed how the figure of Bishop D. Hugo and the restoration of the See of Porto are very important «keys» to better understand the evolution and the transformation of the Iberian world in central centuries of

¹⁰¹ In the monasteries of Pendorada, Vairão, Rio Tinto, Moreira and Pendorada, in the decades of 1110-1119 and 1120-1129, the handwriting used was, mostly, the Visigothic of transition, still existing, however, examples of semi-cursive Visigothic (in Pendorada and Vairão) and round Visigothic (in Pendorada, Rio Tinto and Moreira); in Pedroso the Visigothic of transition was only used between 1110-1119, and this situation changes in the following decade with the entrance of the Caroline and the Gothic (SANTOS, 1994: Quadro VII – 1, 4, 10, 11 and 13).

the Middle Ages. In particular, D. Hugo's trajectory demonstrated how it is crucial to contextualise apparently local phenomena in a wider and international perspective, always questioning which were the implications and the impact of the political and ecclesiastical decisions made by kings or popes for the ecclesiastical organisation of a specific territory, as we have seen in the first and second part of our work. In the case of D. Hugo, and more in general of the north-western Iberian episcopal Sees, it is very interesting to observe his relation with the Roman Papacy, one of the «emerging powers» of the 11th and 12th centuries¹⁰².

This tight relation characterised D. Hugo's episcopate, but we have to pay attention not to analyse these contacts in only one way. If the bishops of the current territories of Galicia and northern Portugal were particularly interested in getting in touch with Rome to obtain legitimation, at the same time the popes saw an opportunity to reinforce their Primacy. As Richard Alexander Fletcher already wrote in 1978, «papal privileges [...] were also a means by which the apparatus of papal authority was extended over areas of the Catholic Church which had not known it before»¹⁰³. At the same time, the dynamics and close ties between Porto and Compostela at the beginning of the 12th century demonstrate all the precariousness of the local balances.

This last factor is very important, because it is necessary to contextualise the sources every time in their precise chronology, as we tried to do in these pages. D. Hugo's episcopate in our opinion opens a very interesting perspective on the formation of the kingdom of Portugal and of its Church, which were ongoing realities in the 12th century, often seen through an anachronistic perspective of the geography and the politics of the 19th and 20th centuries. The reorganisation of the Chancery in Porto operated by D. Hugo, studied in the third part of this work, is another proof of his strategy of consolidation of the diocese, its projection on the territory and reflection of his roman connections, as demonstrated by the presence of typical roman elements such as the indiction, in the Porto documentary production in the first half of the 12th century. We hope that this work can be helpful to scholars who will approach these themes in the future.

SOURCES

AZEVEDO, Rui Pinto de (1958). *Documentos Medievais Portugueses*. Lisbon: Academia Portuguesa da História. Vol. I, tomo I: *Documentos Régios*.

AZEVEDO, Rui Pinto de (1962). *Documentos Medievais Portugueses*. Lisbon: Academia Portuguesa da História. Vol. I, tomo II: *Documentos Régios*.

¹⁰² CANTARELLA, 2014: 377.

¹⁰³ FLETCHER, 1978: 188; MARIANI, RENZI, 2018: 185-186. On the relationships between the Papacy and the European medieval «Peripheries», see JOHRENDT, MÜLLER, 2012.

- AZEVEDO, Rui Pinto de (1980). *Documentos Medievais Portugueses*. Lisbon: Academia Portuguesa da História. Vol. IV, tomo I: *Documentos Particulares*.
- COSTA, Avelino de Jesus et al., ed. (2017). *Liber Fidei: sanctae bracarensis ecclesiae*. Braga: Arquidiocese de Braga. 2 vols.
- ERDMANN, Carl (1927). *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen.
- FALQUE REY, Emma, ed. (1988). *Historia Compostelana*. Turnhout: Brepols.
- FALQUE REY, Emma, ed. (1994). *Historia Compostelana*. Madrid: Ediciones Akal.
- GRAVE, João, ed. (1924). *Censual do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto.
- MIGNE, Jacques-Paul, ed. (1854). *Patrologia Latina*. Paris: Jacques-Paul Migne éditeur, vol. CLXIII.
- PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. *Diplomata et Chartae*. Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1867, vol. I.
- ROBERT, Ulysse (1979). *Bullaire du Pape Calixte II*. Hildesheim: Georg Olms Verlag.
- RODRIGUES, Manuel Augusto; COSTA, Avelino de Jesus da, eds. (1999). *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Cartório do Cabido, Livros dos Originais*, 1672, fl. 41 e 1688, fl. 22

Biblioteca da Universidade de Coimbra

BUC. Ms.703, pp. 1-2.

BIBLIOGRAPHY

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978). *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trabalho complementar para prestação das provas de Doutoramento em História da Arte.
- AMARAL, Luís Carlos (1999). *Organização eclesiástica entre Douro e Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII)*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; AGUIRRE, Rui de, dir. *Dal Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII al XIII*. Santander: Ed. Universidad de Cantabria, pp. 313-350.
- AMARAL, Luís Carlos (2007). *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- AMARAL, Luís Carlos, coord. (2014). *Hugo, cônego e arcediogo da Sé Compostelana. A viagem de D. Diogo Gelmires ao Condado Portucalense, em Novembro de 1102*. Porto: Cabido Portucalense.
- AMARAL, Luís Carlos (2017a). *A Restauração da Diocese do Porto e a chegada do Bispo D. Hugo*. In AMARAL, Luís Carlos, dir. *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: CEHR-UCP, pp. 23-45.
- AMARAL, Luís Carlos, dir. (2017b). *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: CEHR-UCP.
- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012). *A Condessa-Rainha: D. Teresa*. Lisbon: Círculo de Leitores.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de (2002). *A antiga Diocese de Meinedo*. In *Tempos e Lugares de Memória. Actas do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto (5 a 8 de Dezembro de 1998)*. Porto: Centro de

- Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Universidade Católica. Centro Regional do Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, vol. II, pp. 95-119.
- ARMOGATHE, Jean-Robert; MONTAUBIN, Pascal; PERRIN, Michel-Yves, *dir.* (2010). *Histoire générale du christianisme*. Paris: Presses Universitaires de France. Vol. I: *Des origines au XVe siècle*.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2008). *Sacerdócio y Reino en la España Altomedieval. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII-XII*. Madrid: Sílex.
- BARROCA, Mário Jorge (1991). *Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII). «Portugal»*. XI-XII, 89-136.
- BARROCA, Mário Jorge (2017). *Prope Litore Maris: o sistema defensivo da orla litoral da diocese do Porto (séc. IX a XII)*. In AMARAL, Luís Carlos, *dir.* *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucaleense*. Porto: CEHR-UCP, pp. 197-243.
- BRANCO, Maria João (2011). *Constructing Legitimacy and Using Authority. The Production of Cartularies in Braga during the 12th Century*. In HERBERS, Klaus Herbers; FLEISCH Ingo, *dir.* *Erinnerung - Niederschrift - Nutzung: das Papsttum und die Schriftlichkeit im mittelalterlichen Westeuropa*. Berlin: De Gruyter, pp. 31-62.
- CANTARELLA, Glauco Maria (1997). *Pasquale II e il suo tempo*. Naples: Liguori.
- CANTARELLA, Glauco Maria (2005). *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII 1073-1085*. Rome: Laterza.
- CANTARELLA, Glauco Maria (2014). *I normanni e la Chiesa di Roma. Aspetti e momenti*. In *Chiese Locali e Chiese regionali nell'Alto Medioevo*. Spoleto: CISAM, pp. 377-406.
- CÁRCEL ORTÍ, María Milagros, *dir.* (1994). *Vocabulaire International de la Diplomatie*. Valencia: Universitat de Valencia.
- CÁRCEL ORTÍ, María Milagros (1995). *Diplomatica episcopal de Valencia (1240-1300)*. In HAIDACHER, Christoph; KÖFLER, Werner, *dir.* *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250. Referate zum VIII Internationalen Kongress für Diplomatie*. Innsbruck: Tiroler, pp. 393-409.
- CARIBONI, Guido (2003). *Esenzione cistercense e formazione del Privilegium commune. Osservazione a partire dai cenobi dell'Italia settentrionale*. In D'ACUNTO, Nicolangelo, *dir.* *Papato e monachesimo esente nei secoli centrali del medioevo*. Florence: University Press, pp. 65-108.
- CARMO, Tiago João Alves (2016). *Os castelos no Baio-Ferrado (séc. X-XII). Contributo para o estudo dos sistemas defensivos na orla litoral a Sul do Douro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- CHENEY, Christopher Robert (1950). *English Bishops' Chanceries 1110-1250*. Manchester: Faculty of Arts of the University of Manchester — Manchester University Press.
- CHERUBINI, Giovanni (2000). *I pellegrini*. In GENSINI, Sergio, *dir.* *Viaggiare nel Medioevo*. Pisa: Pacini Editore, pp. 537-566.
- COELHO, Armando Ferreira Da Silva (1986). *A Cultura Castreja: no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. 2.^a ed. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, vol. I.
- CUNHA, Maria Cristina (2005). *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Noia: Editorial Toxosoutos.
- CUNHA, Maria Cristina (2013). *Coimbra and Porto: Episcopacy and National Identity in Diocesan Border Quarrels*. In HERBERS, Klaus; LÓPEZ ALSINA, Fernando; ENGEL, Frank, *dir.* *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten-delegierte Richter-Grenzen*. Berlin: De Gruyter, pp. 133-145.

- CUNHA, Maria Cristina (2017). *Os limites da diocese do Porto com as suas vizinhas de Braga e Coimbra: problemas e soluções*. In AMARAL, Luís Carlos, dir. *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: CEHR-UCP, pp. 147-159.
- DAVID, Pierre (1947). *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisbon: Livraria Portugalia.
- DE LA TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio (2006). *Hugo de Oporto*. In FLUP. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Departamento de História, org. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP, vol. II, pp. 437-452.
- DESWARTE, Thomas (2004). *Restaurer les évêchés et falsifier la documentation en Espagne. La suppression du diocèse de Simancas (974) et l'église cathédrale d'Astorga*. «Revue Mabillon». 15/76, 81-106.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. (1983). *Códices visigóticos en la monarquía leonesa*. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro».
- ERDMANN, Carl (1935). *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- FLETCHER, Richard Alexander (1978). *The Episcopate in the Kingdom of León in the twelfth century*. Oxford: Oxford University Press.
- FLETCHER, Richard Alexander (1984). *Saint James's Catapult: The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*. Oxford: Clarendon Press.
- FITA, Fidel (1906). *Concilio nacional de Burgos (18 febrero 1117)*. «Boletín de la Real Academia de la Historia». 48, 387-407.
- GARCÍA GALLO, Alfonso (1950). *El Concilio de Coyanza. Contribución al estudio del Derecho canónico español en la Alta Edad Media*. «Anuario de Historia del Derecho Español». XX, 275-633.
- GEARY, Patrick J. (1978). *Furta Sacra: Thefts of Relics in the Central Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.
- GOMES, Saul António (2007). In *Limine Conscriptio. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Braga: Palimage.
- GUYOTJEANNIN, Olivier et al. (1993). *Diplomatique Médiévale*. Turnhout: Brepols.
- HAIDACHER, Christoph; KÖFLER, Werner, dir. (1995). *Die Diplomatik der Bischofsurkunde vor 1250. Referate zum VIII Internationalen Kongreß für Diplomatik*. Innsbruck: Tiroler Landesarchiv, pp. 393-409.
- HENRIET, Patrick (2004). *Political Struggle and the legitimation of the Toledan Primacy: The Pars Laterani Concilii*. In ALFONSO ANTÓN, Isabel; KENNEDY, Hugh; ESCALONA, Julio, dir. *Building legitimacy: Political discourses and forms of legitimacy in medieval societies*. Leiden; Boston: Brill, pp. 291-318.
- HENRIET, Patrick (2008). *Territoires, espaces symboliques et «frontières naturelles». Remarques sur la carte diocésaine hispanique du XIIe siècle*. In MAZEL, Florian, dir. *L'espace du diocèse. Genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (Ve-XIIIe siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 287-308.
- JOHRENDT, Jochen; MÜLLER, Harald (2012). *Rom und die Regionen: zum vorläufigen Abschluss eines Forschungsprojektes*. In JOHRENDT, Jochen; MÜLLER, Harald, dir. *Studien zur Homogenisierung der lateinischen Kirche im Hochmittelalter*. Berlin: De Gruyter, pp. 1-12.
- LAFFÓN ALVAREZ, Luisa (1989). *Arenga Hispana: Una aproximación a los preámbulos documentales de la Edad Media*. «Historia Instituciones Documentos». 16, 133-232.

- LASALA, Fernando de; RABIKASKAS, Paulius (2003). *Il Documento Medievale e Moderno. Panorama storico della diplomatica generale e pontificia*. Rome: Editrice Pontificia Università Gregoriana; Instituto Portoghese di Sant'Antonio.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1993). *Castelos medievais do curso terminal do Douro (Séculos IX-XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2013). *El Parrochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias del siglo XII*. In HERBERS, Klaus; LÓPEZ ALSINA, Fernando; ENGEL, Frank, dir. *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten-delegierte Richter-Grenzen*. Berlin: De Gruyter, pp. 105-132.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2015). *La ciudad de Compostela en la Alta Edad Media*. 2.^a ed. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- LUCAS ÁLVAREZ, Manuel (1991). *Paleografía Gallega. Estado de Cuestión*. «Anuario de Estudios Medievales». 21, 420-470.
- MACCARRONE, Michele (1995). *Papato e regno di Sicilia nel primo anno di pontificato di Innocenzo III*. In LAMBERTINI, Roberto, ed. *Nuovi studi su Innocenzo III*. Rome: Isime, pp. 137-170.
- MANSILLA REOYO, Demetrio (1955). *Restauración de las sufragáneas de Braga a traves de la reconquista*. «Revista Portuguesa de História». VI:I, 117-148.
- MANSILLA REOYO, Demetrio (1994). *Geografía Eclesiástica de España. Estudio Histórico-Geográfico de las Diócesis*. Rome: Iglesia Nacional Española, vol. II.
- MARIANI, Andrea (2015). *Nuovi studi riguardo gli elementi difensivi nel territorio brianteo fra X e XIII secolo*. «Rivista Archeologica dell'Antica Provincia e Diocesi di Como». 197, 161-182.
- MARIANI, Andrea (2017). *Inquadramento territoriale della Curtis di Capiate nel contesto fortificato della Brianza lecchese medievale*. In MARIANI, Andrea; CARMINATI, Fabio, eds. *La curtis di Capiate fra Tardo Antico e Medioevo. Scoperte inedite e nuove ricerche sul territorio*. Milan: Associazione Capiate Radici nel Futuro Onlus, pp. 34-56.
- MARIANI, Andrea (2018). *Elementi difensivi lungo il confine nord della diocesi di Porto fra IX e XII secolo: primi risultati*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana; BARREIRA, Hugo, coord. *Genius Loci. Lugares e significados / Places and Meanings*. Porto: CITCEM, vol. II, pp. 107-119.
- MARIANI, Andrea (2020). *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- MARIANI, Andrea (2021). *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. «História – Revista da Faculdade de Letras», 11:1, 7-28.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2017). *Lettere e privilegi papali durante il pontificato di Ugo di Oporto (1112-1136): nuovi studi ed ipotesi di ricerca*. «CEM – Cultura, Espaço & Memória». 8, 91-107.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2018). *The «Territorialization» of the episcopal Power in medieval Portugal. A study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between the dioceses of Oporto, Braga and Coimbra (12th century)*. «Lusitania Sacra». 37, 161-187.
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2019). *Redescubrir un obispo ibérico del siglo XII: Hugo de Oporto y el contexto político-eclesiástico del Condado de Portugal (1112-1136)*. In VANINA NEYRA, Andrea; CASAMIQUELA GERHOLD, Victoria, dir. *Sociedad, Cultura y Religión en la Plena Edad Media*. Buenos Aires: IMHICIHU-CONICET, pp. 63-93.
- MARQUES, José (2002). *Relações entre as Dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspetos*. In *Tempos e Lugares de Memória. Actas do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto (5 a*

- 8 de Dezembro de 1998). Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Universidade Católica. Centro Regional do Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, vol. II, pp. 21-56.
- MATTOSO, José (1982). *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisbon: Guimarães & C.ª Editores.
- MATTOSO, José (1995). *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*. 5.ª ed. Lisbon: Editorial Estampa, vols. I-II.
- MATTOSO, José (2006). *D. Afonso Henriques*. Lisbon: Círculo de Leitores.
- MAYEUR, Jean-Marie et al., dir. (2000). *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*. Paris: Desclée. Vol. IV: *Évêques, moines et empereurs (610-1054)*.
- MAYEUR, Jean-Marie et al., dir. (2001). *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*. Paris: Desclée. Vol. V: *Apogée de la papauté et expansion de la chrétienté (1054-1274)*.
- MAZEL, Florian (2008). *Introduction*. In MAZEL, Florian, dir. *L'espace du diocèse. Genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (Ve-XIIIe siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 11-22.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1971a). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». XXXIV:1-2, 19-153.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1971b). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». XXXIV:3-4, 336-417.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1972). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». XXXV:1-2, 141-237.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1984). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.ª Série. 2, 7-86.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1985-1986). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.ª Série. 3/4, 61-157.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1987-1988). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.ª Série. 5/6, 7-53.
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1989-1990). *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2.ª Série. 7/8, 7-117.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2010). *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- NICOLAJ, Giovanna (2007). *Lezioni di Diplomatica Generale I. Istituzioni*. Rome: Bulzoni Editore.
- NOBLE, Thomas F. X.; SMITH, Julia M. H., dir. (2008). *The Cambridge History of Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press. Vol. III: *Early Medieval Christianities, c.600-c.1100*.
- OLIVEIRA, Miguel de (1956). *Os Territórios Diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria*. «Lusitania Sacra». I, 29-50.
- ORLANDIS, José (1977). *Historia de España. La España Visigótica*. Madrid: Editorial Gredos.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (1995). *Galicia y la Monarquía Leonesa*. In *El Reino de León en la Alta Edad Media*. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», vol. VII, pp. 9-70.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2001). *García II de Galicia. El Rey y el Reino (1065-1090)*. Burgos: Editorial La Olmeda.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2015). *The Making of Galicia in Feudal Spain (1065-1157)*. In D'EMILIO, James, dir. *Culture and society in medieval Galicia: a cultural crossroads at the edge of Europe*. Leiden: Brill, pp. 367-399.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2016). *Diego Gelmírez (c.1065-1140). El báculo y la ballesta*. Madrid: Marcial Pons.

- PUEYO COLOMINA, Pilar (1995). *Diplomatica episcopalis cesaraugustana anterior a 1318*. In HAIDACHER, Cristoph; KÖFLER, Werner, org. *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250. Referate zum VIII Internationalen Kongress für Diplomatie*. Innsbruck: Tiroler Landesarchiv, pp. 411-427.
- REILLY, Bernard F. (1988). *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*. Princeton: Princeton University Press.
- RENZI, Francesco (2018). *Imperator Burdinum Hispanum Romanae sedi violenter imposuit. A Research Proposal on the Archbishop of Braga and Antipope Gregory VIII, Maurice 'Bourdin'.* «Imago Temporis. Medium Aevum». 12, 211-235.
- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2020). *Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o Parochiale Suevorum e a diocese de Magneto/Meinedo (sécs. VI-VII).* «Portvgalia». Nova Série. 41, 91-122.
- RIVERA RECIO, Juan Francisco (1962). *El arzobispo de Toledo don Bernardo de Cluny (1086-1124)*. Rome: Iglesia Nacional Española.
- ROMERO PORTILLA, Paz (2006). *Un Observatorio privilegiado de las relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media*. In FLUP. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, org. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. IV, pp. 247-259.
- ROMERO PORTILLA, Paz (2014). *El reino de Portugal y su consolidación frente a León y Castilla en la primera mitad del siglo XII a través de la documentación*. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz et al., eds. *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder*. Santander: Universidad Nacional de Cantabria, vol. I, pp. 849-858.
- RUBIN, Miri; SIMONS, Walter, coord. (2009). *The Cambridge History of Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press. Vol IV: *Christianity in Western Europe, c.1100-c.1500*.
- RUCQUOI, Adeline (2010). *Cluny, el Camino Francés y la Reforma Gregoriana*. «Medievalismo». 20, 97-122.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1990). *O teor diplomático em documentos régios do séc. XII*. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. IV, pp. 1441-1463.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1992). *O «Ornamento Literário» em Documentos Medievais: o Preâmbulo ou Arenga (773(?)-1123)*. «Biblos». LXVIII, 167-190.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1994). *Da Visigótica à Carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT.
- SARAIVA, José (1943). *A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses*. «Revista Portuguesa de História». 2, 25-220.
- SCHREINER, Klaus (1989). *Gregor VIII., nackt auf einem Esel. Entehrende Entblößung und schandbares Reiten im Spiegel einer miniatur der Sächsischen Weltchronik*. In BERG, Dieter; GOETZ, Hans-Werner, dir. *Ecclesia et Regnum. Beiträge zur Geschichte von Kirche, Recht und Staat im Mittelalter. Festschrift für Franz-Josef Schmale zu seinem 65. Geburtstag*. Bochum: Winkler, pp. 155-202.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira (1986). *A Cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2008). *Scriptores et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra.
- SOARES, Torquato de Sousa (1989). *Formação do Estado Português (1096-1179)*. Trofa: Livraria Editora Sólivos de Portugal.

- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto (2014). *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: a senhoriação dos vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território–Rota do Românico.
- STROLL, Mary (2004). *Calixtus II (1119-1124). A Pope born to rule*. Leiden; Boston: Brill.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre (2006). *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. In FLUP. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Departamento de História, org. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP, vol. I, pp. 125-135.
- ZAFARANA, Zelina (1971). *Bosone*. In *Dizionario Biografico degli italiani*. [Consult. 16 Jan. 2023]. Available at <<http://www.treccani.it/enciclopedia/bosone>>.

STABAT AMITA:

D. ISABEL DA BORGONHA COMO PROTETORA DA FAMÍLIA DE AVIS

MANUEL RAMOS*

Resumo: *Depois de D. Pedro, duque de Coimbra, ter sido morto em Alfarrobeira, quando se dirigia com a sua hoste até à capital do reino para a tomar, ele próprio, seus filhos e partidários foram severamente punidos, quer com a pena da insepultura, quer com a damnatio memoriae, quer ainda com o confisco dos bens. Entre os irmãos que mais lutaram pela reabilitação dos vencidos, contam-se, não D. Henrique, mas antes D. Isabel, irmã fraterna do antigo regente e tia amistosa de seus sobrinhos, a qual, embora vivesse na Borgonha, foi sempre muito unida à sua família de Avis. Logo tomou a iniciativa de, através do seu experimentado embaixador, Jean Jouffroy, reverter a situação de punição que se abatera sobre a sua família; e como a corte resistisse aos apelos e justificações jurídicas do embaixador e poucas concessões lhe fizesse, ela acolheu na Borgonha os filhos de seu irmão e destinou-lhes carreiras internacionais — stabat amita (tia paterna).*

Palavras-chave: *D. Isabel da Borgonha; Jean Jouffroy; D. Pedro, duque de Coimbra; D. Afonso V; batalha de Alfarrobeira; príncipes de Avis.*

Abstract: *D. Pedro, Duke of Coimbra, was killed in Alfarrobeira when he was heading to the kingdom's capital with his army and his son D. Jaime in order to capture the city. He was severely punished along with his sons and supporters with the punishment of damnatio memoriae and the confiscation of the right to property. Among the siblings who strove the most for the rehabilitation of the defeated are, not D. Henrique, but rather D. Isabel, fraternal sister of the former regent and friendly aunt of her nephews, who, although living in Burgundy, was always close to the Avis family. She immediately took the initiative, through her experienced ambassador, Jean Jouffroy, to reverse the situation of punishment that had befallen her family. As the court resisted the ambassador's appeals and the legal justifications, having made few concessions to his pleas, she welcomed her brother's children to Burgundy and projected them to international careers — stabat amita (paternal aunt).*

Keywords: *D. Isabel of Burgundy; Jean Jouffroy; D. Pedro, Duke of Coimbra; D. Alfonso V; Alfarrobeira battle; Avis princes.*

1. O confronto que opunha D. Pedro, duque de Coimbra, ao rei D. Afonso V e seus cortesãos foi dirimido por meio das armas nos campos de Alfarrobeira, quando o antigo regente, no comando da sua hoste, se dirigia para Lisboa com o objetivo de a tomar. A animosidade entre os dois partidos remontava à morte de D. Duarte (1438), quando, aberto o testamento, fora nele achado que o falecido rei deixava a sua mulher, D. Leonor de Aragão, a regência do reino e a tutela e curatela do rei-menino Afonso V; e continuara com a ocorrência de variados episódios, cada um dos quais — como sói dizer-se — era «mais um prego no caixão» do duque de Coimbra, pela quantidade de inimigos que ia fazendo entre os seus

* FLUP-DEPER; IF e CITCEM. Email: manuel.ramos2@gmail.com.

opositores políticos: (1) contestação de D. Pedro, partidários e povo de Lisboa ao testamento régio; (2) ascensão de D. Pedro ao topo do poder nas Cortes de Lisboa (1439), a qual nunca foi aceite pela viúva e partidários; (3) combate implacável do regente contra D. Leonor e partidários após ele ascender à regência; (4) fuga do país da viúva desprezada e sofrida; (5) quando o rei atingiu a maioridade, aos 14 anos, D. Pedro entregou o poder a D. Afonso V, mas logo o arrebatou até à idade de 16 anos; (6) após o fim da regência e regresso a Coimbra, a animosidade contra o antigo regente crescia na corte, de forma que D. Pedro armazenou armas, temendo a possibilidade de conflito armado; (7) e mandou que o seu filho D. Pedro Condestável reunisse no Alentejo armas e homens para a hoste ducal; (8) por fim (é este o seu maior erro), decidiu combater seus inimigos políticos pelas armas e, reunida a sua hoste, dirigiu-se a Lisboa sem a alcançar, pois pereceu na refrega de Alfarrobeira, perto de Alverca (20 de maio de 1449), pelo disparo de um virote.

Imediatamente depois da refrega, foram postas em prática pelo rei e seus cortesãos (a fação hostil à regência de D. Pedro, que contava com D. Afonso, duque de Bragança [o irmão rancoroso, que nunca ultrapassou o complexo de ser bastardo], e seu filho Fernando, conde de Ourém, como figuras dominantes), várias medidas punitivas contra os vencidos: D. Pedro, filhos e partidários, que haveriam de ter grande repercussão nacional e internacional:

a) Mutilação do cadáver de D. Pedro e pena da *insepultura* por morrer na condição de traidor: seu corpo permaneceu no campo de batalha a cumprir os três dias de exposição, antiga praxe de guerra, e depois foi humildemente soterrado na igreja de Alverca sem enterro cristão.

b) Infamação de seus filhos: também os filhos do duque de Coimbra, primos direitos e cunhados do rei, ficaram infamados, isto é, inabilitados para a fruição de honra, ofício ou cargo público, não podendo ser herdeiros, legatários ou donatários sem reabilitação régia.

c) Perda dos bens a favor do fisco: como D. Pedro morrera em combate na condição de rebelde, a sua morte não extinguiu a responsabilidade criminal, pelo que os seus bens, os de seus filhos e partidários foram perdidos a favor do Estado. A lei das confiscações de 27 de junho de 1449 a todos privava das dignidades, benefícios, ofícios, honras, prerrogativas, isenções e privilégios outorgados pela coroa.

d) *Damnatio memoriae*: com a redação de cartas e memorandos difamatórios, logo enviados às principais cortes europeias, justificando, sob o ponto de vista dos vencedores em Alfarrobeira, a violenta morte do infante¹.

¹ Entre os memorandos remetidos às cortes europeias, conhece-se bem o enviado a D. João II de Castela. Vd. DINIS, 1969: t. X, doc. 49, pp. 71-79.

Não podia ser aplicada maior punição a um nobre príncipe, filho de D. João I; nem há memória de que na casa real de Portugal fossem tomadas medidas tão duras contra um elemento da família real, príncipe afamado (sobretudo pelas suas viagens europeias) e ex-regente. A dureza das penas, consentidas pelo rei (que, com 17 anos, tinha idade para entender o valor da reverência familiar) contra o seu tio e sogro, preceptor, tutor e curador, teve ampla repercussão nacional e internacional.

2. Curiosamente, o maior apoio aos vencidos de Alfarrobeira não chegou de Portugal, nem de, por exemplo, o irmão D. Henrique, que manteve alguma distância e de quem era esperado mais² (nessa altura o infante D. João [†1442], aliado incondicional de D. Pedro, já não vivia), mas sim de D. Isabel (1397-1471), membro distinto da geração de Avis, que vivia na Borgonha³. Nenhum acontecimento a sobressaltou e enlutou tanto como esta luta familiar. Exercendo funções políticas ao lado de seu marido como segunda figura de Estado, não admira que este caso (tal como outros relativos às questões peninsulares) ficasse sob a sua alçada; e é certo que a pequena embaixada enviada a Portugal foi da iniciativa de D. Isabel, que o embaixador foi por ela instruído e a delegação foi paga a expensas suas, pois possuía abundantes recursos pecuniários⁴.

D. Isabel, por um lado, apresentou reclamação e solicitou a intervenção do sumo pontífice acerca das atrocidades cometidas contra D. Pedro, filhos e partidários⁵. Nicolau V reagiu incitando o tirânico rei de Portugal a ler as meditações de Sêneca sobre a clemência; e, pela bula *Querelam dilectae* de 21 de maio de 1450, ordenou que, sob pena de excomunhão, os culpados na ocultação do corpo do infante o entregassem às pessoas escolhidas pela duquesa no prazo de 30 dias, para ser cristãmente sepultado⁶.

Por outro lado, como a punição da sua família de Avis feria a honra de D. Isabel e era mácula que apanhava em cheio o orgulho dos descendentes de D. João I, imediatamente preparou o envio a Portugal de uma delegação encabeçada por Jean Jouffroy, deão de Vergy, referendário papal, jurista, conselheiro ducal e embaixador experimentado⁷. Pretendia inverter a orientação política da

² Vd. MORENO, 1969: 73-74.

³ A Borgonha era nesse tempo formada por um aglomerado de estados de que fazia parte a Flandres, onde os duques habitualmente viviam.

⁴ PAVIOT, 1995: doc. 303, p. 377.

⁵ Vd. VISCONDE DE SANTARÉM, 1866: 35-41.

⁶ Com a chegada da embaixada da Borgonha, os restos mortais do infante, sepultados na igreja de Alverca, foram desenterrados e levados para o castelo de Abrantes (RUI DE PINA, 1977: cap. CXXIX, pp. 757-758), com receio de que o embaixador os levasse para a Borgonha; ser-lhes-ia dada sepultura cristã durante o ano de 1451.

⁷ São desconhecidos os elementos da delegação, mas seria menor do que a bem conhecida embaixada borguinhã de 1428-29, que se deslocou a Portugal para negociar o casamento da infanta D. Isabel com Filipe, o Bom. (Vd. VASCONCELOS, 1897a: 5-45, 1897b: 145-160; PAVIOT, 1995: 204-218).

corte portuguesa para com os vencidos de Alfarrobeira, recorrer da sentença de crime de lesa-majestade decretada contra D. Pedro e impugnar os decretos de traição; e ainda defender para os seus familiares nobres, tão desonrados, os valores feudais de uma nobreza tradicional: «honra e proveito» (incluindo este os bens), estatuto, probidade e magnanimidade.

O orador fala do momento em que se despediu da sua senhora em Bruges, de onde partiu a 11 de agosto de 1449, e da forma como os recentes acontecimentos familiares a abalaram; lembra ainda que, ante a urgência da partida, nem sequer pôde enviar cartas ao sobrinho-rei: «Embora ela te venere e ame, não pôde enviar-te uma carta, mas gemidos; ela banhóu-se em lágrimas, quando se despedia de nós que estávamos de partida e, ante a dor, nem se atreveu a falar»⁸.

Admitimos que, quando o embaixador chegou a Portugal, em finais de setembro/inícios de outubro (pois, o tempo médio de uma viagem entre Bruges e Lisboa era de mês e meio a dois meses), deva ter tido permissão régia para se deslocar à região de Coimbra, ao encontro da viúva do ex-regente (D. Isabel de Urgel), a qual, depois da batalha, se ausentou do paço ducal com as três filhas (Beatriz, Filipa e Catarina) e procurou refúgio em casas religiosas. De uma referência visual da I *oratio* do embaixador é possível conjecturar que, de facto, o encontro ocorreu: «Dá pena ver o semblante miserando da sua cunhada de Coimbra, como também o séquito feminino e as suas três filhas em pranto...»⁹.

O embaixador deve ter comunicado à duquesa de Coimbra, em nome de D. Isabel, que seus filhos podiam contar com a ajuda da tia da Borgonha caso desejassem proteção e sustento fora do país. Três dos filhos: D. Jaime, D. João e D. Beatriz, não por imposição do rei, mas antes pela falta de segurança e de sustento, logo aceitaram a proposta e ausentaram-se do país. A 24 de novembro, dia previsto da receção da embaixada borguinhã em Évora (mas que viria a ser adiada por razões desconhecidas para 6 de dezembro), já os três jovens tinham partido. No dia 10 de janeiro de 1450, D. Jaime chegou a Bruges; D. Beatriz e D. João já tinham chegado acompanhados no dia 26 de novembro de 1449¹⁰. D. Pedro Condestável, porém, homiziado em Castela pouco antes de Alfarrobeira (pois reunia no Alentejo homens e armas para o exército de seu pai), preferiu permanecer em Valença, de Castela, e não seguir o caminho da Borgonha.

3. A ligação de D. Isabel, membro distinto da geração de Avis (que sempre tivera em grande conta a família de Portugal e, apesar da distância, sempre mantivera contactos regulares com os parentes¹¹), à família de Avis já se havia manifestado

⁸ RAMOS, 2007: 118 (linhas 146-148).

⁹ RAMOS, 2007: 118 (linhas 141-143).

¹⁰ PAVIOT, 1995: 45-46.

¹¹ A colónia portuguesa de Bruges, assim como a presença de portugueses ao seu serviço e do marido, mantinham-na em contacto com a corte portuguesa.

em 1433, quando mandou realizar um serviço fúnebre em Dijon em sufrágio da alma de seu pai. Viria a fazer o mesmo em 1442 pela alma do infante D. João e, a 19 de julho de 1449, em Bruges, em sufrágio da alma de D. Pedro.

O cativo do irmão Fernando (†1443) comoveu singularmente a sua piedade, levando-a a fundar em 1467 em sua honra uma capela no convento de Sto. António em Lisboa, junto à sé de Lisboa, com comemoração fúnebre no dia 5 de junho de cada ano; e em 1471 conseguiu do Papa um breve de indulgência à sua memória. Diz-se até que tentou libertá-lo do cativo em Fez¹².

Ao primogénito, D. Afonso, que em Braga morrera no alvor da mocidade, dedicou uma bela sepultura de bronze dourado na sé desta cidade.

Em 1464, o cerco de Ceuta foi levantado pelo socorro de uma armada flamenga; e de seguida, um pequeno corpo dela foi reforçar as tropas de D. Pedro, rei da Catalunha, certamente por incentivo de D. Isabel.

Com a tomada de Arzila, encomendou a Jean de Wavrin uma relação histórica da vitória¹³. Era, na verdade, uma defensora da ideia de cruzada e da defesa da cristandade, como fizera seu pai D. João I e seu irmão D. Fernando; e muito orgulhosa da conquista de Ceuta (caso confirmado pelo deão)¹⁴, facto que ficou registado no seu epitáfio¹⁵ que Vasco de Lucena compôs.

Interessou-se também pela vida monástica portuguesa e borgonhesa¹⁶; e deve ter tido alguma influência sobre a evolução da cultura na corte da Borgonha, onde introduziu tendências que existiam na corte de Lisboa¹⁷.

Para seus sobrinhos, filhos de D. Pedro, foi como uma segunda mãe. Infamados e esbulhados da herança paterna e honras, procurou através do seu embaixador e procurador na corte portuguesa (é esse o seu grande esforço) revo-gar o decreto de traição e confisco, de modo a que não fossem esbulhados dos bens paternos e pessoais, para poderem viver dignamente (dentro ou fora do país) à custa dos bens pessoais e não dependentes da caridade de estranhos; e como a corte de Portugal não atendesse aos seus rogos, ela acolheu-os na Flandres e honrou-os com copiosas pensões, graças ao seu poder político e financeiro, prove-niente de abundantes recursos fundiários e fiscais¹⁸; e foram por ela destinados e financiados para carreiras internacionais.

¹² SOMMÉ, 1998: 445.

¹³ WAVRIN, 1863: 85-96. Texto em francês.

¹⁴ Jouffroy confirma que D. Isabel estava orgulhosa da conquista de Ceuta: «O teu avô, rei D. João, que em campos e cidades e em suma glória este teu reino aumentou, como a ilustríssima senhora nossa não se cansa de contar» (RAMOS, 2007: 118 [linhas 152-153]).

¹⁵ SOMMÉ, 1998: 22.

¹⁶ «A duquesa da Borgonha, se não fundou directamente o convento de Penha Longa, em Sintra, foi, todavia, a sua principal auxiliadora e, a não se efectuar a sua ausência da pátria, continuaria na sua eficaz protecção» (VITERBO, 1905: 105). Uma carta de 1445 regista que, entre os bens da sua nau, se contavam objetos, muito provavelmente de arte, destinados ao mosteiro da Batalha (VITERBO, 1905: 87).

¹⁷ PAVIOT, 1995: 133.

¹⁸ Para os domínios de D. Isabel, vd. SOMMÉ, 1998: 123 e ss.

4. Jean Jouffroy empenhou-se por representar dignamente os seus senhores e para eles arrebatar uma solução conveniente. Esta determinação levou-o a permanecer pouco mais de dois meses na corte, em Évora, onde ficou hospedado, e a ser admitido em quatro sessões públicas (em que proferiu quatro discursos) e várias sessões intercalares, que não implicaram a prolação de discurso. O recurso às audiências particulares foi uma nova oportunidade que lhe permitiu, de forma mais acessível (talvez até com a ajuda de tradutores), discutir com o rei e conselheiros a severidade dos castigos, o ultraje familiar e a desonra que daí advinha, e a falta de justiça.

Por conseguinte, o serviço que D. Isabel solicita à corte, através da interposição do seu embaixador, é um serviço de tipo feudal. Em primeiro lugar, é rogado que não culpem D. Pedro do crime de lesa-majestade; que não anunciem ao mundo, através de cartas, os defeitos dele, mas que confinem a falta ao seio da casa real de Portugal; que não o privem da sepultura honrosa e cristã no mosteiro da Batalha; que os seus filhos, netos de D. João I, não sejam infamados, nem privados da herança paterna, mas antes reabilitados da culpa paterna e possam continuar no gozo de seus bens de acordo com o *status* de príncipes de Avis; que a nobreza partidária do duque de Coimbra não seja considerada rebelde, nem esbulhada dos bens, mas amnistiada; que os proscritos do reino possam regressar.

Em segundo lugar, solicita ao rei e aos conselheiros conduta irrepreensível, ética e *dignitas* régia no exercício do poder: que se comportem de acordo com a dignidade do ofício que desempenham, com a tradição irrepreensível dos anteriores reis, com a grandeza e honra da casa real e de acordo com a categoria das pessoas ofendidas. Há, por isso, um apelo a um humanismo cívico. Tal violência é ato contrário ao direito familiar (*iura sanguinis*), já que os ofendidos são elementos distintos da geração de Avis e familiares de estreita geração; é ato contrário ao direito divino, ao direito civil e das gentes, ao costume dos príncipes (pois não é hábito ser praticado pelos reis) e ao instituto dos fidalgos; e é severidade que desonrará o rei e deixará dele má fama e exemplo para a posteridade.

Em terceiro lugar, a argumentação jurídica do embaixador fixa-se nos atropelos do rei à falta de justiça. Na verdade, a lei das confiscações não podia ser aplicada em certas pessoas e em certos bens. Entre as poucas pessoas que, pela sua categoria, não poderão ver os bens confiscados, salvo por um delito pessoal, contam-se os filhos de D. Pedro, netos de D. João I e primos direitos do rei. As confiscações também não podem estender-se a certos bens, como é o caso do ducado de Coimbra e do mestrado de Avis. O ducado de Coimbra (instituído por D. João I em 1415 e doado ao infante D. Pedro como posse hereditária) não foi ligado à pessoa do infante, mas à sua estirpe, pelo que não pode ser confiscado; quanto ao mestrado de Avis, de que D. Pedro Condestável era mestre, também não pode ser confiscado por ser bem da Igreja; e o seu mestre só pelo papa pode ser afastado.

5. Todavia, os rogos de D. Isabel junto da corte não obtiveram sucesso imediato, porque o estado de espírito do rei e conselheiros não era propenso à mudança de opinião: os acontecimentos eram recentes, os ânimos estavam muito exaltados contra o ex-regente e a conduta do rei estava muito dependente dos seus magnates. Talvez resida aqui uma falha oratória do embaixador, por sobrevalorizar a autoridade do rei, como cume da realeza, e desprezar a importância política dos conselheiros, a quem sempre increpou com severidade e zombou dos seus ridículos conselhos e argumentos, e sem a preocupação de os conquistar. No final, os conselheiros não puderam contestar a defesa cerrada do jurista, mas também não lhe concederam os benefícios que ele pedia, já que entre eles houvera sempre malquerença.

Ainda assim, não foi em vão o seu esforço, pois teve o mérito de moderar os ânimos de vingança; de despertar o rei para o valor da família; de contribuir para a libertação de D. Jaime (consequência imediata), preso em Alfarrobeira; e, sobretudo, de apontar o caminho da Borgonha, como terra de refúgio e sustento, à família espoliada do duque de Coimbra. Por último, o orador levou dos cortesãos a promessa de que as suas pretensões seriam atendidas logo que se extinguísse o perigo de uma guerra civil: «[os conselheiros] argumentam que não é possível a teus primos restituir o património enquanto o medo perturbar o teu reino e as partes se encarniçarem com ódio visceral»¹⁹.

Nos anos seguintes, não só a mensagem do deão foi ouvida, como também lhe foi dada plena satisfação. Caminhava-se, pois, rapidamente para o desanuviamento da tensão entre os familiares desavindos. Logo no ano de 1450 foram dadas cartas de perdão, individuais ou coletivas, a muitos partidários de D. Pedro, depois redobradas nos anos de 1451 e 1452²⁰.

Em 1451, muito por ação de D. Isabel junto de Nicolau V e pela ameaça de excomunhão papal, foi dada sepultura cristã a D. Pedro e os seus restos inumados no mosteiro de Sto. Elói em Lisboa. Em 1455, quando a rainha D. Isabel concebeu, foram, a seu próprio pedido, daqui trasladados para o mosteiro da Batalha, onde lhes foi dada sepultura condigna no mausoléu familiar que D. João I para si havia erigido e que ele visitara a caminho de Alfarrobeira²¹.

Também em maio de 1452, estando D. Jaime a estudar em Roma a expensas da tia da Borgonha, com o objetivo de seguir a carreira eclesiástica, D. Afonso V recomendou D. Jaime ao pontífice; e neste mesmo ano, D. Afonso V concedeu à viúva de D. Pedro, D. Isabel de Urgel, a jurisdição das vilas de Montemor e Tentúgal.

¹⁹ RAMOS, 2007: 352 (linhas 20-21).

²⁰ Para perdões individuais, vd. MORENO, 1979: 621-660; para perdões coletivos, vd. MORENO, 1979: 617-618.

²¹ RUI DE PINA, 1977: cap. CXXXVII, p. 770.

A entrega a D. Pedro Condestável, em março de 1453, do rendimento da cidade de Badajoz, mas sobretudo a devolução, em maio desse ano, do mestrado de Avis²² é o resultado da persistente petição do próprio, da intercessão da rainha D. Isabel, esposa de Afonso V, e da concordância de D. Henrique, na altura mestre da ordem, mas também dos argumentos jurídicos e esforços do deão.

A partir do ano de 1454, os filhos de D. Pedro usufruem do rendimento anual do crédito do comum do Monte de Florença. Como D. João I tinha, em 1409, investidos 20 mil florins (quantia que, acrescida dos juros, avultara) na banca Médicis e os benefícios desses depósitos reverteriam, mediante testamento de D. João I, a favor de D. Pedro e filhos, D. Isabel da Borgonha fez pressão junto da banca (através da interposição de Jean Jouffroy²³) para obter o pagamento dos juros; e providenciou para que D. Afonso V não se apoderasse daquela quantia.

No mesmo ano de 1455, foi publicado o diploma régio que revogava a declaração de traição por parte do infante e partidários; e nele o rei declarava a sua retratação, coisas que o orador tinha pedido em 1450²⁴. D. Afonso V, recordado das suas palavras: a escrita compromete mais do que a oralidade, não só ilibou da infâmia e traição o tio, descendentes e partidários, como também ordenou que fossem destruídos, onde quer que se encontrassem, todos os documentos que registassem a desonra familiar²⁵. E, nesse mesmo ano, D. Afonso V quis que fosse dada sepultura honrosa ao seu sogro no mosteiro da Batalha e foi dada, contra a vontade do duque de Bragança e do conde de Ourém²⁶. Era a reconciliação definitiva entre sobrinho e tio desavindos, à qual assistira a rainha Isabel, filha de D. Pedro, que viria a falecer pouco tempo depois.

Portanto, a missão do embaixador borguinhão na corte portuguesa não foi inteiramente falhada. A sua mensagem exposta na corte, tal como uma semente lançada à terra — para usar a *similitudo* do orador —, ficou a germinar, até que, pouco depois, desabrocharia e daria o seu fruto. Cinco anos depois ser-lhe-ia dada completa razão, ainda que os méritos não coubessem exclusivamente a D. Isabel e à sua delegação.

6. Dos sete filhos de D. Pedro e D. Isabel de Urgel²⁷, três aceitaram amparo da tia e dirigiram-se para a Flandres: D. Jaime, D. Beatriz e D. João; o mais velho, o condestável

²² Em agradecimento da entrega do mestrado de Avis, o Condestável dedicou a D. Afonso V o seu livro *Coplas del menesprecio e contempto de las cosas ferosas del mundo*.

²³ SOMMÉ, 1998: 83, 87; MÄRTL, 1996: 100.

²⁴ DINIS, 1974: t. XII, doc. 80, pp. 155-159.

²⁵ Esta ordem deve ter contribuído para a destruição de documentos e livros da Chancelaria de D. Afonso V.

²⁶ RUI DE PINA, 1977: cap. CXXXVII, pp. 770-771.

²⁷ Pedro, Isabel, Jaime, Beatriz, João, Filipa (tendo ingressado no convento de Odivelas, onde se dedicou ao trabalho de iluminuras, aí faleceu e foi sepultada com a idade de 60 anos) e Catarina (por anomalia física e psíquica não foi considerada pela historiografia portuguesa).

D. Pedro, andava homiziado em Castela²⁸ e aí preferiu continuar. Talvez julgasse que dentro em breve poderia regressar a Portugal e recuperar parte dos bens, especialmente o cargo de mestre da ordem de Avis, de nomeação apostólica. O acolhimento que D. Isabel concedeu aos três sobrinhos órfãos e o destino para carreiras internacionais é, por certo, a maior mercê que prestou à família de Avis.

D. Jaime de Portugal (c. 1433-1459)

É a D. Jaime que o orador dedica mais atenção e a tia Isabel honrará com maior pensão na Borgonha. Este facto não deve ser alheio à circunstância de D. Jaime ser o único dos filhos de D. Pedro a participar na batalha ao lado do pai e aí ter ficado prisioneiro, «aparelhado pera o cutelo»²⁹. Sabemos pelos discursos do embaixador³⁰ que, após a *terminus* da batalha, alguns *gladiatores* pediram ao rei a sua morte, coisa que ele não consentiu. Pelo contrário, revelando vigorosamente a sua autoridade de rei (que não mostrou em diversas ocasiões para com o tio), recebeu-o com afabilidade, o que lhe valeu por duas vezes o louvor do embaixador e a convicção de que o jovem rei era pessoa de bom carácter. É possível que tenha ficado detido temporariamente. Chegou a Bruges no dia 10 de janeiro de 1450 na companhia de cavaleiros e gente nobre, igualmente fugitivos do reino de Portugal. No final deste ano deixou o paço e passou a receber uma pensão do duque, mas só foi até março de 1451, altura em que partiu para Roma para enveredar pela carreira eclesiástica, iniciando-a como protonotário apostólico. Recebeu formação em Roma, no mosteiro dos Olivetanos, de regra beneditina, financiada pela duquesa. Graças às muitas recomendações da tia (e até de D. Afonso V, que recomendou D. Jaime ao pontífice), vai subir rapidamente na hierarquia eclesiástica: preboste de S. Pedro em Lila, cargo em direção ao episcopado; administrador do bispado de Arras (março de 1453); a 30 de abril passava para a sé episcopal de Lisboa com as mesmas funções³¹; e em setembro de 1456, o papa Calisto III promoveu-o a cardeal-diácono de Sto. Eustáquio; em junho de 1457, foi-lhe dado o bispado de Pafos, no reino de Chipre, depois do casamento (em 1456) do irmão João com Carlota de Lusignan; e recebeu o chapéu cardinalício em Roma a 2 de dezembro, tendo assistido em 1458 ao conclave que elegeu o pontífice Pio II. Faleceu em Florença, em agosto de 1459, com a idade de 25 anos, onde foi sepultado, a seu pedido, na basílica de S. Miniato da ordem dos Olivetanos. Ainda hoje é aí possível admirar na nave esquerda a sua capela e mausoléu, concluídos em 1466 e em grande parte financiados pela duquesa³². Vespasiano da

²⁸ Foi obrigado a exilar-se em Castela pouco antes de Alfarrobeira por reunir no Alentejo armas e homens para o exército de seu pai, que estava a preparar-se para o confronto com o exército real.

²⁹ RUI DE PINA, 1977: cap. CXXIV, p. 750.

³⁰ RAMOS, 2007: 254 (linhas 32 e ss.), 268 (linhas 225 e ss.).

³¹ DINIS, 1970: t. XI, n.º 188-191, pp. 259-265.

³² Vd. ATANÁSIO, 1982.

Bisticci foi o seu primeiro biógrafo, dedicando-lhe algumas páginas no seu livro *Vite di uomini illustri del sec. XV*³³.

D. João (1437-1457)

Não participou na batalha de Alfarrobeira, pois nessa altura (é uma das novidades das orações) era uma criança de 12 anos de idade. Não obstante, foi igualmente privado da herança paterna, ato que indignou o embaixador. A mãe conseguiu mandá-lo para Castela às escondidas³⁴; e daí foi enviado pelo Condestável para a corte da Borgonha, talvez na companhia da irmã D. Beatriz, pois é certo que chegaram acompanhados a Bruges (26 de novembro de 1449). A duquesa chegou a pedir ao rei da Inglaterra, Henrique VI, a sua admissão na corte, mas não viria a concretizar-se por enveredar pela carreira militar e política ao serviço do duque. Foi feito cavaleiro pela mão de Filipe, o Bom, em junho de 1452 e logo se envolveu nas suas conquistas militares. Os duques planearam o seu casamento com Carlota da Lusignan (da dinastia francesa dos Lusignan, que reinava em Chipre; é um casamento que se insere no projeto de cruzada dos duques), após o fracasso do projeto de casamento entre Carlota e D. Fernando, irmão de Afonso V. Partiu para a ilha de Chipre após o capítulo do Tosão de Ouro³⁵, em que foi feito cavaleiro da ordem (maio de 1456), a fim de desposar Carlota, não sem antes agradecer ao duque os benefícios e honras que dele recebeu. Na corte de Chipre, que vivia um clima de intriga movido pela sua sogra Helena Paleólogo, princesa grega, pretendeu restabelecer a ordem, depondo os partidários da rainha, e instaurou o rito latino na Igreja. Porém, no verão de 1457, adoeceu e morreu de súbito, o que fez supor a possibilidade de envenenamento por parte dos partidários de Helena. Foi o primeiro dos sobrinhos exilados a falecer prematuramente; dentro em pouco perecerá D. Jaime (1459) e D. Beatriz (1462), sem que nenhum atinja a idade de 30 anos.

D. Beatriz (†1462)

Quando chegou a Bruges, nos finais de novembro de 1449, na companhia do irmão João, vinha acompanhada de algumas aias, tendo passado a viver à sombra da tia³⁶. Em maio de 1453, foi dada em casamento a Adolfo de Clèves, senhor de Ravenstein e sobrinho do duque Filipe, tendo os esponsais sido pagos pela duquesa. Após o casamento, Beatriz continuou a viver na companhia da tia,

³³ BISTICCI, 1970: I, 193-199.

³⁴ SILVEIRA, 1944: 217.

³⁵ A insigne ordem do *Tosão de Ouro* foi instituída a 11 de janeiro de 1430 em honra da duquesa D. Isabel. Era uma ordem honorífica, tal como a de Jarreteira (Garter), instituída por Eduardo III de Inglaterra (1350), na qual foram investidos D. Pedro e o conde de Avranches.

³⁶ SOMMÉ, 1998: 79.

participando em todos os grandes eventos da corte. Foi descrita como uma mulher tomada de devoção e praticando uma ascese rigorosa numa corte mundana e cheia de vaidades. Morreu em fevereiro de 1462, talvez envenenada, deixando dois filhos, os quais beneficiaram da proteção de D. Isabel, que os acolheu no castelo de Motte-au-Bois³⁷.

D. Pedro Condestável (1429-1466)

Primogénito do duque de Coimbra, não participou na batalha de Alfarrobeira, pois nessa altura andava homiziado em Castela, nem se recolheu à corte da Borgonha com seus irmãos. Preferiu permanecer na corte de D. João II, onde é possível que o deão de Vergy o tenha encontrado na sua viagem terrestre de regresso à Borgonha via Castela. Tal como os restantes irmãos, não foi esquecido pela tia. D. Isabel rejubilou quando soube que a coroa de Aragão, cujo trono se encontrava vago, lhe fora oferecida, como principal herdeiro dos direitos do conde de Urgel, seu avô materno. Elaborou, então, um projeto de casamento entre D. Pedro e Margarida de Iorque, pois pretendia uma aliança matrimonial entre Inglaterra e Portugal. Quando trabalhava neste intento, tomou conhecimento do falecimento do sobrinho em junho de 1466. D. Pedro legara em testamento a seu irmão D. João os direitos da coroa de Aragão. D. Isabel interveio em seu favor, reclamando a execução do testamento junto do Conselho de Barcelona, pedido que não foi atendido³⁸.

EM CONCLUSÃO

O conflito de Alfarrobeira, que teve o desfecho infeliz da morte de D. Pedro e prisão de D. Jaime, seu filho, teve como antecedentes a animosidade que o ex-regente conseguira de seus inimigos políticos com a tomada da regência *in solido* e a permanência nela depois de o rei ter feito 14 anos; e agravara-se com a saída do ex-regente da corte. Viria a ser punido severamente, ele, seus filhos e partidários, não havendo antecedentes tão duros na casa real de Portugal, facto que teria ampla repercussão nacional e internacional.

Entre as pessoas que mais lutaram pela reabilitação dos vencidos, conta-se, não D. Henrique, que até lucrou com a desgraça alheia, ao receber o mestrado de Avis, que fora do Condestável D. Pedro (nessa altura o infante D. João [†1442], aliado incondicional de D. Pedro, já não vivia), mas sim a irmã e tia amistosa, D. Isabel da Borgonha, a qual, ainda que vivendo longe, sempre se mantivera próxima da sua família de Avis.

³⁷ CORTEZ, 1955: 13-18; PAVIOT, 1995: 49; SOMMÉ, 1998: 84-87.

³⁸ SOMMÉ, 1998: 88-89. Para mais informações relativas à sua vida e obra, vd. CONDESTÁVEL D. PEDRO, 1975; FONSECA, 1982: 51-112.

Imediatamente enviou uma delegação a Portugal (pois possuía abundantes recursos), liderada por Jean Jouffroy, o qual lutou encarniçadamente na corte portuguesa, em Évora, durante mais de dois meses, pela reabilitação dos vencidos e pela devolução de seus bens. Mas como a corte de Portugal, dominada pelos Braganças, poucas concessões lhe fizesse (mas formulou a promessa de que, logo que passasse o perigo de guerra civil, os favores solicitados seriam pouco a pouco satisfeitos, como de facto veio a acontecer), ela acolheu na Flandres seus sobrinhos e projetou-os para carreiras internacionais.

BIBLIOGRAFIA

- ATANÁSIO, Manuel Cardoso Mendes (1982). *A arte em Florença no século XV e a capela do Cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BISTICCI, Vespasiano da (1970-1976). *Le vite*. Florença: Instituto Nazionale di Studi sul Rinascimento. 2 vols.
- CONDESTÁVEL D. PEDRO (1975). *Obras Completas do Condestável D. Pedro de Portugal*. Ed. de Luís Adão da Fonseca. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORTEZ, José (1955). *Infantes de Avis retratados por Van der Weyden? IV Dona Beatriz*. «Belas Artes». 2.ª Série. 8, 13-18.
- DINIS, A. J. Dias (1969-1974). *Monumenta Henricina*. Lisboa; Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, tomos X, XI, XII.
- FONSECA, Luís Adão da (1982). *O Condestável D. Pedro de Portugal, a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto.
- GONÇALVES, José Júlio (1955). *O Infante D. Pedro, as sete partidas e a génese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- MÄRTL, Claudia (1996). *Kardinal Jean Jouffroy (†1473), Leben und werk*. Sigmaringen: Thorbecke.
- MORENO, Humberto Baquero (1969). *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*. «Arquivos do Centro Cultural Português». I, 53-79.
- MORENO, Humberto Baquero (1979). *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- PAVIOT, Jacques (1995). *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisboa: Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- RAMOS, Manuel Francisco (2007). *Orationes de Jean Jouffroy em favor do infante D. Pedro (1449-1450): Retórica e Humanismo Cívico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- RUI DE PINA (1977). *Cronica do Senhor Rey D. Affonso V*. In RUI DE PINA. *Crónicas*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, pp. 577-881.
- SILVEIRA, Luís (1944). *Panegírico do Infante D. Pedro*. «Revista Ocidente». XXIV:79, 205-217.
- SOMMÉ, Monique (1998). *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XV^e siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion.
- VASCONCELOS, Joaquim de (1897a). *Voyage de Jehan Van-Eyck, 1428-1430 / Viaje de Juan Van-Eyck, 1428-1430*. «Revista de Guimarães». 14:1, 5-45.

- VASCONCELOS, Joaquim de (1897b). *Voyage de Jehan Van-Eyck, 1428-1430 / Viaje de Juan Van-Eyck, 1428-1430*. «Revista de Guimarães. 14:4, 145-160.
- VISCONDE DE SANTARÉM (1866). *Quadro Elementar*. Lisboa: Imprensa da Academia Real das Sciencias, vol. X.
- VITERBO, F. M. Sousa (1905). *D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha*. «Archivo Historico Portuguez». 3, 81-106.
- WAVRIN, Jean de (1863). *Anchiennes cronicques d'Angleterre*. Paris: Société de l'Histoire de France, 6.^a p., liv. VI, vol. III.

RECENSÕES

RIEHLE, ALEXANDER, ED. (2020). *A COMPANION TO BYZANTINE EPISTOLOGRAPHY*. LEIDEN; BOSTON: BRILL. XII + 531 PP. ISBN 978-90-04-41369-6

RUI CARLOS FONSECA*

«O que é uma carta?» Esta é a pergunta que serve de mote ao presente volume. Uma carta pode ser definida em função dos seus suportes materiais, da sua função comunicativa e das suas características formais. Consolidando-se por meio de um conjunto de elementos estruturais padronizados, o género da ἐπιστολή («epístola») acabou por alcançar estatuto próprio no final da época clássica. A carta bizantina envolve, porém, formas e funções diversificadas: além de servir como meio prático de comunicação, assume também uma dimensão fictícia. Na verdade, devido ao seu processo de 'literalização', nos séculos IV e III a. C. a carta é adoptada e adaptada por elites cultas, que a usam para fins políticos, filosóficos, pedagógicos, de interesse público e de âmbito privado (pp. 3-4). Ao longo da sua evolução histórica, a epístola bizantina representa, portanto, um género híbrido, que integra diferentes tipos de estilo, adequa registos de língua a cada ocasião e se expande a vários territórios do Império, não se restringindo a Constantinopla. Estas são algumas das problemáticas discutidas na Introdução, *Byzantine Epistolography: a Historical and Historiographical Sketch* (pp. 1-30), a cargo de Riehle. Os 17 estudos reunidos na presente colectânea estão organizados em quatro partes temáticas e incidem, por regra, na epistolografia bizantina datada entre os séculos VII e XV.

A Parte 1, *Contexts for Byzantine Epistolography*, integra os três primeiros capítulos. Bauer (pp. 33-67) começa por definir carta como uma peça de comunicação escrita (p. 33), distingue carta real de epístola literária, salientando a transição de uma para a outra, e traça a história da carta na Antiguidade sob uma perspectiva diacrónica, com exemplos extraídos de obras gregas, latinas e cristãs. Nas tragédias de Eurípides, por exemplo, as cartas são usadas entre elementos da mesma família, ora causando desgraças (Agamémnon sacrifica a filha Ifigénia, Fedra acusa o enteado Hipólito de a ter seduzido), ora proporcionando um reencontro feliz (entre os irmãos Ifigénia e Orestes). Bauer considera também a prolixa discussão teórica, com os seus começos prováveis no período helenístico, sobre as normas que norteiam a forma, o conteúdo, o estilo, a natureza e a função das cartas. Tannous (pp. 68-91) apresenta várias obras, colecções e autores de cartas sírias da Antiguidade tardia e Idade Média. Trata-se de um campo de estudos inexplorado até ao momento, como se lê na conclusão deste capítulo, que aguarda ainda por uma investigação mais atenta e minuciosa, pois os estudos literários em torno deste assunto são ainda inexistentes (p. 84). As comparações com os gregos são frequentes, assim como as temáticas filosóficas e de exegese bíblica

* Universidade da Madeira; Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Email: rui.fonseca@staff.uma.pt. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.
DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15r1>.

(e.g., a referência à Virgem Maria, Mãe de Deus). Wahlgren-Smith (pp. 92-122) parte do contributo de Giles Constable, que dividiu o género da epistolografia latina medieval em quatro grandes eras: Antiguidade Tardia, Idade Carolíngia, Séculos XI e XII e, por último, Idade Média Tardia e Renascimento. Este estudo aborda extensivamente as colecções de cartas no Ocidente latino datadas dos séculos XI e XII, considerados a grande Idade de Ouro da epistolografia ocidental (pp. 94-110). As épocas seguintes têm um desenvolvimento mais modesto, muito devido ao facto de a epistolografia ter perdido, nessa altura, muito da sua força enquanto um dos maiores géneros literários (pp. 110-112).

Formam a Parte 2, *Byzantine Letter-Writers in Context*, os capítulos 4 e 5, cada um dedicado às cartas de um autor específico, Miguel Pselo (Bernard, pp. 125-145) e Demétrio Cidónio (Leonte, pp. 146-173). Ambos são figuras importantes de Bizâncio e da literatura bizantina, o primeiro tendo vivido no século XI, o segundo, no século XIV. O *corpus* epistolar de Pselo é vasto e heterogéneo, espelha muitos aspectos culturais da sociedade da época, mostra uma rede alargada de relações pessoais e profissionais, ao mesmo tempo que o caracteriza uma grande diversidade de registos e assuntos. As suas cartas não foram reunidas numa colectânea pelo próprio autor, mas antes escritas individualmente, consoante cada situação específica, o que explica as discrepâncias que se podem encontrar nelas, quando lidas como partes de um volume colectivo. Pselo corresponde-se com pessoas de todos os estatutos sociais, desde funcionários, clérigos, aristocratas e até o próprio imperador; muitas das suas cartas são dirigidas a amigos (*philia* epistolar) e servem para expressar as suas opiniões sobre filosofia e demons-

trar o seu engenho retórico. Demétrio é autor de uma das mais extensas colecções de epistolografia bizantina, contando com 450 cartas, escritas ao longo de 40 anos. Este material situa-se na «intersecção entre política e literatura», como é realçado na introdução do quinto capítulo, e espelha muitos dos assuntos e valores das elites dominantes na segunda metade do século XIV bizantino (p. 146). As suas cartas evidenciam propósitos pessoais, políticos e teológicos: Demétrio solicita protecção de figuras influentes; recomenda certas pessoas para desempenharem cargos ou tarefas; faz o elogio do seu destinatário; envia presentes, relatórios, textos para leitura pública; ou pretende simplesmente manter-se em contacto com amigos e conhecidos (p. 150). Tanto para Pselo como para Demétrio, a carta constitui um instrumento vital para criar e manter relações sociais.

A Parte 3, sob o título *Forms and Functions of Byzantine Epistolography*, constitui o núcleo deste volume, onde se situam os capítulos 6 a 15. O objectivo desta longa secção temática, conforme anunciado por Riehle, «is to provide a kaleidoscopic view of the great variety of different forms Byzantine letters could take on and purposes they could serve» (p. 21). Assim, desenvolve-se aqui uma abordagem comparativa e multidisciplinar, que envolve inter-relações com diversas áreas da realidade social bizantina: a Retórica (Kotzabassi, pp. 177-199), a Diplomacia (Beihammer, pp. 200-226), a Didáctica (Leonte, pp. 227-254) e a Filosofia (Manolova, pp. 255-278). O discurso epistolar tem uma longa tradição na literatura grega, que continua durante o período bizantino. A carta antiga possui uma componente retórica muito forte, visto que os exemplares que sobreviveram não se encontram redigidos dum modo espontâneo, antes num estilo elaborado,

que procura aliar o discurso oral e as regras formais da retórica (p. 177), a ponto de a linguagem e o estilo utilizados originarem amiúde comentários críticos, da admiração à censura, entre os epistológrafos bizantinos. Muitas vezes, as classificações modernas nem sempre servem para delimitar com eficácia as fronteiras entre os géneros antigos. Nesse sentido, a carta bizantina não se distingue facilmente de outros documentos legislativos, oficiais e de cartulários, como é o caso das cartas diplomáticas escritas por imperadores a governantes estrangeiros ou a membros de dinastias estrangeiras, com maior ou menor grau de formalidade. Este tipo de missivas, repletas de fórmulas lisonjeiras e declarações ideológicas de concórdia e mútuo entendimento entre Estados, permite concluir que os negócios diplomáticos imperiais se baseavam em larga medida em interações pessoais, confidências e comunicação oral (p. 204). As cartas servem igualmente para transmitir instruções, pelo que se contam entre os meios de escrita didáctica bizantina, ainda que não entre os mais conhecidos ou utilizados. Apesar disso, estreitam as relações entre professores e alunos, e levam conselhos, do foro privado ou público, a pessoas que se encontram geograficamente distantes do remetente. Leonte analisa três categorias temáticas — cartas de conteúdo didáctico espiritual, técnico e político-moral —, reconhecendo, porém, não se tratar de grupos estanques, podendo haver sobreposições. Tanto a epistolografia didáctica como a epistolografia filosófica do período bizantino são áreas pouco estudadas hoje em dia. A pouca atenção que se tem prestado aos ensaios filosóficos em forma epistolar prende-se antes de mais com os problemas em definir-se Filosofia com base no contexto intelectual, cultural e social de Bizâncio. Cartas

em que se desenvolve o tópico literário da amizade favorecem discussões alargadas de doutrinas filosóficas, como é o caso da correspondência de Nicéforo Grégoras, analisada por Manolova.

A amizade é precisamente o tema em discussão no capítulo 10 (pp. 279-306) a propósito da cultura epistolar. A amizade autoriza e assegura muita da produção epistolográfica bizantina, na medida em que uma das funções principais da carta é a importância que tem para amigos que se acham separados pela distância. Por isso, escrever para os amigos representa uma luta contra a ausência e a falta de comunicação presencial. Bourbounhakis procura clarificar as razões que levaram a que amizade e escrita epistolar se tenham tornado tão estreitamente ligadas em Bizâncio. Por outro lado, Bernard (pp. 307-332) debruça-se sobre as questões práticas da comunicação: a carta como meio pelo qual um remetente transmite uma mensagem a um receptor. Mas a comunicação epistolar, a troca de correspondência, envolve muitos outros factores além da componente escrita; o portador da mensagem, os rituais performativos (gestos e outros sinais não verbais), o contexto social, as normas éticas e comportamentais desempenham um papel de não menor importância. Bernard serve-se da expressão «intimidade pública» cunhada por Margaret Mullett, para sublinhar a tensão inerente às cartas bizantinas: pertencem ao foro íntimo, à relação privada de duas pessoas, ao mesmo tempo que são destinadas a leitura pública, por exemplo, nos *theatra*, os salões literários frequentados pela classe de eruditos de Bizâncio (p. 319). No capítulo 12, Papaioannou (pp. 333-352) parte justamente da premissa de que o género da epístola bizantina, na sua longa tradição retórica e literária, pertence à elite instruída

e culta da sociedade. O seu estudo desenvolve-se em torno do «eu» epistolográfico; declara-se que «Self-centeredness was indeed a seminal feature of letter-writing», embora se reconheça que a epistolografia bizantina não era um género centrado exclusivamente no «eu» (p. 335). Neste capítulo 12, o campo de análise para esta questão estende-se a tipos de subjectividade encontrados na epistolografia bíblica e literária, tocando ainda tipos de emoção que produzem o efeito autobiográfico pretendido na escrita epistolar entre os Bizantinos.

Os capítulos 13 a 15 desta terceira parte do volume abordam a prática epistolar a partir de diferentes cenários e usos bizantinos: nos *theatra* (Gaul, pp. 353-373), na arte (Hilsdale, pp. 374-402) e na literatura (Cupane, pp. 403-427). Os salões literários em Bizâncio proporcionavam a realização de recitais ou de competições teatrais e performativas perante uma audiência, que podia ser formada tanto por grupos de amigos como pelo próprio imperador. A carta era uma das composições retóricas frequentes em tais ambientes. Gaul traça sumariamente a história destes *theatra*, destacando primeiro as suas características retóricas e depois a dimensão performativa e as relações de patronato. Nestes círculos literários, conclui Gaul (p. 368), «the letter was expected to transmit — in addition to gifts and the intellectual joy of solving rhetorical puzzles — the absent author's voice, character, and soul, with Byzantine epistolographers purposely blurring the line between the author's and the reader's voice, depending on the specific context». Além dos salões com os seus recitais, também as representações visuais que formam a arte bizantina ajudam a avaliar o papel e a importância das cartas em Bizâncio. Hilsdale começa por se referir a um dos painéis da Catedral de Santa Sofia

em Constantinopla, e analisa depois outras representações pictóricas de cartas, em particular os momentos da entrega de cartas, contidas em três manuscritos: uma obra historiográfica (*Synopsis historiarum* de João Escilitzes), um romance (*O Romance de Alexandre*) e um texto de poesia em vernáculo (*Epitalâmio* Vaticano). Os exemplares seleccionados, únicos em cada género, mostram a «força metonímica da carta» na representação pictórica bizantina, pois a carta, entendida enquanto extensão da pessoa que escreve, substitui literalmente a figura do remetente (p. 399). As cartas figuram também em narrativas de ficção; empregando a primeira pessoa e o tempo presente, criam a aparência de autenticidade e de testemunho directo das experiências vividas nelas relatadas (p. 403). Assim, partindo da tradição da Antiguidade Clássica, Cupane percorre exemplos de cartas que podem ser lidas em obras da historiografia bizantina, bem como n' *O Romance de Alexandre*, nos romances eruditos do período comneno, na epopeia-romance *Digenis Akritas* e nos romances em vernáculo do período paleólogo, destacando a pluralidade de funções desempenhadas pela epístola nestes textos de ficção literária.

A Parte 4 intitula-se *Byzantine Epistolography and (Post-)Modern Theory* e nela estão reunidos os últimos capítulos da presente colectânea. Preiser-Kapeller (pp. 431-465) estuda a epistolografia bizantina sob a perspectiva da análise em rede («Network Analysis»), recorrendo a uma base de dados quantitativos para mapear as relações existentes numa colecção de cartas bizantinas, em diálogo muito próximo com o estudo pioneiro de Margaret Mullett, que apresenta uma orientação mais qualitativa. Localidades, cartas, indivíduos, amigos e inimigos são alguns dos

parâmetros considerados nesta abordagem, cujos dados podem ser consultados em várias tabelas e gráficos ao longo do capítulo. Preiser-Kapeller acaba por sublinhar o contributo desta abordagem relacional, que permite reconstruir a inserção de um autor no mundo social do seu tempo, bem como o uso e a influência da sua rede de relações. Riehle (pp. 466-501) encerra o volume com um ensaio dedicado à Nova Filologia, entendida primeiro em termos gerais e teóricos, depois aplicada aos estudos bizantinos e, por fim, ao campo mais específico da epistolografia bizantina. Neste último caso, Riehle problematiza os possíveis contributos da Nova Filologia para o trabalho de edição e interpretação textuais. O volume encerra com índices bastante úteis para a consulta do material aqui reunido: após a bibliografia geral, que complementa a bibliografia de cada capítulo individual (pp. 503-511), são apresentados um índice geral (pp. 512-526), um índice de termos gregos (pp. 527-529), o índice de manuscritos (p. 530) e o índice de papiros (p. 531).

Escreve Leonte, no capítulo 8, que a epistolografia bizantina constitui um género proteico, que abrange textos de vários tópicos e dimensões, desde notas muito breves a composições extensas (p. 249). A presente colectânea de ensaios ilustra precisamente a heterogeneidade do género epistolar entre os Bizantinos, bem como esse seu carácter proteico. Os especialistas aqui reunidos, muito longe de esgotarem o âmbito do assunto que desenvolvem, sublinham a necessidade de um maior investimento nestas matérias e abrem caminho para investigações futuras. Nessa medida, este volume não abrange todos os aspectos relativos à prática da escrita epistolar bizantina, nem persegue esse objectivo, como vem anunciado na Introdução onde também se lê que se procurou apresentar um guia ecléctico, que pudesse orientar, suscitar questões e inspirar (p. 21). Esta publicação tem, portanto, o mérito de explorar uma área pouco estudada da literatura bizantina, mas, como fica aqui demonstrado, com potencialidades muito sólidas de investigação.

MATOS, VIOLANTE SARAMAGO (2022). *DE MEMÓRIAS NOS FAZEMOS*. LISBOA: EDIÇÕES ESGOTADAS. 132 PP. ISBN 978-989-9092-25-9

JOAQUIM PINHEIRO*

Em tom confessional e íntimo, este livro estabelece um diálogo, sobretudo interior, entre filha e pai. Percorrer os 46 pequenos textos, divididos em duas partes (*De memórias nos fazemos* e *E de livros também*), a que se junta, no final, uma pequena parte

intitulada *Empurrões*, é para o leitor um exercício fascinante, pois quase nos sentimos à mesa a participar numa conversa entre filha e pai, com os livros permeio. Para me dedicar sobretudo à primeira parte, realço que na segunda parte (*E de*

* Universidade da Madeira; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra. <https://orcid.org/0000-0002-5425-9865>.

DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15r2>.

livros também) os livros em que mergulha (ver texto *Mergulhos*), e que nos convidam para uma imersão, são os seguintes: *O ano da morte de Ricardo Reis*, *Todos os nomes*, *Memorial do Convento*, *O ano de 1993*, *A jançada de pedra*, *A caverna*. No final desta parte, elenca uma série de personagens ou situações que migram de um texto para outro, quase parecendo que Saramago trabalhava ao mesmo tempo nas suas narrativas, o que nos dá uma noção de totalidade. É de salientar um olhar partilhar da A. para as personagens secundárias ou mesmo para pormenores (espaços ou objetos) que a lançam numa viagem de memórias.

Por meio destes textos, Violante Saramago Matos abre-nos, de facto, a possibilidade de conhecer um pouco mais ou de tocar perspetivas do homem e da obra talvez menos notadas. Ao mesmo tempo, os textos têm um valor de narrativa auto/heterobiográfica, entre passado e presente, numa reflexão que o próprio tempo da pandemia ajudou a maturar. A escrita deste livro revela, também, uma natural inclinação para a participação cívica, de intervenção ativa ou de reflexão sobre a existência humana. Eu e os outros. Nós e os outros. Nós e a observação discreta do meio envolvente.

Este exercício de memórias ímpar lega — penso que a Autora tem essa perceção — um documento que os saramaguianos não podem ignorar. O olhar da filha do escritor, pejado de emoção e de autorreflexão, carrega uma experiência pessoal que não nos é indiferente. Somos todos leitores, mas Violante Saramago Matos é, definitivamente, uma leitora diferente. Dessa dimensão singular tem consciência quando escreve: «Não nego que o leio com um olhar diferente, porque estão ali coisas que vivi, que sei, que acompanhei. [...] Está tanta vida.» (p. 47), referindo-se ao livro *As pequenas memórias*.

O binómio parecer-ser é outro *topos* muito presente neste livro; o que somos: um nome ou o que transportamos dentro de nós? O livro *Todos os nomes* ajuda-nos a decifrar esta questão, tal como o *Ensaio sobre a cegueira*, uma obra que também dedica à sua filha e que é o livro de cabeça de Violante. Mais à frente, explora a ideia de que temos dentro de nós outra pessoa. Chegar a ela é a essência do conhecimento interpessoal, pois somos bem mais do que um nome. De igual modo, os livros têm dentro pessoas que importa compreender no seu contexto.

Um bom exemplo de como realidade e ficção se cruzam é a referência, recorrente, a cães, animais presentes na vida do Autor a partir de certa altura. O cão uivou na morte do dono, tal como o Cão das lágrimas no *Ensaio sobre a lucidez*, quando a dona foi assassinada. Por conseguinte, esse uivo soa a um alerta para nos levantarmos, para nos erguermos perante o desmoronar de valores e princípios.

Um livro de memórias é, quase sempre, uma busca de explicações, causas e motivos para as nossas opções. Assim parece ter sido o caso da opção por escrever para crianças, a partir de *A maior flor do mundo*; de facto, a simplicidade das palavras que dirigimos às crianças esconde uma profundidade muito útil para os adultos; a flor, dedicada ao pai, mantém-se tão viçosa quanto a saudade, nutrida por sonhos que brotam ao ritmo do questionamento interior que continua por responder. A vida sem respostas é complexa, mas pior seria sem perguntas que nos alimentam a caminhada.

Estes fragmentos de memória apresentam, ainda, a figura do Pai educador pelas suas palavras (poucas), pelos livros que oferece e por aquilo que apenas revela de forma quase codificada ou por mensagem subtil a partir da observação: o que pode um espe-

lho fazer por nós? O que projeta ou o que nos pode revelar? Muito e pouco, depende se sabemos interpretar a duplicação. Muitas vezes, como narra, a filha só compreendeu a mensagem passado algum tempo.

Tal como na obra de Saramago, é recorrente nos textos coligidos pela A., sem uma ordem cronológica, o tema da existência humana: quem somos? Como reunir forças para nos levantarmos? *Levantado do Chão*, livro que fica no mundo, como os filhos, dedicado a Violante, é um bom exemplo desse movimento. Um livro muito atual, pois, como Sísifo, continuamos a tentar colocar a pedra no topo da montanha, sem desistir.

Este é um livro feito de vivências que se partilham, de memórias que se mantêm, por direito próprio, reservadas, até porque dos livros ressoam sempre as presenças e as ausências. A A. a elas tem pleno direito, como é natural e como escreve «ainda falámos sobre isto... ficou entre nós até hoje» (p. 23). A morte quebra, cria fluxos nas relações ou intermitências, com intensidades diferenciadas, interrompe conversas que ficaram por concluir, mas nunca nos leva tudo. A vida ou a memória dos que ficam ou dos que vão ficando, refazem-se, quais ondas do mar, num turbilhão de emoções, que nos alimenta o desejo de continuar a refazer. Este título até merece ser reescrito, permita-me a A., para «de memórias nos refazemos», tal é quantidade de vezes que enuncia o voltar a fazer, o repetir, o retornar. Refaz-se entre casas, em Estocolmo ou em Lanzarote. A mesma pessoa, em diferentes espaços, num processo de reconstrução, a lembrar o tema de *O homem duplicado*. Descreve-nos a vida por meio de diversos momentos e espaços: a praia, as casas, a escolha do curso, a vida familiar, a separação, Caxias (1973), Lisboa, Funchal, Lanzarote, Estocolmo, entre outros. Avanços, recuos, muitos refluxos,

a mesma pessoa feita de matéria distinta porque colhe e entrega.

Alguns destes fragmentos de memórias denotam uma complexidade natural: ser filha de um grande, de um escritor que é lido em dezenas de línguas, estudado em muitas universidades e que continua a cativar novos leitores representa uma grande responsabilidade e, sobretudo, uma marca indelével do caminho, nem sempre fácil. Manifesta a A. a sua vontade em ser Violante, mas como autonomizar essa identidade? Como esquecer Saramago ou Matos? Como equilibrar estas naturezas? Nem sempre em paralelo, recorda-se outra fonte de grandeza: a mãe. A que soube estar muitas vezes na retaguarda, nos seus silêncios. Entre literatura e arte, entre palavras e afetos, assim se foi modelando a personalidade da A. Por isso, afirma e enfatiza o plural: sou filha de gente grande. Tudo isto nos leva a uma breve frase de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, em que Saramago escreve: «vivem em nós inúmeros». Esse convívio com a multiplicidade que somos é muitas vezes tenso, não tem fronteiras definidas e cria uma dialética entre o que somos, o que não sabemos que somos e o que os outros pensam que somos.

Entre silêncios preenchidos por conversas intermináveis de palavras que se manifestam por um olhar, há um gesto, um toque. Talvez por isso, por a palavra não ser usada de forma banal, ficaram gravadas algumas frases, como epígrafias que se alojam na memória e que nos exigem descodificação, que perduram em peças de cerâmica. Tal como as palavras, também os espaços geram comoção. Assim sucede nos regressos à Azinhaga. Lá mora um tempo que se quer eterno, tanto na saudade, como na esperança de algo melhor. Ou espaço que gera um ensinamento, como o episódio do rio Almonda que pôs fim a um projeto de namoro.

«Voltar é sentir um coração que sangra» (p. 41), que não cessa de sangrar, mas que se emociona ao sofrer. Neste livro, repete-se este árduo convívio com a ausência ou com o afastamento. Não se escondem as diferenças e as incompreensões, tão profundas que ajudaram a valorizar a reaproximação. Cada um sem desistir de ser o que é, mas a tentar compreender o outro, sem o anular.

Por fim, socorremo-nos novamente do livro *O Ano da Morte de Ricardo Reis*: «um

pai nunca sabe para o que cria uma filha». Não sabemos se Saramago alguma vez imaginou que a filha escrevesse um livro tão confessional e autobiográfico. Se o pudesse ler, acreditamos que o criticaria ao seu estilo, mas certamente que permitiria essa liberdade de expressão e de sentir, o que corre por dentro, entre coragem e sofrimento. Talvez repetisse as breves palavras de 2012: «Em suma, estou contente». E nós, leitores, agradecemos este bordado de palavras!

PULEO, ALICIA H., ED. (2020). *SER FEMINISTAS. PENSAMIENTO Y ACCIÓN*. ILUSTRAÇÕES DE VERÓNICA PERALES. MADRID: EDICIONES CÁTEDRA. (FEMINISMOS 30 AÑOS)

ANNE MARTINA EMONTS*

O volume *Ser Feministas*, editado por Alicia Puleo, comemora e celebra o trigésimo aniversário da Coleção *Feminismos*, e reúne, em forma de dicionário o trabalho de 43 autores e autoras, um prólogo da editora e 41 entradas. A estética edição de cor violeta foi ilustrada por Verónica Perales, que introduz através dos seus desenhos uma reflexão antropológica a respeito do significado da metáfora-chave dos seus desenhos: o cabelo.

O *continuum* feminista, assim afirma a editora, é salvaguardo pela intenção de pôr à disposição do público de hoje um *corpus* de teoria feminista clássica e, simultaneamente, um *corpus* contemporâneo. Ou seja: para além da apresentação de conceitos consagrados da história dos feminismos, como por exemplo «Androcen-trismo», «Brecha Salarial», «Género» ou

«Violencia contra las Mujeres», devidamente acompanhados por uma breve bibliografia clássica e atualizada, encontram-se entradas que procuram fazer jus aos desenvolvimentos mais recentes dos feminismos: «Brecha digital», «Emergencia climática», «Empoderamento» ou «Mansplaining», igualmente acompanhadas por pistas bibliográficas recentes.

A obra integra também biografias e fotografias dos/das autores/as. Os desenhos de Verónica Perales ultrapassam a propriedade de meras ilustrações: tornam-se — para além de fazerem do contacto com o livro uma experiência estética — um necessário complemento aos pensamentos feministas representados no presente volume.

Dispomos, desta forma, de uma há muito desejada continuação modernizada

* CECC-UCP Lisboa/UMa.

DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15r3>.

do trabalho científico implicado na edição do *Dicionário de Crítica Feminista* de 2005 organizado por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral. O que move os/as autores/as é revelado pela editora no seu prólogo: «La energia de las voces de miles de mujeres de diferentes edades, orígenes y

épocas nos une y enorgullece y, lo que es aún más importante, nos llama a proseguir nuestro camino emancipatorio». Os/as autores/as conseguem, então, «decir mucho em poucas líneas» — que, em boa verdade, é o fundamental perante a necessidade de conciliar o pensamento com a ação.

LAGE, MARIA OTÍLIA PEREIRA; LAGE, DIANA MARIA PEREIRA BESSA (2016). *DUAS VEZES ÁGUA*. ILUSTRAÇÕES DE HELDER CARVALHO. PORTO: [S.N.]

FRANCISCO TOPA*

De há umas décadas a esta parte vem-se institucionalizando o reconhecimento do potencial criativo das crianças, sobretudo ao nível das artes plásticas. Para além da prática de muitos pais de guardarem desenhos e outros trabalhos plásticos dos seus filhos — recolha muitas vezes devolvida (e esquecida) quando estes atingem a condição adulta —, tem havido esporadicamente experiências que vão mais longe: refiro-me sobretudo à exposição de trabalhos fora do contexto escolar, acompanhada de debates. Algo de semelhante vem acontecendo com textos escritos (ou ditos) por crianças: há pais que guardam registos dos filhos em que reconhecem uma originalidade ou um fulgor inesperado; há educadores de infância e professores dos primeiros níveis de escolaridade que fazem o mesmo e que chegam a publicar recolhas com esses trabalhos. Em Portugal, tem-se destacado o Instituto Piaget, que lançou em 1989 um concurso poético que, entretanto, deu origem a uma longa série de volumes do *Cancioneiro infanto-juvenil para a língua portuguesa*. Mas, se poucos ficarão indife-

rentes perante algumas das «pérolas» que aí se encontram e se todos reconhecemos a importância de tais práticas para a formação linguística e estética das crianças, a verdade é que o consenso desaparece quando se discute o estatuto poético de tais textos ou o estatuto artístico dos trabalhos plásticos atrás referidos. É que, embora os conceitos de poesia e de arte sejam um tanto flexíveis e variem de acordo com as épocas e com as crenças individuais, a importância que se atribui à consciência criadora ou à consciência experimental quase sempre deixa de fora os trabalhos infantis.

Vem isto a propósito do interessante (e inovador) volume *Duas vezes água*, marcado desde o título por uma dualidade que é mais aparente do que efetiva. Como explica a primeira autora na *Dedicatória*, trata-se de um livro a duas mãos, escrito ao longo de quase 40 anos, num intenso diálogo poético-musical entre um adulto e uma criança, entre uma mãe (Otilia) e uma filha (Diana, nome cujo significado etimológico é usado como título do livro).

* Universidade do Porto/CITCEM. Email: ftopa@letras.up.pt.
DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15r4>.

Os poemas mais antigos da primeira autora foram redigidos quando ela tinha entre 23 e 26 anos, ao passo que os mais recentes datam dos seus 40 anos; já as composições da filha foram escritas (ou registadas) entre os seus 5 e os 12 anos. Não há uma explicação clara sobre o processo de montagem do livro, mas fica a ideia de que a responsabilidade é da autora adulta que, no momento em que a filha cumpria também ela 40 anos (momento até há pouco tido como a transição para a meia-idade) decide oferecer-lhe um livro que é uma espécie de espelho em que ambas se podem ver como mãe e filha, mas também como parte de um todo que inclui as duas. O livro e o momento da sua conclusão são por isso, pelo menos no plano simbólico, uma etapa mais no ciclo da vida: aquela em que os papéis de mãe e filha estão agora invertidos ou em vias disso.

A água a que alude o título pode ter várias interpretações: metáfora da vida, lembra o líquido amniótico que envolve o embrião, mas pode representar também o fluir da existência e a sua transitoriedade. Além disso, *Duas vezes água* sugere a impossibilidade da separação das águas, isto é, a fusão das duas vozes de que se faz o livro. Ao longo de quatro momentos com designações provenientes do campo da música (*Abertura, Dueto, Rondó, Adágio Final*), sucedem-se os 1.º e 2.º andamento: começa a filha, seguindo-se o poema da mãe, que às vezes é uma réplica ou uma reinterpretação do dito/escrito inicial, outras vezes é uma espécie de variação que quase anula a diferença etária que caracteriza as duas autoras. A explicação mais clara surge no primeiro poema, intitulado «Abertura»: é em «dias, tardes quietas, instantes sem contar/ em que o acto de criar/ com desperdícios/ coisas lindas/ nos visita de improviso» que «fios que se

partem de memória,/ fragmentos já esquecidos; no céu pardo de nossa vida adulta,/ rebentam silenciosos como fogo de lágrimas, vagos azuis,/ a prolongar intensa a festa no momento/ da noite em que a maravilha/ se acaba». Por isso, ao pedido de um livro em que «vais escrever/ para mim/ a história da tua vida», responde, humilde, a autora mais velha: «Jogo para prender em ti minha atenção alheia/ de mui outros, muitas coisas, cheia». Noutros momentos, a modéstia chega à confissão de uma espécie de impotência: «Desculpa, filha/ esta minha gaguez escrevendo./ Constrangem-me as palavras/ nelas sinto que rebento/ vagas sem luz, sem cor e sem ruídos». De facto, também o leitor pode experimentar uma sensação semelhante face a uma estrofe como esta, que na sua aparente simplicidade recupera a essência da poesia e lembra o *Cântico dos cânticos*: «Os olhos da minha mãe/ são mais ardentes do que/ o sol ardente/ e mais doces do que/ a doçura do luar».

Apesar disso, como seria aliás de esperar, é a voz mais velha que se destaca, fruto de uma consciência e de uma capacidade de manipulação da linguagem que não está ao alcance da criança: «Vozes de crianças que as das mães/ abafam// segredos/ que nem devagarinho/ se consentem». Essa diferença traduz-se também numa visão do mundo a que a filha que pede um cão só pode chegar com a ajuda da mãe: «Buldogues, pastores Alemães, cães da Serra,/ lobos da Alsácia, caniches/ e todas as entradas de um dicionário de/ cães,/ todos tão parecidos com os donos/ desfilando à trela!». Do mesmo modo, a quebra inesperada do verso, o contraste entre o metro longo e o verso monossilábico ou a palavra inesperada (como «sossinhinha») revelam uma consciência poética que, diríamos, a criança não pode ter. Porém, logo a seguir,

lemos: «Eu tenho uma amiga/ no meio/ da minha vida» — e as nossas convicções vacilam. Sem a leitura prévia de Dante ou Drummond, a filha chegou ao mesmo meio; sem a leitura do Cícero do *De amicitia*, a menina atingiu uma funda conceção de amizade.

O resultado só podia, pois, ser a fusão, que começa por ser de mãos, para depois se transformar noutras coisas: «Então, aninho minhas mãos em tuas mãos pequenas/ e faço dos medos, dos espantos, teus e meus,/ personagens bondosas de histórias:/ Um pássaro de fogo no teu rosto».

É isso que explica que as últimas divisões do livro (*Dueto, Rondó, Adágio Final*) não sejam identificadas nem com o 1.º nem com o 2.º andamento. É que, entretanto, a voz mais velha tinha pedido, com Alberto Caeiro: «Quando eu morrer, filhinho,/ seja eu a criança, o mais pequeno:/ Pega-me ao colo/ e leva-me para dentro da tua casa».

Antes de terminar, impõe-se uma referência às ilustrações de Helder Carvalho, que prolongam em registos diversos a progressiva densidade poética deste diálogo entre uma mãe e uma filha.

LOPES, MARÍLIA MIRANDA (2021). *OS ELECTRÕES TAMBÉM DEVEM TER ALMA*. DESENHOS DE ÁLVARO SIZA. PORTO: EDITORA EXCLAMAÇÃO

FRANCISCO TOPA*

Este novo livro de Marília Miranda Lopes não só confirma a maturidade da autora e a afirmação de uma voz pessoal e segura, alheia a modas e a modelos, como reforça uma tendência anunciada no livro anterior, *Procura a Ática*: por um lado, a utilização do classicismo grego como ponto de partida e como lugar de observação do mundo contemporâneo; por outro, a atenção crítica (às vezes cética e distante, outras vezes mais combativa) aos desaceretos do quotidiano, individual e coletivo, apoiada frequentemente naquilo a que se vem chamando o diálogo interartes.

O referido ponto de partida vem anunciado no próprio título, ainda que não seja compreensível de imediato. Trata-se do verso final do poema «Electrões» (p. 30), palavra pouco comum na poesia, mesmo

naquela que, como é o caso de Marília Miranda Lopes, nada rejeita do que é humano. Em grego, o termo designava o âmbar, material usado por Thales de Mileto em experiências que lhe permitiram descobrir as bases da eletricidade, a partir da observação de que, esfregando esse material com pele de animal ou lã, ele atraía objetos leves. Ora, uma das partes de *Os electrões também devem ter alma* tem justamente por título *Urbe d'âmbar*, numa original e produtiva sugestão de que a cidade, as nossas cidades, são uma imensa mole de âmbar que atrai objetos não tão leves (as pessoas?) e determina os seus movimentos, raramente ordenados e regulares. É o que parece depreender-se dos títulos de outras duas partes do volume: *O spin da captura* e *Decaimento beta*. Apenas com

* Universidade do Porto/CITCEM. Email: ftopa@letras.up.pt.
DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-1097/cem15r5>.

base nestas observações preliminares, fica assim a ideia de que domina a isotopia (outro termo originário da física) da energia ou do movimento das partículas, o que a leitura dos poemas de facto confirma. Veja-se, por exemplo, «Fluxo»: «Ele escreve-te da luta primeva, do caldo fervente,/ para dar seguimento ao fluxo dos seus átomos:/ reunião misteriosa de choques,/ quedas, movimentos» (p. 22).

É esse «Trânsito/ que não pesa», «a ilimitada curva» (p. 23) que os poemas tentam captar de vários modos, alguns deles aparentemente contraditórios. De facto, há um momento em que o som parece ser o caminho: «Destinados a escutar o Som que os aborda,/ os teus ouvidos cumprem o ditado,/ numa nota, numa Corda» (p. 23). Mas, um pouco adiante, a solução parece estar no silêncio, indicado pela alusão, que já aparecia no livro anterior, a uma famosa (e polémica) composição contemporânea: «Ouvimos John Cage/ ao minuto quatro ponto trinta e três» (p. 35). Por outro lado, multiplicam-se os sinais do desencontro, a vários níveis: do sujeito consigo mesmo, do sujeito com o outro (ou com os outros), do sujeito com o seu tempo.

De certa forma, essa ideia de desacerto já estava sugerida na primeira parte da obra, intitulada *Pródromo*, termo que creio dever ser tomado, não tanto na aceção de preâmbulo, mas sobretudo no sentido de sintoma que precede a manifestação de uma doença. Quer isto dizer que há no fluxo que cada poema do livro tenta captar um sinal, por muito ténue ou impercetível que seja, de uma enfermidade. Os mais fáceis de identificar são os que resultam de um longo processo, ironicamente designado como «o êxtase da História»: «corpos alienados por baixo dos casacos,/ dentro dos automóveis, arrumados/ nos edifícios»

(p. 13). Os mais difíceis são as «!impressões de mil e uma lajes,/ pó compacto a maqui-lhar os dias!» (p. 29) ou a «A nave da Web:/ barca atracada/ no precipício da mente» (p. 32), ambos anunciadores do «Colapso: já não funcionas sozinho:// tens entranhas vigiadas,/ webcams na cama, onde imerges,/ sem gotas de orvalho reais» (p. 32). Justifica-se assim a referência ao *cartoon* do azeri Gunduz Agayev em que «O flautista de Hamelin» dos irmãos Grimm é reinterpretado através da substituição dos ratos por uma ordeira fila de humanos que não tiram os olhos do ecrã do telemóvel enquanto se encaminham para a água em que morrerão afogados.

Por isso, a um tom progressivamente disfórico e até ligeiramente distópico, vão se juntando apelos e conselhos: «Não lhe dê acesso ao teu estado./ Que nenhuma radiação de vigilância/ te queime a pele de *pixeis*» ou «Dá-lhe o cerne, o erro,/ o núcleo aceso, o romper, o nascer de uma ovelha,/ o primeiro berro» (p. 34). Por outro lado, há momentos em que o pró-dromo adquire uma faceta mais precisa. É o que acontece no poema «Desenho de aviões», sobre aquilo a que a imprensa tem chamado a crise dos refugiados: «A Europa das brechas abriu um canal de lágrimas contidas/ nos olhos da inocência» (p. 99).

A par do diagnóstico, vem uma espécie de terapêutica, que não pode deixar de ser individual: em pleno «Século XXI. Anos XX. Uma noite./ Um sistema dentro de outro. Projecção:/ alguém nos arrabaldes de si e um par/ de luvas à prova de vírus mortais» (p. 35), o sujeito pode dizer de si: «Estremeço,/ como árvore despida». Mas pode também acrescentar: «Abrigo-me: pássaro,/ vertigem/ em nenhum solo» (p. 31). Se é certo que «Sem garantia está qualquer amor» (p. 46), a solução está no risco: «A noite dispara:/ o trajecto não é a estrada

sobre a lucidez,/ mas o absinto da escolha» (p. 48). E, se é verdade que «À primeira hora já muitos séculos passaram» (p. 58), não é menos certo que em cada dia «Inaugura-se a viagem como se houvesse um som a romper,/ mesmo/ sem cordas vocais» (p. 58). Por isso o *Corselete da «Soidade»*, título de uma das divisões do livro, talvez seja mais armadura que corpete, tanto mais que a mulher é marcada pelo signo da busca: «Escultor do espaço-tempo e do eu/ que afinal não existe ao pé do Bem,/ em nós plantou a Procura o Gineceu» (p. 91). Retorna-se assim o apelo, feito num dos poemas iniciais, para que se «inaugure os Segundos,/ os ponteiros da Procura» (p. 17).

São estes ponteiros tão raros que explicam também duas outras particularidades deste *Os electrões também devem ter alma*. Por um lado, a irrupção a espaços de aforismos luminosos, como «A grande revelação é uma flor polinizada pelo insecto da

vontade» (p. 52) ou «o mundo é uma devoção de olhares» (p. 81). Por outro, a formulação de imagens lapidares, como «A memória não cessa de girar: velho vinil/ na grafonola dos dias» (p. 98); ou arriscadamente precisas, como esta em que a escrita é identificada com uma locomotiva: «De vez em quando, esmorece/ no apeadeiro das minhas dúvidas./ Falha a iluminação necessária/ quando me atravessa sem sinalética» (p. 53).

Voltando a Thales e ao ponto de partida, talvez se possa concluir dizendo que Marília Miranda Lopes responde com este livro ao sábio de Mileto que propôs a água como princípio único da explicação do mundo: reconhecendo, com humildade, que «Não sabemos do ilimitado mistério anarca» (49), propõe-nos a poesia feita de «electrões», capaz de captar «vozes de outras línguas/ do garboso multiverso:/ music-hall, em estreia,/ *podcast* reverso» (p. 49).

REFEREES

Alva Martínez Teixeira (FLUL)

Amândio Jorge Barros (PP)

Aurelio Vargas Díaz-Toledo (Universidad Complutense Madrid)

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Eduardo Mendes de Moraes (UNESP)

Elisa Gomes da Torre (UTAD)

Francisco das Neves Alves (FURG)

Peter Hanenberg (UCP)

Vanessa Rimbau (UFPB)

